

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Iara Lima Vianna**

**Eleição presidencial de 2014: contexto, racionalidade e  
sentimentos partidários**

**Belo Horizonte  
2015**

**Iara Lima Vianna**

**Eleição presidencial de 2014: contexto, racionalidade e  
sentimentos partidários**

**Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de  
Minas Gerais como requisito  
para obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política.**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. Marcus Abílio Pereira – UFMG  
(Orientador)**

---

**Prof. Dr. Malco Braga Camargos – PUC/MG**

---

**Prof. Dr. Robert Bonifácio da Silva – UFMG**

**Belo Horizonte  
2015**

*“Quando recebemos um ensinamento devemos receber como um valioso presente e não como uma dura tarefa. Eis aqui a diferença que transcende”.*

*(Albert Einstein).*

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, registro toda a minha gratidão ao carinho recebido diariamente dos meus cinco principais pilares estruturais: meu pai, minha mãe, minha irmã, meu irmão e meu marido. Pai, mãe, Mô, Di e Thales: sem vocês, nada eu seria. E a vida não teria a menor graça. Simples assim. Obrigada por me apoiarem, incentivarem, e estarem ao meu lado sempre. Thales, obrigada pela parceria, companheirismo, compreensão e por tanta ternura no olhar e no jeito de ser comigo! Seus conselhos, seu apoio incondicional e suas piadas me sustentaram nesses oito anos juntos (de muitos que ainda virão)! Pai e mãe, obrigada por tanto esforço, entrega e dedicação a mim (e a meus irmãos); vocês são, sem sombra de dúvidas, os melhores pais do mundo. Deus foi bom demais pra nós, ao nos colocar nas mãos de vocês dois! Mô e Di, obrigada pela amizade acima de tudo!

Agradeço imensamente também aos meus amados avós Regina e Pedro Paulo (*in memoriam*) por tanta afeição e por me mostrarem um amor que transborda. Aos meus tios e primos queridos, família Lima e família Vianna: muito obrigada. A alegria de vocês é incomparável, e o carinho que tenho por todos é imensurável. Saber que tenho essas famílias elétricas e unidas ao meu lado com certeza me dá forças para encarar tudo com mais leveza e animação. À família Quintão, todo meu agradecimento também, por me acolherem em BH e por me tratarem sempre com tanto carinho. Aos meus amigos maravilhosos, que me acompanham ao longo desses anos trazendo tanta alegria para o meu dia-a-dia, meu enorme agradecimento. Libero-me de citar nomes, pois, graças a Deus, vocês são muitos. Precisaria de muitas páginas para falar de todos.

Um enorme agradecimento ao meu estimado professor e orientador Marcus Abílio. Seu apoio, dedicação, compreensão, incentivo e bom humor constante foram essenciais para que essa dissertação desse certo. Que venham os próximos trabalhos. Agradeço também aos membros da banca, Prof. Dr. Malco Camargos e Prof. Dr. Robert Bonifácio, por terem aceitado a tarefa de ler e contribuir para o aprimoramento deste trabalho. Agradeço também ao João Francisco (Chico) Meira e a toda equipe do Instituto Vox Populi; pela confiança, apoio e, principalmente, pela oportunidade de tanto aprendizado.

Por ter a presença de todos vocês em minha vida, agradeço a Deus! A Ele, todo meu agradecimento e reconhecimento por ter tido o privilégio de poder me dedicar a estudar e, assim, ter tido acesso a esta esfera de ensino ainda tão restrita, para tanta gente.

## Resumo

Os estudiosos do comportamento eleitoral têm buscado, ao longo do tempo, investigar quais fatores determinam (e com que intensidade influenciam) a decisão dos eleitores quanto a seu voto. A teoria da escolha racional defende que as avaliações de curto prazo do eleitor podem influenciar significativamente o seu comportamento eleitoral. Na eleição presidencial de 2014 existia uma disputa, tanto por parte do governo e da oposição quanto dos meios massivos de comunicação, pela percepção do eleitorado acerca de assuntos associados a uma avaliação de curto prazo (o desempenho do governo, a situação econômica e a questão da corrupção). O que nos faz acreditar que estes tenham sido elementos que, de alguma forma, influenciaram o cálculo eleitoral dos brasileiros quanto a seu voto para presidente. O presente trabalho partiu então deste ponto para definir sua pergunta de pesquisa central: elementos contextuais (ancorados em uma racionalidade de curto prazo) influenciaram a decisão do eleitor na eleição presidencial de 2014? Com que intensidade cada uma das variáveis mobilizadas na análise (avaliação da incumbente, avaliação da economia e percepção da corrupção) impactou na probabilidade de voto na incumbente (categoria de interesse), em relação à probabilidade de voto em seu desafiante? Tomando-se a conjuntura do pleito em estudo, considerou-se ainda que a identificação e a rejeição partidária ao PT (elementos ancorados na corrente psicológica) também exerceram papel importante na decisão dos eleitores nesta eleição presidencial. Consideração esta que culminou na formulação de uma segunda pergunta de pesquisa: os sentimentos partidários podem também ter influenciado na escolha do voto? E com que magnitude influenciaram essa decisão? Para responder as perguntas colocadas, foi realizada análise empírica de microdados provenientes de pesquisa de opinião (*survey*) nacional pós-eleitoral. Utilizando-se modelos logísticos de regressão, analisou-se a influência de cada um destes aspectos na decisão do voto separadamente e em modelo multivariado (dado que o eleitor sofre variados estímulos e se enquadra em estratos sociais diversos). A finalidade desta empreitada foi apontar quais fatores explicativos apresentaram significância estatística na explicação da decisão tomada pelo eleitor, e com que intensidade elevaram (ou reduziram) a probabilidade de voto na candidata incumbente e em seu opositor. Em geral, observou-se que as variáveis clássicas da abordagem racional (avaliação de desempenho e avaliação da economia) e os sentimentos partidários foram elementos significantes para a explicação do voto presidencial em 2014; já a percepção sobre a corrupção se mostrou um fator coadjuvante nesta explicação do voto (perdendo sua significância no modelo multivariado). Sobre os sentimentos partidários, é interessante realçar que a rejeição ao PT demonstrou ter surtido maior efeito no aumento da probabilidade de voto no candidato opositor do que a identificação com este partido em elevar as chances de voto na candidata mandatária; ou seja, o antagonismo partidário foi mais eficiente (intenso) no aumento da probabilidade de voto a favor da oposição do que a identificação com o PT o foi para a captação de votos a favor da presidente.

**Palavras-chave:** comportamento eleitoral; escolha racional; corrupção; identificação partidária; rejeição partidária; eleição presidencial 2014.

## **Abstract**

Scholars of electoral behavior have sought, over time, to investigate which factors determine (and with what extent) the decision of the voters. The rational choice theory argues that short-term rationality of the voter can significantly influence their voting behavior. In the presidential election of 2014 there was a dispute, by the government and the opposition and the mass media, for the perception of the electorate on issues associated with a short-term assessment (performance of the incumbent, the economic situation and the corruption). What makes us believe that these were elements that somehow influenced the electoral calculation of Brazilians about their vote for president. This work starts at this point to define its central question research: contextual elements (anchored on a short-term rationality) influenced the decision of voters in the presidential election of 2014? How strongly each variable mobilized in the analysis (evaluation of the incumbent, evaluation about the economy and perception of corruption) impact on the probability of voting in the incumbent (category of interest), in relation to the probability of voting in their challenging? Taking the election conjuncture, we also considered that the identification and rejection of the party PT (elements anchored in the psychological theory) also played an important role in the decision of voters in this presidential election. This consideration led us to the formulation of a second research question: partisan feelings may also have influenced the choice of voting? And with what magnitude they influenced this decision? To answer the questions posed, it was conducted empirical analysis of micro data from a national post-electoral survey. Using logistic regression models, we analyzed the influence of each of these aspects of the voting decision separately and in multivariate model. The purpose of this initiative was to point which explanatory factors shows statistically significant in explaining the decision taken by the voter, and how strongly they increased (or reduced) the probability to vote in the incumbent candidate or his opponent. In general, it was observed that the classic variables of rational approach (performance evaluation and assessment of the economy) and party feelings were significant elements in explaining the presidential vote in 2014; however, the perception of corruption proved to be a supporting factor in this explanation of vote (presented significance in the univariate analysis and losing this feature in the multivariate model). About partisan feelings, it is interesting to note that the rejection of PT shown to have had a greater effect on the increased likelihood of voting in opposition candidate's than the identification with the party to raise the chances of voting in mandatory candidate. Or, in other words, we can say that the partisan antagonism was more efficient (intense) in increasing the probability of voting for the opposition than the identification with the PT was to attract votes in favor of the president.

**Keywords:** electoral behavior; rational choice; corruption; party rejection; party identification; Brazilian presidential election 2014.

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do PIB (crescimento em %) .....	60
Gráfico 2 – Avaliação de desempenho da presidente Dilma Rousseff .....	66
Gráfico 3 – Expectativa em relação à inflação .....	68
Gráfico 4 – Expectativa em relação ao desemprego .....	68
Gráfico 5 – A corrupção no governo da presidente Dilma (frequência simples) .....	71
Gráfico 6 – Conhecimento de denúncias de corrupção na Petrobras (freq. simples) .....	71
Gráfico 7 – Corrupção e mudança de voto para presidente (freq. simples) .....	72
Gráfico 8 – Identificação partidária (1989-2014) .....	74
Gráfico 9 – Intenção de voto estimulada (de 17/07 a 04/10) .....	83
Gráfico 10 – Resultados eleitorais (1989-2014) .....	86

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Expectativa em relação à inflação e ao desemprego (em 21/10/2014) .....	62
Tabela 2 – Modelos de regressão univariados .....	97
Tabela 3 – Modelo de regressão completo .....	101
Tabela 4 – Melhor modelo de regressão ajustado - Procedimento <i>Backward (Wald)</i> ..	104
Tabela 5 – Avaliação da economia e probabilidade de voto .....	108
Tabela 6 – Avaliação de desempenho da presidente Dilma e probabilidade de voto ...	110

## Lista de Figuras

Figura 1 – <i>Hashtags</i> usadas em postagens que faziam referência a Dilma Rousseff .....	75
Figura 2 – <i>Hashtags</i> usadas em postagens que faziam referência a Aécio Neves .....	75

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol)

HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

MPL – Movimento Passe Livre

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro PCO

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

REDE – Rede Sustentabilidade (partido político)

S. E. – *Standard Error* (erro padrão)

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

VIF – *Variance Inflation Factor* (Fator de Inflação da Variância)

Web – *World Wide Web*

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
1.1 - Comportamento eleitoral e as três correntes clássicas .....	21
1.2 - As correntes que avaliam o ‘longo prazo’ .....	23
1.2.1 - <i>A Teoria Sociológica</i> .....	23
1.2.2 - <i>A Teoria Psicossociológica (ou Psicológica)</i> .....	29
1.3 - A corrente do ‘curto prazo’ .....	35
1.3.1 - <i>A Teoria da Escola Racional e suas definições básicas</i> .....	35
1.3.2 - <i>Escola Racional e suas controvérsias estruturais</i> .....	48
1.3.3 - <i>Escola Racional e suas controvérsias analítico-metodológicas</i> .....	50
1.4 - Conclusão do capítulo .....	55
<b>CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL CONJUNTURAL .....</b>	<b>56</b>
2.1 - O primeiro mandato de Dilma Rousseff: variáveis (atalhos) importantes para a análise do voto e hipóteses de investigação.....	59
2.2 - O processo eleitoral presidencial de 2014 .....	78
2.3 - Conclusão do capítulo .....	87
<b>CAPÍTULO 3 - ANALISANDO O VOTO PRESIDENCIAL EM 2014.....</b>	<b>89</b>
3.1 - Definição metodológica .....	90
3.2 - A regressão logística e o modelo ajustado .....	91
3.3 - Análise dos resultados .....	94
3.3.1 - <i>Preparo e operacionalização dos dados</i> .....	94
3.3.2 - <i>Interpretação dos dados</i> .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>125</b>

## Introdução

O estudo do comportamento eleitoral, no âmbito científico-acadêmico, é perpassado e fundamentado por três grandes teorias clássicas: Sociológica, Psicossociológica (ou Psicológica) e Escolha Racional (LAZARFELD, 1944; CAMPBELL E KAHN, 1952; DOWNS, 1957; FIGUEIREDO, 1991; CASTRO, 1994; CAMARGOS, 1999).

As duas primeiras correntes trabalham com os chamados fatores de longo prazo para explicação do voto, sendo exemplos de algumas de suas variáveis de estudo a classe social, a escolaridade, a religião (no enfoque sociológico) e a identificação partidária e o posicionamento ideológico (no psicológico). A Teoria da Racionalidade, por outro lado, se centra em analisar fatores de curto prazo, como a avaliação do desempenho do governo, sobretudo através de suas políticas econômicas. Em alguns casos, ao se tratar do voto racional, trata-se também da imagem dos candidatos e os temas debatidos durante as campanhas eleitorais (RATTO E MONTERO, 2013).

Os pesquisadores e estudiosos do comportamento eleitoral têm buscado, ao longo do tempo, investigar quais fatores determinam (e com que intensidade influenciam) o comportamento dos eleitores. Muitos trabalhos têm sido então desenvolvidos com a finalidade de defender maior eficiência explicativa de uma ou de outra corrente: confrontando e discutindo teoricamente os pontos fortes e as fragilidades explicativas de determinada (s) teoria (s) e/ou direcionando seus esforços à realização de análises e testes empíricos (*crossnational*, comparativos, temporais ou *ad hoc*) a respeito de resultados eleitorais.

Embora muitos estudos venham se dedicando a explorar e compreender relações causais que expliquem a decisão do voto, considerando-se a literatura nacional e internacional, não se chegou a uma resposta consensual e determinista sobre quais fatores têm maior capacidade de influenciar e explicar o comportamento do eleitor.

Considera-se que muito dessa falta de consenso não se deve meramente a uma questão de disputa por espaço, reconhecimento e firmação acadêmica entre correntes divergentes, como se poderia imaginar; mas sim ao fato de que em cada momento (circunstância ou conjuntura) que se decide estudar, os fatores apontados como mais decisivos para a escolha do eleitor podem ser diferentes, e incidirem sobre a decisão do voto com intensidades diversas. Segundo destaca Soares (2013:14):

O ponto fundamental das análises atualizadas é que o tempo é um parâmetro importante [...] os determinantes mudam. As causas primárias em um período, não o são em outro. As correlações e as regressões mudam. Generalizar livremente a partir de um período relativamente curto numa sociedade em mudança aumenta o risco (SOARES, 2013: 14).

Considerar que os parâmetros envolvidos na decisão do eleitor mudam ao longo do tempo, e também entre as localidades de estudo, é mais do que necessário, é primordial. Neste sentido, é preciso também avaliar que a configuração contextual do cenário que antecede e que envolve uma eleição pode ser capaz de influenciar significativamente seus resultados. Abrindo-se espaço para considerar livremente os fatores, estruturais ou conjunturais, que venham a apresentar maior influência na escolha eleitoral em um dado momento (MENDES E VENTURINI, 1994; MENEGUELLO, 1995; CARREIRÃO, 2000, SINGER, 2013).

Nas eleições presidenciais de 2014 muito foi falado a respeito da influência de fatores contextuais na decisão do voto. O cenário conjuntural mais geral era de baixa avaliação da incumbente, de desaceleração econômica e marcado pela deflagração de casos de corrupção. Contudo, havia também quem considerasse que a presidente tinha um bom desempenho à frente do governo, que avaliasse positivamente aspectos associados à economia e que ponderasse que a corrupção no atual governo era menor (ou igual) a de gestões anteriores (não sendo, portanto, um fenômeno novo e exclusivo do governo de Dilma Rousseff ou de seu partido).

Assim sendo, era possível notar que existia uma disputa, tanto por parte do governo e da oposição quanto dos meios massivos de comunicação, pela percepção do eleitorado acerca destes assuntos (o desempenho do governo, a situação econômica e a questão da corrupção). O que fez com que estes fossem temas constantemente veiculados pela mídia (antes e ao longo do processo eleitoral), comentados em conversas cotidianas dos eleitores, e bastante abordados pelos candidatos em suas campanhas eleitorais. Observações estas que nos levam a acreditar que estes tenham sido elementos (temas) que, de alguma forma, influenciaram o cálculo eleitoral dos brasileiros quanto a seu voto para presidente.

O presente trabalho parte então deste ponto para definir sua primeira pergunta de pesquisa: elementos contextuais (ancorados em uma racionalidade de curto prazo) influenciaram a decisão do eleitor na eleição presidencial de 2014? Se sim, com que

intensidade cada uma das variáveis mobilizadas na análise (avaliação da incumbente, avaliação econômica e percepção da corrupção) impactou na probabilidade de voto na incumbente (*categoria de interesse*), em relação à probabilidade de voto em seu desafiante<sup>1</sup>?

Como veremos um pouco adiante, e mais detalhadamente nos próximos capítulos, tomando-se a conjuntura do pleito em estudo, considera-se também que a identificação e a rejeição partidária em relação ao PT (elementos ancorados na corrente psicológica, mas que apresentaram oscilação em um curto espaço de tempo) também exerceram papel importante na decisão dos eleitores nestas eleições presidenciais. Esta conjectura nos fez definir então uma segunda pergunta de pesquisa: fatores associados a sentimentos partidários podem também ter influenciado significativamente na escolha do voto? Em caso afirmativo, com que magnitude influenciaram essa decisão?

Definidas as perguntas de pesquisas, voltemos então para a fundamentação e justificativa da demarcação destes objetos de estudo, bem como da relevância de sua abordagem.

Na teoria racional, temos que a avaliação de desempenho do incumbente é considerada como forte preditora da decisão que os eleitores irão tomar. De acordo com Carreirão (2000: 09), ao considerar o desempenho do governo para sua decisão, os eleitores tendem a votar em candidatos que representem a continuidade de um governo que avaliam positivamente e, em contrapartida, a votarem contra concorrentes que figurem como a continuidade de uma gestão que avaliem como negativa.

Os fatores (*atalhos*) considerados no cálculo que culmina nessa avaliação de desempenho podem ser muitos, e serem fundamentados em variadas dimensões; tais como julgamento da habilidade e competência política do governante, sua atuação em política externa, políticas de diminuição da violência, manutenção da democracia, identificação ideológica, carisma, entre outros (ECHEGARY, 1995; ALMEIDA, 1996; CAMARGOS, 1999; CARREIRÃO, 2000).

---

<sup>1</sup> Diz-se ‘desafiante’ no singular, pois, como será melhor explicado adiante, esta dissertação analisará a escolha eleitoral conferida pelos eleitores no 2º turno do pleito eleitoral presidencial de 2014, momento no qual restavam apenas dois candidatos na disputa: a presidente (incumbente) Dilma Rousseff (PT), candidata à reeleição, e seu desafiante Aécio Neves (PSDB). Para isso, será utilizado banco de dados (gentilmente cedido pelo Instituto Vox Populi) de pesquisa de opinião (*survey*) pós-eleitoral.

Contudo, grande parte dos estudiosos dessa área não hesita em defender que o principal componente envolvido na avaliação de desempenho conferida a um governante é a avaliação que o eleitor faz a respeito da economia (voto econômico). Considera-se ser clara e forte a relação existente entre essas duas reflexões, e nesse sentido defende-se então que a avaliação que o eleitor faz a respeito da economia impacta significativamente na decisão do voto (CARREIRÃO, 1999; JÁCOMO, 2013).

Segundo Duch & Stevenson (2008), o voto econômico, enquadrado na Teoria da Escolha Racional, corresponde à situação na qual a variação na percepção a respeito da economia altera os valores que o eleitor faz dos candidatos e, por conseguinte, as probabilidades de que escolha cada um deles. A ideia básica do voto econômico é a lógica de punição-recompensa (KEY, 1966: 23): quando avaliam bem a economia, os eleitores premiam o incumbente, conferindo votos para sua reeleição (ou, quando a eleição não é revocatória: no candidato apoiado por seu partido ou coligação partidária, considerado como seu sucessor). Já quando os eleitores avaliam mal a situação econômica, punem o mandatário direcionando seu voto a algum dos candidatos desafiantes.

Tomando como referência os trabalhos que já demonstraram a existência de clara relação entre avaliação da economia e avaliação de desempenho do (a) governante (op. cit), pode-se imaginar que, por questões teórico-metodológicas, não seria indicado que fossem inseridas em um mesmo modelo de análise duas variáveis seguramente correlacionadas<sup>2</sup>. No entanto, assim como estes mesmos trabalhos já bem descreveram, essa correlação não é total, ela é parcial. Alguns eleitores levam em conta fortemente a sua percepção sobre a economia na conformação da avaliação que fazem a respeito do desempenho do mandatário (e é importante que essa influência seja avaliada, de forma a identificar o papel do voto econômico na decisão); contudo, outros ancoram sua reflexão em diferentes questões e argumentos, tais como os exemplos de ‘atalhos’ citados nos parágrafos anteriores (carisma, atuação em política externa, competência do mandatário, entre outros).

---

<sup>2</sup> Cabe realçar aqui, desde já, que os fatores que incidem na decisão do voto são dimensões que de alguma forma podem se relacionar entre si. Afinal, para alguns eleitores, a identificação partidária pode, por exemplo, impactar na reflexão que o eleitor faz sobre o desempenho da governante. A percepção sobre a corrupção por sua vez pode, também, por exemplo, impactar na rejeição partidária. Contudo, assim como no caso da economia e da avaliação de desempenho, essas correlações são parciais; e, segundo veremos, se mostram dentro de limites aceitáveis pela literatura específica. Para avaliar estas correlações este trabalho recorreu a testes de colinearidade, que serão evocados e apresentados no capítulo metodológico.

Ou seja, a avaliação geral de desempenho do incumbente, por abarcar outras dimensões e atalhos em sua conformação, confere possibilidade de que sejam consideradas outras motivações (não mensuradas ou intangíveis) que tenham operado na reflexão individual do eleitor. Assim, tem-se que uma análise que contemple as duas amplitudes de avaliação (desempenho em geral e economia) permite que ambas as possibilidades de mensuração sejam examinadas quanto a sua relação com a decisão do voto.

A avaliação de desempenho do incumbente e a avaliação econômica são variáveis clássicas das análises delineadas a partir da perspectiva racional. São escassos os estudos, no entanto, que consideram a percepção sobre a corrupção como um dos componentes da decisão do eleitor. No Brasil, Rennó (2007) e Calvet (2013) são uns dos poucos autores a tratar desse assunto partindo do enfoque da escolha racional.

Nestes estudos (cuja investigação está centrada em avaliar os impactos da corrupção e também suas interações com informação política e posicionamento ideológico), ambos os autores encontraram resultados que demonstravam um papel quase inexpressivo da percepção sobre a corrupção na decisão do voto. Entretanto, em uma perspectiva longitudinal, Calvet (2013) destaca que embora residual o efeito da corrupção na escolha do eleitor se mostrou crescente ao longo das eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010. Como e qual terá sido a intensidade deste efeito (percepção da corrupção no governo Dilma, no caso da presente dissertação) na eleição presidencial de 2014? Como definido na pergunta de pesquisa, além de avaliar as dimensões tradicionais de investigação da escolha racional (avaliação de desempenho e da economia), essa também é uma das questões que esta dissertação se propõe a responder.

Isto posto, e diante de tantas possibilidades explicativas (correntes teóricas e variáveis de análise) que são abertas quando se deseja estudar um fenômeno eleitoral, cabe aqui então destacar duas questões importantes sobre o presente trabalho.

A primeira é a de que o foco de análise desta dissertação recai, fundamentalmente, sobre fatores associados à racionalidade de curto prazo dos eleitores: elementos contextuais considerados como importantes para a decisão do voto no segundo momento eleitoral (segundo turno) da corrida presidencial de 2014<sup>3</sup>. Conforme fora mencionado

---

<sup>3</sup> Considera-se de suma importância para a compreensão do pleito presidencial de 2014 a análise e estudo da disputa do primeiro turno. Em certo momento, a análise deste primeiro momento eleitoral inclusive fez parte do escopo de pesquisa desta dissertação. Contudo, julgamos mais adequado abdicar desta empreitada por alguns motivos: 1) falta de dados empíricos totalmente comparáveis (perguntas com

anteriormente, os elementos utilizados nesta análise serão a avaliação do desempenho da incumbente, a avaliação da economia e a percepção sobre a corrupção; todos estes elementos ancorados na perspectiva da Teoria da Escolha Racional.

A decisão por analisar estes fatores está mais bem fundamentada e explicada nos capítulos de revisão teórica e conjuntural. De toda forma, a principal justificativa para a definição deste objeto e enfoque de análise é a observação (no acompanhamento do processo, das pesquisas e das notícias veiculadas na mídia) de que a eleição presidencial do último ano (um pleito de caráter revocatório<sup>4</sup>) foi fortemente marcada por um expressivo julgamento do então atual mandato da incumbente; sobretudo sobre seu desempenho à frente do Governo Federal em geral, a situação da econômica e dos casos de corrupção em seu governo.

A segunda questão importante é a de que, como fora brevemente mencionado na definição das perguntas de pesquisa, para além das questões de curto prazo, outros elementos que podem explicar a decisão eleitoral são também explorados nesta dissertação. Considerando-se a argumentação de que o voto é decidido com base em dimensões variadas (CASTRO, 1992; TELLES e STORNI, 2011), além dos fatores clássicos da escolha racional (avaliação de desempenho e da economia) e da percepção da corrupção (dimensão pouco explorada da corrente racional e *issue* intensamente discutido ao longo da campanha), esta dissertação abarca também em sua análise outras duas variáveis consideradas importantes para a avaliação da eleição presidencial de 2014, e de quaisquer eleições que se deseje estudar: a identificação e a rejeição partidária em relação ao PT, elementos vinculados à teoria psicossociológica, mas que demonstraram significativa oscilação em um curto espaço de tempo (veremos mais informações a este respeito no segundo capítulo).

Além disso, tem-se que muitos autores colocam que a identificação partidária é elemento clássico e significativamente relevante para a explicação da decisão do eleitor

---

enunciados e opções de resposta iguais) entre ambos os momentos eleitorais; 2) necessidade de que fossem utilizados dois métodos diferentes (logístico binário e multinomial), e com lógicas de análise distintas, para analisar os dois momentos em função das configurações eleitorais em cada um deles; e 3) por fim, mas não menos importante, por acreditarmos que avaliar a decisão que de fato culminou no resultado eleitoral da corrida presidencial de 2014 já é uma significativa contribuição para os estudos da área; ainda mais em se tratando de um pleito tão recente e ainda tão aberto para novos estudos.

<sup>4</sup> Talvez esta seja a última eleição presidencial a ser avaliada considerando-se esta característica; afinal, até a finalização desta dissertação, tem-se que foi aprovado pelo Câmara dos Deputados, no dia 27 de maio de 2015, o fim da possibilidade de reeleição para cargos executivos (presidente, governador e prefeito) no Brasil. Link: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/camara-aprova-fim-da-reeleicao-para-presidente-governador-e-prefeito.html>

(CAMARGOS, 1999; RENNÓ, 2007; RUIZ, 2013; CARREIRÃO E KINZO, 2004). De acordo com Camargos (1999), apesar de ser pequena no Brasil, esta é uma variável que não pode ser descartada quando analisamos o resultado de uma eleição (CAMARGOS, 1999)<sup>5</sup>. Melo e Câmara (2012) destacam ainda que o Brasil tem uma democracia ainda muito recente e, por isso, as pesquisas e dúvidas a respeito da influência da questão partidária no comportamento do eleitor ainda não foram exaustivamente executadas e analisadas, nem tampouco resolvidas.

Segundo Carreirão e Kinzo (2004), a preferência partidária e o voto têm uma relação complexa, uma vez que parte dos eleitores vota no candidato de seu partido preferido e parte não. Este trabalho buscará então avaliar se no pleito em estudo a decisão eleitoral daqueles que têm identificação com o PT (partido à frente do governo executivo federal nos últimos 12 anos, e apontado por Kinzo (2005) como o único a alcançar um patamar significativo de identificação entre os eleitores) é pautada por essa preferência ou se não há significância nessa associação.

Ainda de acordo com Carreirão e Kinzo (2004:156), a rejeição partidária, assim como a preferência, pode se dar por motivos de natureza "ideológica", ou ser calculada a partir de uma avaliação do desempenho daquele partido no exercício de algum governo importante, por exemplo. Assim, em função da observação da existência entre o eleitorado de grande antagonismo em relação ao partido da incumbente em exercício (o PT), decidiu-se então também inserir na análise da explicação do voto presidencial em 2014 a variável rejeição partidária. Como um pesquisador não pode se satisfazer apenas com observações e *feelings* a respeito de uma temática, é preciso analisar estatisticamente a força deste tão comentado antagonismo partidário na decisão do voto.

Cabe realçar que poucos são os estudos da área que abordam esse sentimento de rejeição partidária (CARREIRÃO E KINZO, 2004; NICOLAU, 2007; CARREIRÃO 2007 e 2008). Grande parte dos estudos ancorados na teoria psicológica se centra em avaliar a identificação (preferência ou simpatia) com determinados partidos de interesse. Deste modo, considera-se que abrir espaço para a discussão do papel do antagonismo a um partido na decisão do voto é uma iniciativa relevante desta dissertação.

---

<sup>5</sup> Falando sobre os partidos brasileiros, Kinzo (2005:68) destaca que a única sigla partidária a apresentar um índice significativo de preferência é o Partido dos Trabalhadores (a taxa de preferência pelo PT subiu de 10%, em 1989, para 18%, em 2002). Partidos que estiveram à frente do governo federal por um longo período, como o PFL e o PSDB, apresentaram taxas insignificantes de preferência partidária.

A inclusão dessas duas variáveis partidárias permitirá ainda que seja avaliado qual dos sentimentos relacionados a partidos apresentou mais força: o apoio (identificação) ao PT aumentou de forma mais expressiva a probabilidade de observação da categoria de interesse (voto na incumbente Dilma Rousseff) ou o antagonismo (rejeição) em relação a este partido elevou mais fortemente a chance de voto pela candidatura opositora (Aécio Neves)?

Como é de praxe em estudos da área, foram inseridas também no modelo de análise, para efeito de controle, características demográficas (sexo, idade, escolaridade e renda) dos eleitores. No entanto, mesmo que inseridas com a função de ‘controle’ (e que não tenham sido elaboradas hipóteses de investigação para estes fatores sociais) a inclusão destas variáveis permitirá que seja averiguado se houve, na eleição presidencial de 2014, alguma relação entre estes elementos sociais e a decisão do voto (avaliando, assim, fatores usualmente estudados pela corrente sociológica).

É fundamental realçar que a intenção deste estudo de forma alguma é esgotar as possibilidades explicativas do voto presidencial nas eleições em estudo, muitos são os caminhos analíticos intrigantes e em aberto para explorar e compreender este pleito tão recente. Existem lacunas neste trabalho que podem (e devem) ser preenchidas por novos estudos, de interesse inclusive desta autora. A definição de determinadas variáveis como norteadoras da análise, em nada minimiza a importância das demais perspectivas de estudo e opções de pesquisa possíveis. Trata-se apenas de demarcação de objeto e alicerce teórico de análise.

Neste sentido, volta-se a destacar que este estudo tem como recorte a análise do segundo turno das eleições presidenciais em 2014 no Brasil<sup>6</sup>, não fazendo qualquer diagnóstico longitudinal e comparativo de dados com outros pleitos eleitorais; o que poderá ser feito posteriormente em outros trabalhos.

---

<sup>6</sup> A análise dos dois momentos eleitorais da eleição de 2014 (primeiro e segundo turno) com certeza permitira uma avaliação mais ampla da dinâmica e dos implicantes eleitorais que impactaram na decisão do voto. Permitiria também que, no caso do primeiro turno, pudesse ser observado como se deu a influência das variáveis independentes na probabilidade de voto na categoria de interesse (Dilma Rousseff) em relação a cada um dos dois outros candidatos que disputavam a preferência do eleitorado: um candidato que representava a polarização histórica entre PT e PSDB, e uma candidata que se projetava como uma ‘terceira via’ frente a esta polarização. Contudo, como fora comentado, em função de limitações metodológicas esta análise não será executada. Ficando como agenda de trabalho para estudos futuros, inclusive desta autora. Considera-se de antemão que a partir desta análise para os dois momentos eleitorais subsequentes, poder-se-á avaliar como se deu a probabilidade de voto na incumbente em um cenário no qual existia uma terceira via (Marina Silva - PSB, que obteve o percentual expressivo de 21,32% dos votos no primeiro turno) e, em sequência, em um cenário onde a disputa estava polarizada entre as duas candidaturas que foram para o segundo turno.

Sobre a técnica de análise dos dados, foi utilizado o modelo de regressão logístico – modelagem indicada para quando a variável resposta é categórica binária, ou seja, pode assumir apenas dois valores<sup>7</sup>. A estratégia de análise deste tipo de modelagem é a de avaliar a probabilidade de ocorrência (voto) de uma categoria de interesse em relação à outra (candidato desafiante). Ou seja, no caso da presente dissertação, o modelo ajustado avaliará as explicações do voto em um candidato em detrimento do outro.

A não inclusão, na presente análise, dos eleitores que declararam voto branco, nulo ou que não iriam votar foi uma decisão teórico-metodológica desta dissertação<sup>8</sup>. Não há mobilização teórica, neste trabalho, para examinar a probabilidade de voto em Dilma em relação àqueles que declararam não terem se posicionado no pleito eleitoral (voto nulo, branco ou não comparecimento). O objetivo das análises desenvolvidas nesta dissertação é avaliar a probabilidade de voto na incumbente (manutenção do *status quo*) em detrimento do voto no candidato desafiante. Ou seja, analisar a escolha política dos eleitores: a decisão por uma das duas candidaturas ‘em oferta’ no pleito em estudo. Assim, será possível avaliar qual a significância da probabilidade de voto na categoria de interesse (voto em Dilma) em relação ao candidato que disputava o cargo com ela, considerando-se as referidas variáveis explicativas.

Além de contribuir de forma geral com o campo de estudo sobre o comportamento eleitoral dos brasileiros em uma eleição presidencial, a relevância deste trabalho está na exposição de dados e desenvolvimento de análise a respeito de um processo eleitoral tão recente; sendo, portanto, um dos primeiros trabalhos acadêmicos a tratar das eleições presidenciais de 2014. Outros aspectos relevantes são a abordagem de duas dimensões pouco estudadas em pesquisas sobre o comportamento eleitoral: a percepção da corrupção e a rejeição partidária, enquanto elementos determinantes da decisão do voto.

---

<sup>7</sup> Como este trabalho analisa o micro dados individuais sobre a decisão do voto conferida no segundo turno das eleições presidenciais (e, neste caso, só restavam apenas dois nomes na disputa) o uso do modelo logístico tradicional (binário) se faz apropriado. Para analisar um cenário com mais candidatos em disputa seria preciso utilizar um modelo de regressão multinomial (indicado para quando a variável resposta é categórica politômica, tendo três ou mais opções de resposta). Usa-se essa estratégia quando se deseja investigar, por exemplo, a probabilidade de voto em um candidato em relação aos outros (definindo como categoria de referência o candidato que se deseja estudar).

<sup>8</sup> Em geral, é mais usual estudar o ‘não voto’ (no sentido de abstenção/não comparecimento) em países onde o voto é facultativo; de forma a explorar os fatores que impactam na decisão do eleitor em assumir o custo de comparecer para votar. Além disso, trabalhar com abstenção e voto nulo ou branco (conceito de ‘alienação eleitoral’) a partir de dados de *survey* pode ser um problema de mensuração; é mais comum analisar os dados a este respeito quando se trabalha com dados oficiais agregados de órgãos gestores da questão eleitoral - TSE, TRE, etc. (LIMA JÚNIOR, 1990; BORBA, 2008). Cabe aqui realçar também que em 2014 as taxas de abstenção, de votos nulos e brancos ficaram dentro das médias observadas nos últimos anos (ver mais em [www.tse.com.br](http://www.tse.com.br)).

É importante aqui mais uma vez deixar claro que muitos são os espaços abertos para a análise deste pleito, e que o esforço desta dissertação é ser uma primeira possibilidade de análise científica a respeito dos fatores que podem ter impactado na decisão eleitoral dos brasileiros nesta eleição.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, realiza-se apresentação sobre as três grandes teorias clássicas no estudo do comportamento político-eleitoral (Sociológica, Psicossociológica e Teoria da Racionalidade). Maior espaço de revisão teórica é dado à terceira corrente, por esta ser a teoria na qual se enquadram as principais variáveis discutidas e analisadas neste trabalho. A corrente Psicológica também será amplamente utilizada na discussão da identificação e da rejeição partidária; mas é preciso que fique claro que estas são explorações alternativas para a explicação do voto, o foco central da análise deste trabalho recai sobre os fatores contextuais (de curto prazo) e a decisão do voto.

Como esta dissertação busca avaliar a significância de aspectos contextuais e de sentimentos partidários para a explicação do voto presidencial de 2014, o segundo capítulo é dedicado à feitura de uma revisão conjuntural a respeito do contexto político brasileiro dos últimos anos, ou, mais especificamente, sobre o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff e sobre o processo eleitoral de 2014.

A eleição presidencial de 2014 foi um pleito de caráter revocatório (incumbente do cargo disputando a reeleição) e, assim, a “governante-candidata” estaria sob forte julgamento dos eleitores: a avaliação dos cidadãos a respeito de seu desempenho no primeiro mandato influenciaria a decisão sobre se deveriam premiá-la, por uma atuação positiva, ou puni-la, caso considerassem que seu desempenho foi negativo. Assim, o objetivo da revisão dos elementos que impactaram o primeiro governo de Dilma Rousseff é servir de referência e justificativa, em complementação às pontuações da revisão teórica, para a seleção dos fatores (variáveis) que, acredita-se, tenham influenciado a decisão do voto. Por isso, neste momento do texto serão então pontuadas as hipóteses de pesquisa que norteiam a análise desenvolvida por esta dissertação.

Neste capítulo foi feita também uma descrição narrativa do momento eleitoral de 2014. Essa iniciativa tem como finalidade pontuar os acontecimentos e fatores que marcaram e influenciaram na conformação da disputa; bem como realçar que tanto as campanhas adversárias quanto a mandatária, em geral, tangenciaram os pontos chave de algumas

das hipóteses fixadas nesta dissertação: desempenho da presidente, corrupção, economia e, especificamente no caso de Aécio Neves, a rejeição ao PT. Além disso, consideramos que este retrospecto é de fundamental importância para registro conhecimento e entendimento do período em estudo. Acreditamos que esta revisão possibilitará que leitores que não tenham vivenciado esse processo eleitoral (ou que tenham acesso a essa dissertação futuramente) se situem (ou se recordem) do momento conjuntural em análise.

Em seguida, no terceiro capítulo, são apresentados o método definido e o modelo ajustado para a análise, bem como é realizada a apresentação dos resultados observados. A definição por organizar todas estas fases em um mesmo capítulo foi baseada na consideração de que dessa forma pode-se estabelecer uma leitura fluida de todos os aspectos metodológico-empíricos da análise desenvolvida. Aspectos que são percebidos como fortemente encadeados entre si, vejamos: após a definição das hipóteses que norteiam o trabalho e da exposição das variáveis de análise → expõe-se o alicerce metodológico, → que fundamenta o ajustamento do modelo de análise, → que, por sua vez, é o responsável por gerar os resultados a serem avaliados e interpretados.

Por fim, no quarto e último capítulo, faz-se a interpretação dos resultados e a elaboração das conclusões obtidas a partir do desenvolvimento deste trabalho.

## Capítulo 1

### Referencial teórico

“[...] após décadas de sucessivos estudos sobre comportamento eleitoral, parece óbvia a afirmação de que são muitos os fatores que condicionam o voto”. (RUIZ, 2013:25).

#### 1.1 - Comportamento eleitoral e as três correntes clássicas

Considerando-se as múltiplas possibilidades de estudo, análise e pesquisas que buscam a explicação da decisão do voto, serão apresentadas a seguir as principais vertentes teóricas que dão fundamento aos estudos que tratam do comportamento político-eleitoral; as chamadas ‘três grandes teorias clássicas’: Teoria Sociológica, Teoria Psicossociológica e Teoria da Escolha Racional (ou Teoria da Racionalidade)<sup>9</sup>.

Conforme fora mencionado brevemente na introdução deste trabalho, destaca-se que as duas primeiras são reconhecidas por se centrarem em fatores de longo prazo (classe social, escolaridade, religião, ideologia, identificação partidária, etc.). Os fatores sociais, estudados pela Teoria Sociológica, enquadram o indivíduo em sua coletividade, e não em sua dimensão individual. Assim, para esta corrente, grupos sociais e categorias demográficas (tais como classe social, escolaridade, religião, idade, sexo, etc.) são os agentes de determinação do voto. A Teoria Psicossociológica também é apontada como uma corrente que se ancora em uma dimensão de longo prazo na medida em que postula que o processo de socialização é elemento essencial para a formação das preferências; sendo, portanto, as preferências políticas (identificação partidária e posicionamento ideológico) elementos consolidados no indivíduo ao longo de sua socialização (familiar

---

<sup>9</sup> Cabe aqui pontuar sucintamente outra corrente teórica que busca estudar o comportamento eleitoral: a Perspectiva Institucional. Com menor ênfase de estudos, essa corrente tem como proposta central a de que as instituições políticas – tais como leis eleitorais e partidárias, formato do estado, sua maior ou menor capacidade de controle e repressão, características organizacionais de partidos políticos, entre outros aspectos – afetam o comportamento dos atores políticos, incluindo o eleitorado. Essa corrente não será tratada com maior aprofundamento nessa dissertação, pois, além de não ser considerada como uma teoria clássica para estudo do comportamento eleitoral, é mais utilizada em análises comparativas crossnational (afinal seus fatores de análise variam entre países ou estados confederados) e, em geral, “os dados indicam que são muito baixos os graus de informação da população sobre aspectos político-institucionais e sobre suas prováveis consequências na conformação do sistema político” (CASTRO, 1994: 101).

e social) e algo que possivelmente não será alterado com o decorrer da vida do eleitor (CAMPBELL et al., 1964).

Já a Teoria da Escolha Racional trabalha com fatores de curto prazo e cuja determinação no voto se dá em nível pessoal. Essa teoria trata de elementos que podem ser apontados como ‘conjunturais’ ou ‘momentâneos’, que são fruto da reflexão sobre o momento vigente e da avaliação individual do eleitor sobre algum aspecto, tais como a percepção e posicionamento sobre assuntos (*issues*) de campanha, avaliação do desempenho do governo (ou do incumbente/mandatário) e avaliação econômica (FIGUEIREDO, 1991).

Neste capítulo, inicialmente, serão pontuados os principais conceitos e definições a respeito das duas primeiras correntes (Sociológica e Psicossociológica), enquadradas na chamada dimensão de curto prazo.

Foram incluídas na análise desta dissertação variáveis de tradicional abordagem por parte da corrente psicológica de estudo a respeito do comportamento eleitoral: a identificação e da rejeição partidária do eleitor. A partir destas variáveis, será possível averiguar se os sentimentos partidários tiveram significância na tomada de decisão do eleitor brasileiro nas eleições presidenciais de 2014.

Fatores sociais (sociodemográficos) entraram na análise, a princípio, apenas como “variáveis de controle”; afinal, como fora dito anteriormente, é de praxe a inclusão de características demográficas exercendo esta função (controle) em estudos do comportamento eleitoral. Contudo, embora não tenham sido tecidas hipóteses de investigação a este respeito de antemão, a inclusão destas variáveis na análise possibilitará que seja observado se houve relação (significância) entre elementos sociais e a explicação da decisão do voto (variável resposta). De toda forma, considera-se fundamental a feitura de uma revisão completa a respeito de todas as correntes clássicas mesmo que o estudo recaia preferencialmente sobre duas delas.

Maior aprofundamento teórico será dado à corrente que é foco da análise deste trabalho: a Teoria da Escolha Racional. Afinal, segundo comentado na introdução desta dissertação, considera-se que as avaliações individuais e de curto prazo sobre o desempenho em geral da presidente, a respeito da economia e a percepção do eleitor sobre a corrupção (dimensão da análise racional ainda pouco explorada e *issue* intensamente debatido ao longo da campanha) foram fatores com forte influência na decisão do voto nas eleições presidenciais de 2014.

Por se tratar de uma eleição revocatória (na qual o mandatário disputa a reeleição), deve-se enfatizar o fato de que o primeiro mandato da presidente estava em julgamento, e que aspectos associados a seu exercício anterior influenciariam significativamente a reflexão do eleitor ao longo do processo eleitoral. No capítulo de revisão conjuntural apresentamos com maior detalhamento os elementos (dados e informações) que fizeram este trabalho considerar os fatores supracitados como determinantes da tomada de decisão do eleitor brasileiro na eleição em estudo, bem como as hipóteses delineadas para a investigação empírica.

Destaca-se, mais uma vez, que esta escolha de abordagem não significa uma minimização da importância das correntes cujas explicações são fundamentadas nos grupos sociais e demográficos dos quais os indivíduos fazem parte ou nas preferências ancoradas no processo de socialização de longo prazo (tanto que fatores enquadrados nessa segunda corrente são incluídos na análise e nas hipóteses desenvolvidas no presente trabalho). Trata-se apenas de uma decisão teórico-metodológica de concentrar o desenvolvimento do trabalho em um enfoque específico dos estudos do comportamento eleitoral; enfoque no qual se ancoram os fatores contextuais (fatores que, como fora dito, acredita-se que tenham influenciado mais expressivamente a decisão do voto presidencial nas eleições de 2014).

## **1.2 - As correntes que avaliam o ‘longo prazo’**

### ***1.2.1 – A Teoria Sociológica***

A Corrente Sociológica coloca como centrais na explicação do comportamento eleitoral os contextos sociopolíticos e a interação social nos quais o indivíduo está inserido; levando em conta em suas análises fatores como: ocupação, região de residência (urbana/rural), situação econômica e social (classe trabalhadora, burguesia, etc.), religião, sexo, idade, escolaridade, entre outros. Nessa perspectiva, para examinar e buscar explicar o comportamento eleitoral dos cidadãos se considera necessário analisar a natureza das relações, a inserção dos indivíduos em grupos sociais, bem como o interesse de classe desses grupos (CASTRO, 1992).

O enquadramento de um indivíduo em determinado grupo, apontaria, em geral, uma maior probabilidade de identificação com um ou outro partido político (ou este ou

aquele candidato em disputa numa eleição). As percepções e atitudes políticas individuais são, assim, resultantes de enquadramentos edificados dentro do (s) grupo (s) ao (s) qual (is) os eleitores se enquadram e/ou mantêm vínculo (SAMPAIO, 2014).

A sociologia foi precursora nos estudos a respeito de comportamento eleitoral, sendo responsável por uma grande produção nesta área (CASTRO, 1994). Conforme destacado por Antunes (2010), o modelo sociológico de comportamento eleitoral foi, inicialmente, apresentado em três trabalhos essenciais: *The People's Choice* (LAZARFELD, BERELSON, & GAUDET, 1944); *Voting* (BERELSON, LAZARFELD, & MCPHEE, 1954) e *Personal Influence* (KATZ & LAZARFELD, 1955); desenvolvidos no âmbito da Universidade de Columbia (EUA).

A pesquisa de painel conduzida por Lazarsfeld et al. (1944)<sup>10</sup> tinha como objetivo avaliar os efeitos dos meios de comunicação no direcionamento do processo de escolha dos eleitores. Para isso, a investigação foi robusta metodologicamente: entrevistou sete vezes (ao longo de sete meses) cerca de 600 eleitores, que foram então segmentados em três grupos: aqueles que decidiram seu voto antes do começo da campanha, aqueles cuja decisão foi tomada durante as convenções partidárias e os que tomaram sua decisão já em um estágio avançado das campanhas.

Os resultados sugeriram que o efeito da exposição às mídias, na decisão eleitoral, é mínimo; e que decisivo e significativo mesmo na explicação do voto seria o grupo social do qual os eleitores fazem parte. Ou seja, na pesquisa de Lazarsfeld et al. (1944), segundo escrevem Ratto e Montero (2013), grande parte dos eleitores apresentava uma predisposição política ou partidária ancorada em sua identidade social; e essa predisposição seria imune, ou pelo menos resistente, aos investimentos e mensagens das campanhas político-eleitorais.

Contudo, cabe realçar, que esses achados não significam que se pode anular a importância das campanhas. Segundo coloca o próprio Lazarsfeld (1968), apesar de sua fraca capacidade de modificar drasticamente as opiniões dos eleitores, as campanhas cumprem um papel essencial no processo eleitoral: o de consolidação da opinião daqueles já simpatizantes por algum partido/candidato; que, por sua vez, utilizando os

---

<sup>10</sup> Há de realçar que a pesquisa de Lazarsfeld *et al* (1940) foi realizada e aplicada em Erie County (Condado de Erie), Ohio - EUA. Embora contando com um escopo limitado, se reconhece o mérito deste trabalho como pioneiro tanto no estudo do comportamento eleitoral quanto na utilização da técnica de pesquisa de *survey*.

discursos das campanhas, irão então articular argumentos e pressionar os indecisos a favor de determinado candidato ou contra seu desafiante (artifícios de campanha negativa).<sup>11</sup>

Na pesquisa realizada por Lazarsfeld *et al.* (1944), a associação entre o comportamento eleitoral e os grupos sociais aos quais pertenciam os indivíduos era tão forte que seria possível explicar as escolhas eleitorais utilizando apenas ‘status socioeconômico’, ‘religião’ e ‘área de residência’, fatores que definem o chamado ‘Índice de Predisposição Política’ utilizado na pesquisa deste autor (ANTUNES, 2010).

A propagação de uma avalanche de ideias e informações ao longo das campanhas, buscando o convencimento do eleitor, se mostrou então sem tanta força perante a influência de fato exercida pelos grupos sociais. As relações sociais já fortemente estabelecidas pelos indivíduos dificultariam, portanto, a penetração de novos ou contrários argumentos lançados no período eleitoral, sendo complicado, portanto, reverter opiniões já cristalizadas (SAMPAIO, 2014).

Diante de achados tão significativos e que surtiriam efeitos sobre profissionais e áreas de pesquisa diversos, no final de seu livro, Lazarsfeld *et al.* (1944, *apud* RATTO, MONTERO, 2013) ressaltam que embora a significância dos resultados tenha sido reveladora e recebido destaque no estudo que desenvolveram, novas e aprofundadas investigações seriam necessárias para fortalecer a área (tradução livre)<sup>12</sup>.

A Teoria Sociológica, em geral, tem uma ancoragem macro. Ela defende que fatores histórico-culturais e culturais globais conformam as características sociais, econômicas

---

<sup>11</sup> De acordo com os resultados da pesquisa de Lazarsfeld *et al.* (1968) o maior impacto das campanhas era o de reforçar posições já pré-estabelecidas (53%); seguido pela ativação de preferências (14%), a conversão de preferência por algum partido/candidato (8%), a conversão parcial (6%), a reconversão a algum candidato “abandonado” (3%) e, ao restante, não surte nenhum efeito (16%). Cabe destacar que a “conversão” só foi observada entre os eleitores nominados como “independentes” (eleitores que declararam mesmo nível de aprovação para todos os candidatos ou com rejeição na mesma intensidade para todos eles).

<sup>12</sup> Outro ponto de pesquisa abordado por Lazarsfeld *et al.* (1944) trata do papel dos líderes dos grupos sociais. Lazarsfeld *et al.* apontam essas lideranças como essenciais no processo de captura das informações e na filtragem daquilo que mais se ajuste aos interesses e convicções do grupo. Para estes autores, os líderes executam uma espécie de mediação entre as informações que buscam e às quais têm acesso e a opinião que emitem entre seus companheiros, em geral eleitores ‘menos sofisticados’ (com menos interesse, envolvimento e/ou conhecimento político). Ou seja, em geral, a informação acaba então por fluir dos veículos propagadores para os atores que exercem o papel de líderes, e desses líderes para seus liderados (demais eleitores pertencentes ao grupo). Esse processo foi chamado por Lazarsfeld de *two step flow of communication* (em tradução própria: fluxo de comunicação em duas etapas). Nesse panorama, o voto de um eleitor seria resultado do somatório das forças exercidas pelos líderes sobre os membros dos grupos dos quais faz parte (SAMPAIO, 2014).

e políticas de uma sociedade, gerando então clivagens sociais que, por sua vez, gerariam em grupos específicos do eleitorado preferência e identificação com determinados partidos políticos. Contudo, essa Teoria acabou dividindo seus adeptos e estudiosos entre a versão ‘marxista’ e a versão ‘não marxista’. (CASTRO, 1994).

A corrente marxista se concentra fortemente na importância dos determinantes econômicos e da estrutura de classe. Muito foi discutido no âmbito dessa corrente sobre a relação entre consciência de classe e participação (e escolha) política. A questão fundamental que guiava este eixo de estudo era: em que circunstâncias um grupo de pessoas enquadradas em uma mesma situação social – uma “classe em si” – se transforma em uma “classe para si”. A proposição era a de que atingindo uma consciência de classe, as classes trabalhadoras passariam então a se identificar com os partidos de esquerda. (PRZEWORSKI E SOARES, 1971 *apud* CASTRO, 1994).

Já a corrente não marxista, além de levar em conta, claro, os fatores socioeconômicos, abordou e chamou atenção também para outros fatores que conformam clivagens sociais: aspectos étnicos, religiosos, culturais, regionais, entre outros. Segundo essa corrente, em suas interações nos diversos grupos dos quais participa, o eleitor recebe influências que acabam por condicionar (ou não) seu voto em determinada direção.

Muitas pesquisas e estudos foram realizados com vistas a investigar o papel de fatores e características sociais na decisão do voto. Há de se distinguir, sempre, entre estudos que avaliam o comportamento eleitoral no sentido de comparecimento (realizados, especialmente, em países onde o voto é facultativo) e entre aqueles que analisam a direção e a escolha do voto entre determinados partidos e/ou candidatos (DOWNS, 1957; LIPSET, 1967; PRZEWORSKI, 1991). Estes trabalhos empíricos, feitos principalmente nos Estados Unidos e em países europeus, demonstraram a influência de fatores sociais como ocupação, local de residência (rural ou urbana), raça, religião, idade, escolaridade, status socioeconômico, sexo, participação em associações, entre outros, na explicação da direção do voto (CASTRO, 1994).

Estudos feitos também sobre as eleições federais canadenses encontraram que as características socioeconômicas são um importante preditor de escolha dos eleitores (MCGRANE, 2007). Segundo André Blais (2005 *apud* MCGRANE, 2007), enquanto algumas características socioeconômicas, como classe, tornaram-se menos importante ao longo do tempo, seria impossível compreender as recentes eleições federais

canadenses sem olhar para a região, religião e etnia como importantes determinantes do comportamento eleitoral. Foram encontrados resultados que apontam que católicos e cidadãos com origens étnicas não europeias votavam no Partido Liberal, enquanto protestantes e eleitores com origens étnicas europeias estariam mais propensos a votar nos Partidos Conservador, Aliança Canadense ou Novo Partido Democrático.

Na Argentina, Ratto e Montero (2013) também desenvolveram pesquisa cujo foco de uma das vertentes de análise se dedica a examinar a influência dos fatores sociológicos ‘classe social’ e ‘religião’ no comportamento eleitoral dos argentinos. Diferentemente da pesquisa de McGrane (2007), os achados apontam que os fatores sociais de longo prazo analisados (classe social e religião) apresentaram baixa significância explicativa do voto presidencial em 2007 no país. Sendo então interessante observar que nem sempre atributos socioeconômicos apresentam relevância explicativa para a decisão do voto, e que outras dimensões (individuais, psicológicas e/ou contextuais) precisam ser levadas em conta no estudo do comportamento eleitoral.

Ao longo dos anos, o número de trabalhos que se dedicaram a estudar o comportamento eleitoral foi ganhando espaço também entre pesquisadores brasileiros. Na década de setenta e oitenta os trabalhos realizados no Brasil nesta área focavam seus estudos especialmente nas correntes sociológica e psicossociológica, que será abordada na seção seguinte (SOARES, 1973; LEAL, 1975; LAMOUNIER, 1978; WEFFORT, 1980)<sup>13</sup>.

Em uma obra clássica, Leal (1975) analisa o ‘coronelismo’, o ‘personalismo político’ e a influência das relações pessoais locais no comportamento do eleitor. Enquanto Leal estuda o ambiente rural, Weffort (1980) se concentra em analisar a vida urbana; encontrando também a existência de uma identificação pessoal entre os chefes políticos e o eleitorado. Assim, ambos os estudos destacam a proeminência de uma relação política desconectada de partidos, mas arraigada numa relação direta entre indivíduos (pertencentes a grupos sociais específicos) e os líderes políticos.

---

<sup>13</sup> Cabe destacar um estudo anterior à década de setenta, considerado como um dos trabalhos pioneiros na área de estudo do comportamento eleitoral no Brasil: o artigo “*O voto operário em São Paulo*”, do sociólogo Aziz Simão (1956)<sup>13</sup>. Mesmo diante de limitações teórico-metodológicas – afinal muito pouco da teoria estrangeira estava desenvolvida naquela época e escassos eram os instrumentos metodológicos de pesquisa – o estudo de Simão trouxe importantes achados a respeito do eleitorado paulistano: além de observar o não alinhamento partidário entre o voto dado para os cargos executivo e legislativo (p.138), mostrou a relevância para a explicação da decisão do voto de fatores como 1) a preferência partidária e o voto independente de partidos (p.137), 2) o local e tempo de residência em São Paulo, o sexo, a idade e a ocupação do eleitor (p.139), 3) questões de classe (p.140) e 4) questões ideológicas (p.141).

Soares (1973) também aponta que o comportamento eleitoral pode ser associado ao enquadramento socioeconômico do eleitor, mas em seu estudo já parte para uma perspectiva de associação entre a dimensão sociológica do voto com a psicológica. Em sua pesquisa o autor encontra relação entre o grau de alfabetização e a renda (elementos sociais) e a identificação partidária (variável psicológica). E, com base em dados eleitorais do período de 1945 a 1962, indica a existência de significativa relação entre preferência partidária e decisão eleitoral.

Assim como Soares (1973), Lamounier (1978) considera a importância dos fatores socioeconômicos na definição da preferência partidária que, por sua vez, surte forte influência no comportamento eleitoral. Ou seja, características sociais por si só não seriam capazes de explicar de forma suficiente a decisão do voto. Sendo preciso recorrer a outros elementos de análise, tais como preferência partidária, posicionamento ideológico e também a questões racionais.

Assim, tem-se que Teoria Sociológica sofreu duras e consistentes críticas em relação à sua insuficiência e “superficialidade”, ao ser apontada como aquela que desenvolveu explicações para o voto baseadas apenas na análise dos meios (grupos) sociais aos quais pertencem os eleitores sem levar em conta aspectos de sua individualidade e cognitividade (CASTRO, 1994; BAQUERO, 1997, ALMEIDA, 1998)<sup>14</sup>.

Em seu segundo trabalho, os próprios precursores da teoria sociológica, Lazarsfeld *et al.* (1954), já deram os primeiros sinais de que seria preciso incorporar fatores de caráter individual e cognitivo nas análises sobre os determinantes do voto. A pesquisa demonstrou que o processo de escolha eleitoral dos indivíduos, além de ser orientado e não aleatório, estaria sim condicionado à classe socioeconômica, mas também à identificação partidária e ao grau de interesse pelas eleições. Esses processos psicológicos são o foco central da Teoria Psicossociológica, abordada na próxima seção.

---

<sup>14</sup> Muitos dos trabalhos mais atuais desenvolvidos no campo do comportamento eleitoral têm usado variáveis sociodemográficas apenas para efeito de ‘controle’ dos atributos intrínsecos aos cidadãos em estudo (sexo, idade, renda, escolaridade). Os estudiosos dessa área na ciência política atual parecem ter se convencido que questões demográficas, em grande parte das ocasiões eleitorais, podem ser condições necessárias, mas não são condições suficientes para a explicação do voto. Assim, em geral, optam por estudar aspectos associados a questões psicológicas e/ou individuais, e mantêm os elementos sociais nos modelos de análise para garantir o ‘controle’ dos resultados por estas características

### ***1.2.2 - A Teoria Psicossociológica (ou Psicológica)***

Os estudiosos da Teoria Psicossociológica reconhecem a importância da contribuição da perspectiva Sociológica (assumindo que as características socioeconômicas influenciam sim o comportamento eleitoral), mas se propõe a sanar as limitações impostas por ela chamando a atenção para a sua fragilidade em explicar porque em determinados momentos os indivíduos acabam por contrariar o que seria esperado deles (por fazerem parte de determinado meio) e destacando que a análise puramente externa tende também a negligenciar o raciocínio desenvolvido pelo indivíduo em uma tomada de decisão (CASTRO, 1994; BAQUERO, 1997; VEIGA, 2001).

A Corrente Psicossociológica se centra na crença de que o comportamento eleitoral dos indivíduos é definido pelos valores e motivações psicológicas que estes carregam consigo. Entender o comportamento dos eleitores nessa perspectiva psicossociológica é entender a mente do indivíduo, e nesse sentido, elementos como socialização, educação, valores adquiridos no âmbito familiar, entre outros, influenciarão a maneira do indivíduo pensar e, conseqüentemente, a sua decisão de voto (SANTOS, 2011).

As atitudes, motivações e percepções que levam à escolha eleitoral seriam então variáveis intervenientes entre os enquadramentos sociais dos indivíduos (raça, escolaridade, posição socioeconômica, etc.) e o comportamento eleitoral propriamente dito. Em estudos orientados a analisar a participação (no sentido de comparecimento) eleitoral, a corrente psicossociológica avalia como possíveis aspectos explicativos desse comparecimento a percepção de que o resultado será apertado, a motivação da força partidária, o interesse por política e pela campanha, o sentimento de obrigação ou compromisso de votar, entre outros. Já para estudar a direção da escolha eleitoral (a decisão do voto), essa teoria levanta como fatores explicativos a lealdade partidária, o posicionamento ideológico, o envolvimento político, o grau de informação do eleitor, entre outros aspectos. (CASTRO, 1994).

A Universidade de Michigan (EUA), no âmbito do *Survey Research Center*<sup>15</sup> da Universidade de Michigan, revelou os principais precursores e expoentes da teoria psicológica (ou psicossociológica). Campbell e Kahn são os autores de *The People Elect*

---

<sup>15</sup> Ver mais em: <https://www.src.isr.umich.edu/>

*a President* (1952), livro considerado como aquele que deu início à jornada de pesquisas desenvolvidas pela chamada Escola de Michigan.

Duas pesquisas de opinião (*survey*) com os mesmos entrevistados (conformando, portanto, uma pesquisa de painel) foram conduzidas por estes estudiosos: uma antes das eleições americanas de 1948 (em outubro) e outra depois (em novembro daquele ano).

Curiosamente, o *survey* pré-eleitoral não foi desenhado para ser um trabalho a respeito do comportamento eleitoral. O interesse de Angus Campbell e Robert Kahn era conduzir uma pesquisa a respeito de atitudes a respeito de política externa e, apenas ao final das entrevistas, foram incluídas duas perguntas de cunho eleitoral. Com o objetivo de avaliar, ainda que superficialmente, o grau de interesse e as orientações políticas dos respondentes, o *survey* perguntava se eles planejavam votar na próxima eleição presidencial e para qual partido (CAMPBELL E KAHN, 1952).

Ao final dessas entrevistas, para determinar o grau de interesse político dos respondentes e suas orientações políticas em geral, as duas seguintes questões eram colocadas:

- Nas eleições presidenciais do próximo mês, você certamente irá votar, ainda está incerto ou você não irá votar?
- (*Se certo ou ainda incerto*) Você planeja votar no partido Republicano, Democrata ou algum outro? (Campbell e Kahn, 1952:3 – tradução própria).

Após a eleição, estimulados pelo fracasso muito divulgado do Instituto Gallup para predizer os resultados<sup>16</sup>, Campbell e Kahn decidiram entrevistar novamente os mesmos respondentes da pesquisa realizada em outubro com os seguintes objetivos: verificar a cristalização das intenções de voto declaradas em outubro, registrar as características pessoais, comportamentais e demográficas dos votantes e não votantes e dos eleitores republicanos e democratas, para avaliar a influência de fatores psicológicos, sociológicos e políticos sobre a decisão do voto (CAMPBELL E KAHN, 1952: 3). Conforme destaca Bartels (2008), muito provavelmente Campbell e Kahn não poderiam imaginar que este seria o início de um projeto de pesquisa tão importante e de tão longa duração na história acadêmica das ciências sociais.

Diante das pesquisas então executadas, considera-se que a principal contribuição de Campbell e Kahn foi evocar a discussão para a importância dos partidos e da identificação partidária, elaborando e desenvolvendo uma ideia na qual o voto iria para

<sup>16</sup> Ver mais em: <http://www.politicaparpoliticos.com.br/index.php/detalhe-noticia/762400/a-furada-da-gallup>

o partido ou candidato que melhor estivesse alinhado com os valores do eleitor. A existência de um pensamento linear por parte dos eleitores, ancorado em preferências partidárias, permitiria a possibilidade de se prever a direção do voto. (FIGUEIREDO, 1988; SANTOS, 2011; SAMPAIO, 2014),

Embora abrangente e de inestimável contribuição para os estudos eleitorais, a pesquisa de Campbell e Kahn tem significativas limitações amostrais e estatísticas, que são, inclusive, destacadas por eles mesmos na introdução de seu livro.

A pesquisa que será reportada neste trabalho deve ser considerada como um estudo piloto para investigações definitivas que ainda precisam ser feitas. É uma pesquisa de escopo nacional, mas como uma amostra pequena (622), e suas estatísticas estão sujeitas a erros de amostragem consideráveis. (Campbell e Kahn, 1952: 02 - tradução própria).

Alguns anos depois, Campbell e demais pesquisadores da Universidade de Michigan (Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes) lançaram outra renomada e clássica obra: *The American Voter* (1964). Para dar sequência ao estudo de painel apresentado no livro anterior, *surveys* foram realizados também nas eleições americanas de 1952 e 1956<sup>17</sup>. Além dos dados das eleições de 1948, 1952 e 1956, informações coletadas por outros estudos políticos desenvolvidos pelo *Survey Research Center* também serviram de base para as análises desenvolvidas neste segundo livro.

Para explicar como se dá a incidência da identificação partidária na decisão do voto de um indivíduo, Campbell *et al.* (1964:24) elaboraram a teoria/modelo do Funil de Causalidade. A metáfora é a de que assim como um funil que tem a sua boca larga e a ponta mais estreita, o processo de decisão do eleitor começa a ser definido em uma dimensão ampla, vai passando de uma abrangência maior para uma mais específica, até chegar à complexidade da decisão; os eventos mais complexos ocorrem como resultado de fenômenos anteriores.

O funil seria composto então pelas seguintes partes: a) inicialmente o eleitor adquire sua identidade partidária por influência de seus pais e a partir dos processos de socialização; b) ele então desenvolve uma afeição/apego psicológico a este partido; c) sua preferência

---

<sup>17</sup> Estas pesquisas de *survey* iniciadas por Campbell *et al.* continuam a ser executadas em todas as eleições presidenciais dos Estados Unidos (com alterações nas perguntas originais). É possível ter acesso aos bancos de dados, análises temáticas de pesquisas, e outras informações, através do site <http://www.electionstudies.org/>.

partidária molda ao longo do tempo suas atitudes e ponderações; d) suas preferências e atitudes são então refletidas em seus posicionamentos sobre as seis dimensões de reflexão política elencadas por Campbell *et al.*<sup>18</sup>. O posicionamento do eleitor nestes seis aspectos será, por fim, a causa mais próxima de sua escolha eleitoral.

Os resultados da pesquisa apontam que o posicionamento a respeito dessas seis questões pôde prever o comportamento dos eleitores estadunidenses com 87% de precisão. Assim sendo, considerou-se que usar essas perguntas em um questionário aplicado nos Estados Unidos seria um artifício ainda melhor do que perguntar diretamente ao eleitor qual sua intenção de voto.

A teoria do Funil de Causalidade chega, portanto, à conclusão de que as atitudes, os posicionamentos e a decisão política do eleitor são desencadeados e construídos com base na identidade partidária que ‘conquista’ sua preferência desde seus primeiros passos de socialização.

Esse processo de construção de preferência e cristalização da identidade partidária é alvo de uma das principais críticas à corrente Psicossociológica. O papel dos partidos é apontado como supervalorizado na medida em que em sistemas multipartidários – e até mesmo nos Estados Unidos, onde foi observado enfraquecimento dos partidos na condução de questões centrais – fica difícil visualizar coesão e preferências intensas em torno de partidos (CASTRO, 1994). A imutabilidade e estabilidade partidária apregoadas pela Escola de Michigan se desfazem na medida em que se percebe um aumento de eleitores tomando decisões desconectadas de qualquer relação partidária (SAMPAIO, 2014).

No Brasil, uma série de trabalhos foi realizada a respeito da identificação partidária (e em alguns casos, do posicionamento ideológico) e sua relação com a decisão do voto (SOARES, 1973; LAMOUNIER, 1980; LAVAREDA, 1991; BAQUERO, 1997; SINGER, 2000). Porém, a despeito de encontrarem relação entre estes elementos, as pesquisas realizadas acabam por apontar para a existência de baixos índices de identificação partidária e de estruturação ideológica do eleitorado brasileiro. Assim, assinalam então que a maioria do eleitorado (por ter baixa estruturação ideológica)

---

<sup>18</sup> São elas: 1) atributos pessoais do candidato democrata, 2) atributos pessoais do candidato republicano, 3) os grupos envolvidos na política e os grupos de interesse que os têm afetado, 4) assuntos de política interna, 5) questões de política externa, e 6) uma avaliação comparativa dos dois partidos na gestão dos assuntos governamentais

acaba por levar em conta fatores desvinculados de questões partidárias<sup>19</sup>; o que, inevitavelmente, acaba por reduzir a capacidade preditiva dos estudos focalizados em um voto partidário-ideológico.

Conforme comentado na introdução desta dissertação, Kinzo (2005:68) identifica que, considerando o período de 1989 a 2002 no Brasil, apenas o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentavam um percentual significativo de identificação entre os eleitores. Outros partidos, tais como o PFL e o PSDB, que estiveram inclusive à frente do governo federal entre 1985 e 2002, alcançam taxas praticamente insignificantes de identificação junto ao eleitorado. Kinzo atribui ao multipartidarismo o baixo grau de identificação partidária no Brasil.

Em seus estudos, Campbell (1966) e Converse (1975) já encontravam indícios de que os eleitores que agem através de um pensamento linear (com alto grau de adesão política e forte identificação partidária) representam uma parte reduzida da população; a maior parcela do eleitorado seria composta por eleitores com baixo envolvimento político e com pouco interesse por essas questões.

Diante desses achados, Figueiredo (1988, p. 21 *apud* SANTOS, 2011) problematiza: “se o comportamento dos indivíduos é função dos sistemas atitudinais frente ao mundo e se esses sistemas não são coerentemente estruturados, então não é possível prever nada”. Assim, se grande parte dos cidadãos-eleitores define suas atitudes de forma totalmente não estruturada (ou de forma aleatória e imprevisível), não haveria como predizer, ou até mesmo estudar, com vistas a entender e explicar, o comportamento desses cidadãos.

A saída para este dilema foi encontrada pela própria escola psicossociológica, com o desenvolvimento do modelo de centralidade. Este modelo define que quanto mais central é a posição de um indivíduo na estrutura da sociedade (em termos de experiência urbana, classe de renda, profissão, escolaridade, consumo, etc.) maiores são seu interesse e seu envolvimento no processo político; maior é a sua “estruturação ideológica” e menor será a influência de acontecimentos de curto prazo em seu voto (CASTRO, 1994; VEIGA, 2001).

---

<sup>19</sup> Segundo Radmann (2001), baixos índices de identificação partidária e a existência de um voto personalista são identificados em Silva (1984), Baquero (1984 e 1997), Goldman & Sant’Ana (1996), Magalhães (1998), Silveira (1998) e Almeida (1998).

Ou seja, os indivíduos com menor grau de interesse em política e engajamento partidário estariam mais sujeitos aos impulsos momentâneos, se comparados àqueles com maior envolvimento político e identificação partidária. A identificação partidária, por exemplo, poderia blindar o efeito da percepção sobre a corrupção na decisão do voto de um eleitor que se identifique com o partido acusado de práticas corruptas (RENNÓ, 2006). Bem como a falta de identificação partidária (e engajamento ou interesse por política) pode intensificar o efeito de aspectos de curto prazo sobre a decisão do voto<sup>20</sup>.

Assim, enquanto personalidade, valores, hábitos e preferências ideológicas são aspectos considerados estáveis, os impulsos momentâneos possuem um grau de elasticidade para a mobilização política: a motivação pode mudar drasticamente no curto prazo, de acordo com a situação e com os estímulos recebidos. E diante da observação de um baixo índice de identificação partidária e envolvimento (engajamento e interesse) político, tem-se que os fatores e motivações conjunturais, mais do que os fatores estruturais, impactariam no comportamento dos eleitores em relação às opções políticas. (FIGUEIREDO *apud* SANTOS, 2011).

A importância de acontecimentos recentes (conjuntura) e de situações e avaliações contextuais para a tomada de decisão dos eleitores é elemento enfatizado e evidenciado pela Teoria da Escolha Racional, enquadrada justamente como sendo a “corrente do curto prazo”, conforme veremos na próxima seção.

...

Como esforços iniciais para entender o comportamento eleitoral, duas grandes teorias emergiram: uma principalmente baseada em aspectos sociológicos, outra com ênfase psicológica (Campbell *et all.*, 1960). A partir da revisão teórica a respeito das chamadas correntes do “longo prazo”, conclui-se que essas duas correntes não devem ser consideradas como perspectivas excludentes e ‘adversárias’, mas como possibilidades complementares para a análise do voto. Afinal, a própria Teoria Psicossociológica reconhece os apontamentos da Teoria Sociológica, destaca suas limitações e propõe

---

<sup>20</sup> Essas relações interativas entre variáveis explicativas do voto não serão exploradas nesta dissertação. A expectativa é que sejam objetos de estudo de trabalhos futuros, inclusive desta autora.

uma abordagem baseada também na conformação política dos cidadãos e em sua “estruturação ideológica”<sup>21</sup>.

Na próxima seção será apresentada a terceira corrente clássica do estudo do comportamento eleitoral. Considerada como sendo expoente de reflexão que baseia a análise da decisão do voto em fatores individuais e de curto prazo, a Teoria da Escolha Racional defende que não há determinação completa das estruturas socioeconômicas ou das preferências políticas (partidárias e ideológicas) sobre as ações dos indivíduos. Segundo Figueiredo (1991), essa teoria define que o eleitor minimiza e ultrapassa as variáveis colocadas pelas correntes do longo prazo, passando a votar com base em um cálculo racional, cuja reflexão e decisão se baseiam na maximização de suas preferências e benefícios. “O *homo psicologicus* e o *homo sociologicus* cedem lugar ao *homo economicus*” (FIGUEIREDO, 1991: 90).

### **1.3 - A corrente do ‘curto prazo’**

#### ***1.3.1 - A Teoria da Escolha Racional e suas definições básicas***

Baseada no individualismo metodológico, a perspectiva da Teoria da Escolha Racional aponta que “os indivíduos são racionais e agem intencionalmente, procurando, antes de tudo, maximizar ou otimizar seus ganhos” (CAMARGOS, 1999: 01). O indivíduo é a unidade de análise nessa Teoria, e é por meio de suas escolhas que se pode interpretar os fenômenos sociais. Esse indivíduo age estrategicamente, identificando ainda que de forma limitada suas próprias vontades e preferências.

As alternativas de escolha são ordenadas pelos indivíduos da mais preferida a menos desejada, e estes escolherão aquela que considerem que irá maximizar sua satisfação. Muitos fatores (*atalhos*) podem entrar neste cálculo, tais como os que serão avaliados empiricamente nesta dissertação: a avaliação de desempenho do atual mandatário do cargo em disputa (que pode ser construída com base em diversos fatores, como veremos um pouco mais adiante), a avaliação da condução econômica realizada pelo governo e a

---

<sup>21</sup> Estruturação ideológica sendo entendida aqui não apenas como posicionamento no espectro esquerda-direita ou como identificação partidária, mas como a relação que o eleitor (que, sim, pertence a algum (s) grupo (s) social (is) que é, em maior ou menor escala, capaz de exercer influência em seus pensamentos e atitudes) faz entre as suas opiniões sobre as diversas questões em discussão na arena política e a decisão do voto (VEIGA, 2001).

avaliação da integridade, legitimidade e eficiência (gasto eficiente de recursos) do governo em estudo (mensurada, por exemplo, através da percepção do eleitor sobre a corrupção<sup>22</sup>).

Esta corrente é, portanto, a representante de uma lógica na qual a tomada de decisão política decorre do fato de que eleitor é "movido por razões egoístas" e "vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará mais benefícios do que qualquer outro" (FIGUEIREDO, 1991: 37). Assim, segundo coloca Castro (1994), dadas as possibilidades de escolha à disposição dos eleitores, é possível entender o seu comportamento por se supor que eles preferirão aquelas possibilidades que lhe tragam o maior custo-benefício possível.

Neste sentido, tomando-se as variáveis a serem analisadas por esta dissertação, o cálculo empenhado pelos eleitores seria: 1) quanto melhor a avaliação que fazem do desempenho do mandatário, maior será o desejo que ele continue e mais intensa será a probabilidade de voto no mesmo, 2) quanto mais positiva a avaliação da condução econômica realizada pelo governo, maior também será a vontade que este governo continue no poder (garantindo boa situação na economia) e mais forte será a probabilidade de voto no mesmo, e 3) quanto pior a avaliação a respeito da corrupção percebida no governo em exercício, menor será a vontade do eleitor que este governo se mantenha no poder e menor será a probabilidade de voto no incumbente.

Enquanto as duas primeiras dimensões de análise (avaliação de desempenho do incumbente e a avaliação econômica) são consideradas como fatores clássicos para análises que tenham como enfoque a teoria racional, poucos são os estudos que abordam a percepção sobre a corrupção como um fator contido no cálculo racional que o eleitor faz (RENNÓ, 2007; CARREIRÃO, 2007; CALVET, 2013).

De acordo com Rennó (2007), embora o voto econômico possa ser entendido como o voto mais comum e típico de um regime democrático, a avaliação do impacto da corrupção sobre o voto é importante para a discussão teórica sobre contabilidade

---

<sup>22</sup> Segundo Filgueiras (2008) o entendimento sobre a corrupção está associado à moralidade predominante em cada período histórico e ela se torna mais evidente em crises políticas, afetando a legitimidade do regime. Della Porta (2000 *apud* BONIFÁCIO, 2014) traz evidências empíricas que relacionam corrupção à percepção de desempenho deficitário de governos.

democrática (*accountability*<sup>23</sup>) e a capacidade do eleitor de punir seus representantes (CONVERSE, 1966; PRZEWORSKI *et al*, 1999; STOKES, 2001 *apud* RENNÓ, 2007).

A contabilidade democrática (*accountability*) tem um forte componente de voto retrospectivo, de avaliação da atuação passada dos políticos no cargo eletivo. Para este autor, o voto retrospectivo tem múltiplas dimensões, e analisar o efeito de variáveis que tratem do tema da corrupção ao lado de outros fatores explicativos do voto “promove uma visão mais clara sobre quais critérios de análise retrospectiva os eleitores empregam em sua escolha eleitoral” (RENNÓ, 2007: 263).

O estudo clássico da corrupção abrange variadas definições conceituais e perspectivas de análise, sendo este um assunto tratado por abordagens funcionalistas, estudos de cultura política, entre outros (FIGUEIRAS, 2009). Nye (1967 *apud* BONIFÁCIO, 2014) define a corrupção como um comportamento desviante dos deveres da função pública. Neste comportamento, os agentes públicos agem de forma desviante com a finalidade de ganho monetário ou de status privado, para benefício pessoal, familiar ou de grupo próximo. Exemplos desse tipo de conduta podem ser os atos de suborno, nepotismo, apropriação de recursos públicos para fins privados, entre outros.

Avaliando as consequências da corrupção, Pharr (2000 *apud* Bonifácio, 2014) coloca que a má conduta de políticos e funcionários públicos tem impacto na qualidade da democracia, apresentando forte associação com a insatisfação dos eleitores em relação à política. Para Warren (2012), a corrupção mina os processos de natureza inclusiva da política, como a relação entre representantes e representados.

Bonifácio e Paulino (2015) vão além nessa discussão a respeito dos desdobramentos de práticas corruptas ao estudarem hipóteses que relacionam a convivência, os valores e a percepção dos cidadãos em relação à corrupção com a propensão de se engajarem (ou se afastarem) de atividades participativas na esfera política.

---

<sup>23</sup> O termo *accountability* ainda não tem tradução consensual entre os pesquisadores brasileiros, sendo encontradas traduções como ‘contabilidade democrática’, ‘prestação de contas’, entre outras. Buscando-se uma definição conceitual, tem-se que *accountability* significa, basicamente: prestação de contas ou fiscalização da atuação pública. O *accountability* pode se dar entre poderes (horizontal) ou entre poder e eleitor (vertical). A *accountability* horizontal é percebida pela relação de equilíbrio, entre, por exemplo, poderes Executivo e Legislativo e, ainda, pelos procedimentos institucionais de punição, como os processos de cassação a deputados e impeachment presidencial. A *accountability* vertical é dimensionada pelas eleições, pelas reivindicações sociais, que possam ser normalmente proferidas, sem que se corra o risco de coerção, e pela abertura regular através da mídia, ao menos das mais visíveis, dessas reivindicações e de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas. (Ver mais em: O’DONNELL, G. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n.44. 1998)

Como fora comentado anteriormente, pesquisas que tenham como enfoque a análise da percepção da corrupção na decisão eleitoral ainda não são muitas (CARREIRÃO, 2007; RENNÓ, 2007; CALVET, 2013), essa abordagem da corrupção é recente nos estudos sobre o tema.

Amparado na lógica de que os políticos podem fazer escolhas corruptas, mas os eleitores possuem o poder de punir esse comportamento através do voto (Chang 2005 *apud* Calvet 2013), Calvet analisa a relação entre decisão do voto e episódios de corrupção nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010. O autor encontra então que a deflagração de escândalos que denunciavam atos corruptos (associados a candidatos à reeleição ou apoiados por seu partido político) teve efeito residual na explicação do voto nas eleições pesquisadas<sup>24</sup>. Observando-se, no entanto, crescimento neste efeito a cada eleição.

Mesmo que com variável de formato e mensuração diferentes das utilizadas por Calvet (2013)<sup>25</sup>, o presente trabalho buscará investigar, então, qual terá sido o efeito deste atalho (corrupção) na decisão do eleitor nas eleições presidenciais de 2014.

Voltando para a revisão dos estudos clássicos, em uma analogia à lógica de interação entre empresários e consumidores, Downs (1957) postula que os partidos políticos (empresas) atuam racionalmente no sentido de calcular a trajetória e o percurso de suas ações, visando à maximização de seus votos (lucros); e os eleitores (consumidores), com a mesma lógica racional, na tomada de decisão sobre escolher um partido (um produto) buscam maximizar suas vantagens: com o menor custo, obter o maior lucro.

Ou seja, a racionalidade colocada por Downs (1957) – considerado como o principal expoente-fundador da Teoria da Escolha Racional – estaria na capacidade<sup>26</sup> do eleitor de

---

<sup>24</sup> De toda forma, cabe aqui destacar dois efeitos perversos dos episódios de corrupção destacados por Calvet (2013): 1) gerar desincentivos para a economia e para os investimentos e 2) produzir resultados devastadores para a democracia representativa, por afetar a relação entre representantes e representados.

<sup>25</sup> Calvet (2013) utiliza a percepção da corrupção como principal problema nacional, identificando os eleitores que responderam ‘corrupção’ para as perguntas: ‘Qual o maior problema do Brasil hoje?’ e, em seguida, ‘Qual o segundo maior problema?’. Os entrevistados que citaram a corrupção como sendo o maior problema do Brasil receberam o valor 2 (dois). Já os que a indicaram como segundo maior problema receberam o valor 1 (um). Os demais receberam o valor 0 (zero). (p.56). A presente dissertação trabalhará a percepção da corrupção através de variável cuja pergunta é: “De maneira geral, qual governo (FHC, Lula, Dilma) teve mais corrupção?”; uma variável mais direta e específica (tratando de um governo particular) a respeito do posicionamento e perspectiva dos eleitores em relação à corrupção no governo em estudo.

<sup>26</sup> A crença na capacidade e uso de um cálculo por parte do eleitor para a decisão de seu voto é uma dos principais alvos de crítica a esta Teoria. Entre os estudiosos ainda paira a discussão, teórica e empírica, de que grande parcela do eleitorado não baseia seu voto em cálculos de custo benefício e que muitos,

analisar o cenário político, as alternativas (partidos) colocadas e então fazer sua escolha, a partir de critérios que o levem a acreditar que aquela decisão lhe trará o maior e melhor retorno. Ou seja, no raciocínio de Downs os eleitores observam a atuação dos partidos e, a partir de então, calculam qual será o retorno obtido caso cheguem ao poder.

Em seu renomado livro “*The Reasoning Voter*”, Samuel Popkin (1991) propõe uma perspectiva em que os eleitores sejam vistos como investidores públicos, e o voto como um investimento racional no bem coletivo. Popkin justifica sua proposta de perspectiva dizendo que os eleitores não devem ser vistos, como muito se usa na teoria racional, como consumidores de produtos a serem consumidos imediatamente.

Para este autor, os eleitores são indivíduos que, em uma situação de informação imperfeita e incerteza, despendem tempo e esforços no processo de coleta de informações<sup>27</sup> e tomada de decisão e então investem seu voto na expectativa de ganhos e satisfação futuros que dependerão em grande parte da ação de outras pessoas e, mais especificamente, do governo eleito (p. 10 – tradução própria).

Popkin (1991) defende que os eleitores são atores que pensam e articulam sobre o que os governos podem e devem fazer, e a respeito de quem e qual partido político devem apoiar. Na condução de suas reflexões e ponderações, os eleitores buscam reduzir os custos (no sentido de ‘esforços’) da tomada de sua decisão política-eleitoral usando atalhos informacionais, angariados a partir de fatores como suas vivências anteriores e diárias, a mídia e suas interações pessoais<sup>28</sup>. Através destes atalhos, suas percepções sobre o desempenho do governo, dos partidos e dos candidatos afetaria então fortemente suas preferências e decisões eleitorais.

Assim, a teoria de Popkin é conhecida também pelo uso do termo *low-information rationality*, que segundo as palavras deste autor consiste em combinar em uma única terminação o aprendizado e as informações adquiridas pelos eleitores a partir de experiências passadas, de sua vida cotidiana, da mídia e das campanhas políticas (1991:

---

inclusive, votam apenas por serem compelidos por obrigação jurídica ou sanções impostas pela justiça aos que se abstém (BLAIS, 2000 *apud* SAMPAIO, 2014).

<sup>27</sup> Para Popkin (1991), uma escolha de dimensão pública também se difere de uma escolha privada nos incentivos que se tem para se coletar e reunir informações em cada uma dessas instâncias (p.10 – tradução própria).

<sup>28</sup> Segundo Popkin (1993), as informações recebidas a partir da mídia são discutidas com amigos e auxiliam os eleitores a formular opiniões. A comunicação interpessoal é vista como uma forma de se desenvolver e articular avaliações a respeito de partidos ou candidatos.

07 – tradução própria). Os eleitores usariam então essa “combinação” de experiências e informações na conformação de sua escolha eleitoral.

O raciocínio baseia-se em vários atalhos informacionais e “regras de ouro” que os eleitores usam para obter subsídios, que simplificarão o processo de escolha entre candidatos. [...] eles (os eleitores) fazem então a triangulação e validação de seus juízos em conversas com pessoas que confiam e de acordo com as opiniões de figuras nacionais cujos julgamentos e posicionamentos eles passam a conhecer. (Popkin, 1991: 07 – tradução própria).

A reflexão sobre o papel dos atalhos articulada por Popkin está, assumidamente pelo próprio autor, profundamente ancorada nos estudos de Anthony Downs (1957). De acordo com a teoria desenvolvida por Downs, os eleitores recorreriam aos atalhos (*shortcuts*) por não terem incentivo para buscar e reunir informações a respeito de política unicamente para aprimorar suas decisões eleitorais (POPKIN, 1991: 13).

Outro ponto importante a ser abordado nesta revisão é o de que a teoria da escolha racional está fortemente ancorada no chamado voto econômico, sendo protagonizada por estudos que buscam associar a percepção do eleitor em relação à economia à avaliação do governo e, logo, à direção do seu voto (KEY, 1966; KRAMER, 1971; CASTRO, 1994; CARREIRÃO, 1999; CAMARGOS, 1999; SAMPAIO, 2014).

Segundo Fernandes e Fernandes (2012), os fatores econômicos podem influenciar o comportamento eleitoral em função de três pontos: 1) uma melhora nas condições econômicas aumenta a probabilidade de voto no partido que é percebido como responsável pela mudança, 2) um melhor desempenho econômico tende a indicar uma capacidade administrativa do partido no poder, e 3) uma economia que vai bem tende a ser atalho positivo para a decisão do voto de eleitores que não se identificam partidariamente (os chamados ‘sem preferência/identificação partidária’), o que corresponde a uma parcela significativa da população.

Lewis-Beck e Stegmaeir (2007) descrevem que a ideia básica do voto econômico é a lógica de punição-recompensa, desenvolvida por Key (1966): a lógica de que os eleitores julgam o desempenho e a performance econômica do governo para decidir se irão premiá-lo (em caso de julgamento positivo), dando seu voto para a reeleição do mandatário ou seu sucessor, ou se optarão por penitenciá-lo (quando oajuizamento é negativo), votando em algum dos demais candidatos oponentes.

Conforme destaca Camargos (1999:07), Key suavizou a ideia de racionalidade, colocando-a como função do contexto e pontuando que o eleitor não precisaria necessariamente estar correto em suas percepções, ele votaria de acordo com seu grau de informação e de conhecimento sobre determinados partidos.

Em sua pesquisa, Key (1966) identificou três tipos de eleitores: os chamados *standpatters* (algo como “padrões que ficam”), os *new voters* (“novos votantes”) e os *switchers* (em tradução própria: “interruptores”). Os *standpatters* são eleitores com forte preferência e identificação partidária, e independente da situação e conjuntura eleitoral se comportarão de forma fiel a um partido, grupo político ou candidato. Os *new voters* são aqueles que, por terem pouco interesse por assuntos político-eleitorais e, conseqüentemente, reduzido conhecimento para embasar sua avaliação no passado, definem seu voto a partir da campanha. Por fim, os *switchers* são cidadãos que variam seu posicionamento em cada eleição que, com um comportamento mais favorável a mudanças, orientam suas decisões eleitorais a partir de avaliações que fazem sobre o desempenho do governo.

Assim, fica claro que os *new voters* são aqueles que acabam sendo mais influenciados pelos *issues* de campanha e os *switchers* são eleitores que, em sua maioria, utilizam o voto como forma de recompensar ou punir o mandatário (ou seu sucessor). Os governantes, cientes de que parte do eleitorado usa esse recurso em sua reflexão orientada ao voto, se esforçam então para executar medidas e ações que surtam bons resultados e boa imagem, e evitam tomar medidas consideradas como ‘impopulares’, que acabam por gerar efeitos indesejados.

No Brasil, a teoria da escolha racional ganhou maior espaço a partir da década de noventa. O trabalho de Figueiredo (1991), apresentado em seu livro “*A decisão do voto: democracia e racionalidade*”, é considerado como um dos precursores da frente de estudo do comportamento eleitoral considerando-se perspectiva racional no país.

Nesta obra, considerada por muitos como referência bibliográfica básica e obrigatória para pesquisadores da área, Figueiredo (1991) dedica grande parte do trabalho ao tema da escolha racional e a participação eleitoral, expondo e discutindo variados aspectos contidos no estudo dessa teoria, tais como a eficiência do voto, o paradoxo da participação, o cálculo do voto, incerteza, entre outros. Em geral, o objetivo de Figueiredo neste livro foi demonstrar através de discussão teórica, simulação e

exemplificação empírica que a participação político-eleitoral se funda em uma motivação racional.

Outro trabalho importante na abertura de espaço para a discussão da teoria da escolha racional no Brasil foi o de Castro (1992). A autora defende que não tem sentido afirmar que o eleitorado, em geral precariamente informado, não age racionalmente. Segundo Castro, a estruturação ideológica e, conseqüentemente, a racionalidade de um indivíduo, pode estar associada ao acesso diferenciado à informação política, que é condicionada muitas vezes pelo contexto socioeconômico e institucional em que o eleitor está inserido. Reconhecendo então as limitações, a insuficiência e/ou parcialidade de cada uma das correntes clássicas, Castro aponta para a necessidade de uma integração teórica complexa, que articule de alguma forma os variados fatores que influenciam o voto.

Cabe aqui destacar que a pesquisa desenvolvida na presente dissertação corrobora o pensamento de Castro (1992), incluindo em sua investigação a respeito das eleições presidenciais de 2014 variáveis enquadradas em diferentes correntes teóricas; de forma a combinar em uma análise complexa os diversos fatores que considera terem incidido sobre a decisão do eleitor. A saber, conforme já fora comentado e será visto de forma mais detalhadas no próximo capítulo, além de fatores considerados como racionais, foram inseridas também na análise dos dados variáveis sobre a identificação e a rejeição partidária (teoria Psicossociológica); bem como variáveis sociodemográficas, para efeito de ‘controle’ mas também para explorar a possibilidade de que seja identificado se houve alguma significância social na decisão do voto para presidente em 2014.

Na primeira metade dos anos 1990, muitos foram os estudos que se dedicaram a analisar e avaliar os determinantes do voto nas eleições presidenciais de 1994 no Brasil (MENDES E VENTURINI, 1994; FIGUEIREDO, 1994; MENEGUELLO, 1995; ALMEIDA, 1996).

Mendes e Venturini (1994), com base na análise de dados de *survey*, desenvolveram estudo no qual encontraram evidências de que o controle inflacionário advindo da implementação do Plano Real exerceu papel decisivo para as intenções de voto em Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Uma eleição que começou com o candidato Luiz Inácio da Silva (PT) na dianteira, e que esteve marcada por inúmeros outros fatores e eventos que pudessem favorecê-lo<sup>29</sup>, terminou com a vitória de FHC fortemente atribuída à ascensão da aprovação do Plano Real ao longo dos meses e da experimentação da população de um benefício econômico gerado por este plano: a significativa queda da inflação. Ou seja, embora permeada por episódios polêmicos e sobre corrupção, fortemente alardeados pela mídia, as eleições presidenciais de 1994 foram determinadas por um fator econômico. Segundo Mendes e Venturini (1994):

[...] a despeito do alarde da mídia e da movimentação das campanhas em torno dos fatos acima, do ponto de vista do eleitorado a alteração radical do quadro sucessório foi regida fundamentalmente por um único movimento: a implementação da segunda etapa do Plano Real, com a troca da moeda e a queda abrupta da inflação. Todos os demais acontecimentos ou passaram ao largo das considerações do eleitorado ou, quando muito, apenas amplificaram o efeito do Real no processo eleitoral (p.60).

Em consonância com os achados de Mendes e Venturini (1994), Meneguello (1995) também encontra forte associação entre a avaliação do Plano Real e o resultado eleitoral, sendo a avaliação da habilidade do governo em controlar a inflação determinante na escolha do eleitor. A autora chama atenção para a lógica retrospectiva adotada pelos eleitores na decisão do voto: consideravam para sua escolha a avaliação de um plano econômico a respeito do qual ao longo dos meses anteriores puderam observar êxito e levavam em conta o fato de que Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda na época de sua implementação (reconhecendo e dando crédito, portanto, a sua atuação passada).

Para explorar melhor outras possibilidades explicativas do voto, e colocar em “confronto” as três correntes clássicas que estudam o comportamento eleitoral, Meneguello analisou outros números a respeito do eleitorado brasileiro coletados nas pesquisas de intenção de voto. Os dados apontaram dois aspectos importantes: 1) a distribuição de votos em FHC e Lula era bastante similar entre os grupos socioeconômicos (renda familiar, escolaridade, idade, sexo e tamanho do município onde os eleitores moravam)<sup>30</sup>, não sendo possível, portanto, observar clivagens de voto claras entre estratos e grupos sociais, que fundamentassem a teoria sociológica; e 2) em

---

<sup>29</sup> Como o flagrante das confissões do Ministro Ricupero e a demissão do Ministro Stepanenko por envolvimento do governo na campanha do PSDB, a greve dos metalúrgicos, a afirmação de PC Farias de que em 1990 teria financiado a campanha ao Senado de Marco Maciel, novo candidato a vice de FHC, entre outros.

<sup>30</sup> Ver mais detalhes na Tabela 3, página 636, em: MENEGUELLO, R. (1995)

geral, era baixa a identificação dos eleitores com algum partido e que essa identificação não se traduzia em votos para os candidatos na disputa eleitoral<sup>31</sup>, o que refutou, nessas eleições, o argumento da teoria psicossociológica de que a preferência partidária é decisiva para a escolha eleitoral. Segundo a autora:

Nas eleições de 1994, os eleitores brasileiros consideraram com grande expectativa para o programa de governo, concentrando interesse na candidatura de Cardoso [Fernando Henrique] e colocando os partidos políticos à margem do processo eleitoral. Ainda que continuem a apoiar o processo democrático como um todo, os brasileiros demonstram muito menos confiança nas instituições da democracia brasileira. (p. 637 – tradução própria).

Após seu controle (redução) na década de 1990 com o Plano Real, a inflação perdeu espaço nas análises do comportamento eleitoral. Foi observado pelos pesquisadores que por estar controlada essa temática não era considerada com significância no cálculo do eleitor. Considera-se, inclusive, que em seu cálculo racional econômico os eleitores estariam dispostos a sofrer certo aumento nas taxas de inflação (que seriam pequenos em relação ao que já haviam experimentado no passado), desde que isso se traduzisse em crescimento econômico (SINGER, 2013)<sup>32</sup>.

Enquanto que na década de 1980 e 1990 o apoio eleitoral ao incumbente esteve fortemente associado à sua habilidade de prevenir aumento dos preços, no período de 2000 e 2010 não houve associação significativa entre as taxas de inflação e os resultados eleitorais. [...] Em vez disso, incumbentes que presidiram uma economia em crescimento colheram benefícios eleitorais (SINGER, 2013: 169 – tradução própria)

Um pouco mais adiante, em análise sobre as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, Carreirão (2000) coloca que um modelo que busque avaliar os diferentes aspectos contidos na reflexão e decisão do voto deve, entre outras variáveis independentes, incluir a avaliação que o eleitor faz do incumbente (governante em exercício). O autor também escreve que a identificação partidária tem maior incidência na decisão do voto de eleitores de alta escolaridade; e que entre aqueles com menor escolaridade, que

---

<sup>31</sup> Idem - Tabela 4, página 637.

<sup>32</sup> Cabe lembrar aqui o quanto os elementos econômicos inflação, desemprego e crescimento estão atrelados entre si. Considera-se em geral, a existência da seguinte associação diretamente proporcional entre estes 'elementos': maior crescimento econômico (investimento em infraestrutura, programas sociais, indústrias se instalando no país, etc.), menor desemprego, maior inflação (SINGER, 2013; SAMPAIO, 2014; OKUN, 1962/ "Lei de Okun"<sup>32</sup>).

compõem a maior parcela do eleitorado, a avaliação que fazem da atuação governamental<sup>33</sup> do atual presidente tem mais influência na decisão do voto.

Outro importante trabalho a respeito do comportamento eleitoral nas eleições de 1998 e que traz resultados indicativos da influência de aspectos econômicos na decisão do voto é o de Camargos (1999). O autor analisa e compara, à luz da escola racional, a evolução da intenção de voto ao longo do período eleitoral e a evolução da percepção do eleitor, a respeito da economia neste mesmo momento; e em seguida propõe um modelo de análise que inclui como variáveis explicativas para a decisão do voto a avaliação da economia em diferentes dimensões (prospectiva e retrospectiva, sociotrópica e pessoal), a avaliação de desempenho do incumbente (FHC) e a identificação partidária do eleitor. Os resultados apontaram forte associação das variáveis analisadas com o voto<sup>34</sup>.

“[...] as avaliações prospectiva pessoal, retrospectiva pessoal e sociotrópica, confirmam análises anteriores, afirmando que os que avaliam positivamente a atuação do atual governante ou os que acreditam que no futuro estarão melhores do que estão hoje tendem a votar no candidato da situação. Já os mais insatisfeitos com o desempenho do atual governo ou os mais pessimistas em relação ao seu futuro pessoal tendem a votar na oposição. Na mesma direção, aqueles que têm uma avaliação positiva do governo Fernando Henrique tendem a votar na situação, e aqueles que fazem uma avaliação negativa do governo, em geral, votam na oposição. (Camargos, 1999: 52).

Nas décadas seguintes, uma explosão de estudos eleitorais pôde ser observada no Brasil. A eleição e a reeleição de Lula (PT), em 2002 e em 2006, e a sua sucessão pela candidata Dilma Rousseff (PT), no ano de 2010, foram objeto de inúmeras análises (CARREIRÃO, 2004; HUNTER E POWER, 2006; NICOLAU E PEIXOTO, 2007; SOARES E TERRON, 2008; PEIXOTO E RENNÓ, 2011; SANTOS, 2011; FERNANDES E FERNANDES, 2012; SINGER, 2013; CAMARGOS, 2013; ZUCCO E POWER, 2013; PEREIRA, 2014a; PEREIRA, 2014b).

A economia esteve no centro das atenções e objetos de pesquisas. Muitos temas econômicos, e sua relação com a decisão eleitoral, foram abordados nestes trabalhos. Entre eles, alguns exemplos são a ascensão social e a mudança na configuração de classes, o voto econômico retrospectivo, o desemprego, os impactos de uma situação de

<sup>33</sup> Como já fora comentado anteriormente nessa dissertação, por questão de recorte de objeto e fundamentação teórica para estudo, as relações interativas entre variáveis explicativas de análise não serão avaliadas neste trabalho. Ficando como lacuna e agenda de pesquisa para estudos futuros, inclusive de interesse desta autora.

<sup>34</sup> A significância explicativa de cada uma das variáveis apresentou variação entre os modelos construídos para os dois candidatos em análise. Ver mais em Camargos (1999): Tabela 2 (p.44) e Tabela 3 (p. 47).

crise econômica (crise mundial de 2008/2009) e até mesmo a implantação do Programa Bolsa Família<sup>35</sup> e sua influência no voto de beneficiários e não beneficiários.

Em geral, os resultados apontam para a existência de associação entre as variáveis econômicas analisadas e a decisão do voto. Não sendo, porém, os assuntos econômicos os únicos determinantes do voto. Segundo as análises realizadas pelos autores mencionados acima, o poder executivo (gestor, articulador) de Lula, o carisma deste ator político, os escândalos de corrupção, o tempo e o conteúdo do horário gratuito de propagando eleitoral (HGPE), a identificação partidária com o PT, etc., também são fatores que devem ser considerados como determinantes, em maior ou menos escala, do resultado das eleições de 2002, 2006 e 2010.

Diante de um cenário de desenvolvimento econômico observado nos últimos anos no Brasil, apareceram então trabalhos que buscam avaliar a associação entre o crescimento da economia e os resultados eleitorais.

Em um trabalho a respeito das mudanças eleitorais observadas na América Latina entre 1982 e 2010, Singer (2013) coloca que além de não ser sempre que os eleitores usam a economia para decidir seu voto, eles também não respondem sempre aos mesmos aspectos econômicos. Segundo Singer, os eleitores parecem utilizar em sua reflexão e, portanto, na decisão de seu voto, a questão que mais os ‘ameaçar’ no atual momento.

Nas décadas de 1980 e 1990, na América Latina de uma forma geral, o problema era a alta da inflação. Com o controle e estabilização dos preços, a atenção dos eleitores se desviou deste assunto para a capacidade dos governos de gerarem melhorias na produção e consumo, e de promoverem crescimento econômico<sup>36</sup>.

Assim, na última década tem sido o crescimento, e não a inflação, o componente econômico dos debates eleitorais. [...] de toda forma, é claro que as campanhas não ignoram os riscos inflacionistas e os eleitores são sensíveis aos riscos de um retorno à instabilidade do passado. (Singer, 2013: 187 – tradução própria).

---

<sup>35</sup> Há aqueles que interpretam o recebimento do Programa Bolsa Família a partir de uma perspectiva que considera esse voto como uma decisão clientelista. Contudo, muitos trabalhos foram feitos sobre o recebimento deste benefício, a redução da pobreza e o crescimento econômico gerado pela elevação no ganho das famílias beneficiárias. Estudo do IPEA também demonstra que o retorno deste programa é favorável: o PIB cresce R\$ 1,78 para cada R\$ 1,00 investido (ALESINA, RODRIK, 1994; JORGE-NETO, PAULO, BARRETO, e TEBALDI, 2001; LINHARES, 2005; LANDIM, 2009).

<sup>36</sup> Cabe aqui pontuar que há estudos que avaliam, inclusive, que essa troca de prioridades por parte dos eleitores foi fundamental para a abertura de espaço para a ascensão de governos de esquerda na América Latina. (Singer, 2013). Embora interessante e de extrema relevância para uma compreensão mais geral das preferências e expectativas do eleitorado, esse tema não será aprofundado neste momento.

Fernandes e Fernandes (2012) também desenvolveram estudo a respeito do voto econômico no Brasil apontando evidências de que o crescimento econômico observado no último ano de governo possui associação positiva com o percentual de votos obtidos pelo incumbente. Usando dados de painel das eleições presidenciais e municipais de 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008 e o crescimento real do PIB municipal, os pesquisadores identificaram que os eleitores em um município tendem a premiar os incumbentes (ou os candidatos que se apresentem como seus sucessores) quando estes apresentaram bom desempenho econômico no último ano de mandato<sup>37</sup>.

Mais recentemente, Martins (2014) apresentou no V Seminário Nacional Sociologia & Política, em Curitiba, pesquisa a respeito dos determinantes do comportamento eleitoral e voto econômico na América Latina entre 2004 e 2012; encontrando evidências da existência de uma influência interveniente do crescimento econômico na avaliação do incumbente e, conseqüentemente, no direcionamento do voto para a manutenção do mandatário (ou seu sucessor) no poder.

Apesar de o crescimento do PIB não ter impactado diretamente na avaliação do presidente, Martins coloca, e demonstra através de análises estatísticas, que esta é uma variável que contribui, juntamente com o índice de percepção da corrupção, para a construção da percepção subjetiva de desempenho do presidente; o que, por sua vez, impactaria indiretamente na tomada de decisão do eleitor latino-americano.

Como já fora exposto, assim como o trabalho de Martins (2014), a dissertação aqui apresentada também inclui em sua análise investigação a respeito da percepção sobre a corrupção. Segundo foi apresentado anteriormente, a decisão de incluir na análise este item pouco estudado em sua relação com o voto se deu em função do fato de episódios e denúncias de corrupção que envolviam o governo federal terem sido deflagrados em 2013, e, conseqüentemente, terem tido forte repercussão<sup>38</sup> entre os cidadãos e sido um *issue* densamente abordado na campanha presidencial das eleições de 2014.

---

<sup>37</sup> Outro ponto interessante do trabalho de Fernandes e Fernandes, foi o achado de que municípios com maior potencial econômico tenderiam a optar com menor frequência pela manutenção do *status quo* (pela reeleição do governo atual ou sua sucessão por alguém da mesma base), dando seu voto para algum candidato desafiante. Ou seja: “a riqueza do município estava negativamente associada com a fração de votos obtidos pelo incumbente” (p.26).

<sup>38</sup> A questão da repercussão e a capacidade de influência da mídia são assuntos do trabalho de Lima (2012). Ver mais em: LIMA, V. (2012). Política de Comunicações: um Balanço dos Governos Lula (2003-2010), Editora Publisher Brasil.

### ***1.3.2 – Escola Racional e suas controvérsias estruturais***

Embora a lógica de compreensão e análise do voto racional possa parecer fácil à primeira vista, duas controvérsias estruturais (colocadas pelos próprios estudiosos da área) associadas à lógica de construção teórica da Escola Racional ainda permanecem.

Por se tratarem de discussões teóricas e densas, diferentemente da próxima seção (na qual a intenção será a de que este trabalho apresente onde se situa nas controvérsias analítico-metodológicas), neste sub-tópico o objetivo é apenas pontuar os dilemas clássicos da teoria racional para efeito de conhecimento e reflexão. Não há de forma alguma intenção de que os aspectos tratados a seguir sejam explorados mais profundamente ou analisados teórica e empiricamente por esta dissertação.

A primeira questão trata da seguinte indagação: se a decisão do voto é fruto de uma escolha racional entre alternativas (situação vs. adversários), que disputam a preferência do eleitor com forças e engajamento opostos, como ficaria a teoria da escolha racional em conjunturas nas quais não houver força na oposição? Ou quando o governo é ruim (totalmente mal avaliado) e o (s) candidato (s) da oposição não se apresenta (m) como uma alternativa agradável ao eleitor? E quanto ao caso em que um governo bem avaliado não consegue se reeleger ou fazer seu sucessor, sendo algum dos desafiantes escolhido pelos eleitores?

Nesses casos, a escolha racional perderia então fortemente sua capacidade de análise e explicação de um resultado eleitoral; e outras variáveis (sociológica e/ou psicológicas) precisariam entrar no âmbito de análise do pesquisador na busca de se compreender os motivos e explicações de resultados ‘adversos’ em relação à teoria racional (SAMPAIO, 2014).

Outro dilema muito discutido no âmbito seminal da Teoria Racional e não superado é o do paradoxo da participação. O eleitor toma duas decisões relacionadas entre si: participar (comparecer) ou não no processo eleitoral e, no caso de decidir participar, escolher um partido ou candidato. Considerando-se a primeira decisão enfrentada pelo eleitor, tem-se que como os custos do comparecimento e da escolha eleitoral são altos e o valor de um único voto é infinitesimal, a menos que o benefício com a vitória do candidato preferido seja alto (como é o caso de quando a preferência partidária é grande), seria de se esperar que o eleitor racional não se empenhasse em decidir ir votar

(CASTRO, 1992). Nesse caso então acontece o que ficou identificado, na teoria de Downs, como “paradoxo da participação”: se o eleitor racional não teria um custo-benefício positivo como incentivo para ir votar, como explicar que tantos eleitores compareçam às urnas no dia da eleição? Pergunta esta aplicável, é claro, para a realidade dos EUA (país de origem e estudo de Downs) e de outros países nos quais o voto é facultativo.

O dilema do “paradoxo da participação” é longo e, ainda hoje, sem ajustamento consensual para sua análise e explicação. Além disso, é um assunto que trata mais da participação eleitoral no sentido de comparecimento do que como escolha/decisão do voto. Sendo mais direcionado e estudado, portanto, em países nos quais o voto é facultativo (onde comparecer para votar é opcional, e o índice e os porquês da participação são, portanto, alvos de estudos).

De toda forma, cabe destacar que vários autores (RIKER E ORDESHOOK, 1973; FERREJOHN E FIORINA, 1974; STROM, 1975<sup>39</sup> *apud* CASTRO, 1994) desenvolveram trabalhos que buscaram acrescentar outras variáveis ao modelo originalmente difundido pela Teoria da Escolha Racional tentando resolver o famigerado paradoxo da participação (buscando explicações para o comparecimento nas preferências ideológicas, por exemplo), mas também avaliar e refinar (para além de fatores essencialmente racionais) a explicação para a direção do voto.

Além de chamarem a atenção para a existência de uma grande diversidade nas recompensas e nos prejuízos que cada eleitor levaria em conta ao tomar sua decisão, as propostas de aprimoramento da teoria *downsiana* feita pelos autores supracitados buscam introduzir no modelo original de explicação do voto fatores sociais e culturais (teoria sociológica) e aspectos atitudinais e cognitivos (psicossociológica). Ficando manifesto nessas propostas, portanto, que para explicar a decisão e a direção do voto não haveria como excluir totalmente variáveis de tipo social, cultural, atitudinal e cognitivo.

Considerando então a existência de lacunas em uma explicação totalmente racional-econômica do voto, a presente dissertação desenvolve análise focada em investigar a

---

<sup>39</sup> RIKER, W.; ORDESHOOK, P. An Introduction to Positive Political Theory. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1973; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. The Paradox of Not Voting: a decision theoretic analysis. American Political Science Review, V. 68, Issue 02. Junho, 1974; STROM, G. On the apparent paradox of participation: a new proposal. American Political Science Review, V.69, Issue 3. Junho, 1975.

significância e força explicativa de fatores tradicionalmente avaliados pela teoria racional (avaliação de desempenho do incumbente na condução do governo e avaliação da economia) juntamente com a análise de uma dimensão racional pouco explorada pelos estudos da área (a percepção sobre a corrupção), bem como com um elemento psicológico tradicionalmente considerado como fundamental para a compreensão do voto (a simpatia partidária) e com uma dimensão também psicológica observada como muito importante para o estudo do voto nessa eleição: a rejeição ao PT, partido da candidata incumbente<sup>40</sup>. Afinal, já fora assinalada por Castro (1992) a necessidade de uma integração teórica complexa, que articule de alguma forma os variados fatores que influenciam o voto.

Como já fora mencionado, fatores sociais (sexo, idade, escolaridade e renda) também são incluídos na análise de dados dessa dissertação, para efeito de ‘controle’ dos resultados por essas características ‘intrínsecas’ aos eleitores em estudo, bem como para que seja averiguado se há significância na relação entre algum elemento social e a variabilidade da decisão do voto (o que suscitaria explicações sociológicas).

### ***1.3.3 – Escola Racional e suas controvérsias analítico-metodológicas***

Conforme comentado na seção anterior, além de controvérsias estruturais, discordâncias analítico-metodológicas são questões presentes nos estudos sobre a Teoria Racional. Apresentamos essas questões e argumentamos como essa dissertação se insere (qual perspectiva adota e porque adota) na investigação das mesmas.

A primeira questão analítica é a dúvida sobre se os eleitores costumam recompensar mandatários (ou seus sucessores) na mesma proporção que decidem puni-los em caso de mau desempenho. Algumas pesquisas já apontaram que os eleitores tendem a dar mais

---

<sup>40</sup> A fundamentação da decisão de incluir estes fatores será apresentada no próximo capítulo com maior aprofundamento. Mas, de forma sucinta, pode-se dizer que fatores importantes associados ao primeiro mandato da candidata à reeleição precisariam entrar no modelo, afinal o exercício anterior da presidente-candidata estava em julgamento e, assim como o desempenho econômico, outros aspectos seriam importantes para a reflexão do eleitor e sua tomada de decisão. Neste sentido, incluiu-se a ‘rejeição partidária’ em função da observação de queda na identificação e aumento na rejeição ao PT, numa lógica de responsabilização do governo federal pelos problemas em geral, em especial aqueles reivindicados nas manifestações de junho de 2013. A ‘percepção sobre a corrupção’, variável racional pouco estudada em estudos que adotam essa perspectiva, foi considerada fator importante a ser mensurado na análise em função de terem marcado o primeiro mandato de Dilma Rousseff através dos escândalos envolvendo a Petrobrás e o PT que vieram à tona a partir do final do ano de 2012, tendo sido um *issue* fortemente debatido ao longo do ano de 2013 e também no momento da campanha eleitoral.

importância a resultados econômicos negativos do que aos positivos (BLOOM & PRICE, 1975; HALLER & NORPOTH, 1994; PRICE & SANDERS, 1995 *apud* PEREIRA, 2014b). Governos são severamente punidos em crises econômicas, mas não são tão bem recompensados em períodos de prosperidade (BLOOM & PRICE, 1975).

Entre outras hipóteses, acredita-se que uma conjuntura de maus resultados ative a ansiedade, que acaba então por aumentar o uso de estímulos de curto prazo na tomada de decisão, tais como a avaliação da economia. Bons resultados, de forma contrária, despertam o sentimento de entusiasmo, que torna os eleitores mais afins a se apoiarem em fatores de longo prazo para se decidirem sobre o voto, tais como a identificação partidária (MARCUS & MACKUEN, 1993 *apud* PEREIRA, 2014b). De toda forma, pouco se sabe de fato a respeito do real mecanismo que sustenta a ideia de que os eleitores são mais punitivos do que recompensadores.

Como será apresentado no próximo capítulo, nos últimos anos pôde se observar desaceleração em alguns aspectos econômicos no Brasil e melhorias em outros. Além disso, a opinião pública se mostrava dividida quanto a sua avaliação e expectativa em relação a assuntos econômicos. Neste sentido, essa dissertação poderá oferecer indicadores a este respeito, na medida em que será possível averiguar qual dimensão categórica terá impactado mais expressivamente a decisão do voto do eleitor nas eleições em estudo: o que influenciou mais fortemente a probabilidade de voto, a boa ou a má avaliação da economia? E quanto à avaliação de desempenho, em geral, da presidente: a avaliação positiva apresenta maior probabilidade de voto na candidata incumbente, ou a avaliação negativa eleva a chance de punição (voto a favor da oposição)?

A segunda é a interrogação se a direção da causalidade seria mesmo a de que a avaliação da economia influencia no voto, ou o contrário: se a preferência (escolha) do eleitor já definida por determinado candidato é que o levaria a racionalizar sua avaliação da economia de forma a torná-la politicamente coerente. Nannestad e Paldam (1994) destacam que existe uma tendência de que os eleitores que avaliam bem o governo (e por isso, de antemão, já pretendem votar no candidato governista) vejam a economia de forma mais relativizada e amena do que eleitores da oposição.

Este dilema não poderá ser avaliado pela presente dissertação. Segundo Pereira (2014b), para entender e avaliar melhor esta questão seria preciso um desenho de pesquisa

experimental, em que dois grupos de pessoas (tratamento e controle) fossem expostos a diferentes formatos de aplicação e desenho de pesquisa. Se a segunda hipótese colocada acima for válida, a relação entre avaliação da economia e voto analisada em inúmeros estudos poderia estar então refletindo simplesmente a capacidade dos eleitores de racionalizar sua avaliação econômica com base em seu voto.

Mas em que medida os eleitores ajustam sua avaliação sobre a economia para que estas sejam consistentes com sua preferência política preexistente? Uma terceira questão se desdobra dessa segunda: a relação entre sofisticação política e o voto econômico. Howell (1986 *apud* PEREIRA, 2014b: 145) desenvolveu um estudo no qual chega à conclusão de que a percepção da economia é uma dimensão instável entre os eleitores menos politicamente sofisticados e que estes, por não terem informação e conhecimento suficiente, tenderiam então a se basear nas preferências políticas que já têm ao aferir opinião – neste caso, enviesada por suas preferências – sobre a economia do país (a escolha prévia de voto desses cidadãos afetaria a avaliação da economia, e não o contrário).

Pensando então na complexidade do voto econômico, essa vertente se pauta também em argumentos e evidências de que, por não ser tarefa fácil e exigir esforços cognitivos complexos, o voto com base em percepções econômicas é observado com maior incidência e efeito entre os eleitores mais politicamente sofisticados (PEREIRA, 2014b: 117-118). Contrariamente à pesquisa de Howell, muitas pesquisas e pesquisadores defendem que “o eleitorado menos sofisticado tende a votar economicamente, ou pensando ‘com o bolso’” (PEREIRA, 2014b: 115).

A sofisticação política pode ser mensurada de várias formas. Por não ter disponíveis dados que possibilitem a construção de um índice de sofisticação (conhecimento, interesse e informação sobre política), o presente trabalho não poderá avaliar empiricamente a relação desse aspecto com o voto nas eleições de 2014. Ficando para trabalhos futuros a tarefa de entender essa dimensão do voto presidencial em 2014.

Aspectos teórico-metodológicos também são alvo de desacordo entre os estudiosos do voto econômico. O primeiro diz respeito à direção do cálculo feito pelos eleitores: o voto econômico é retrospectivo (eleitores pensam no desempenho econômico do atual governo nos últimos anos) ou prospectivo (eleitores olham para o futuro projetando suas expectativas econômicas entre crença na prosperidade ou no declínio)?

Key (1966) e Fiorina (1981) argumentam que o eleitorado julga a economia retrospectivamente para decidir seu voto. Já Downs (1957) sugere que os eleitores usam a lógica de que precisam mirar o futuro, escolhendo o candidato que irá governá-lo nos próximos anos, e comparando as performances que espera dos partidos competidores.

Para Downs, o voto retrospectivo estava intrinsecamente ligado ao voto prospectivo: a partir das plataformas do candidato da situação, o eleitor dowsiano imagina o futuro à luz das ações do governante no passado. Já para Key, o eleitor votaria com base apenas por ações anteriores dos atores políticos em disputa (CAMARGOS, 1999).

Essas duas possibilidades de raciocínio (retrospectiva e prospectiva) dão espaço duas linhas de investigação distintas: a Teoria Maximizante e a Teoria Satisfacionista. Na perspectiva difundida por Downs, o eleitor busca maximizar seu futuro avaliando as alternativas e escolhendo a que acredita que produzirá o melhor resultado. Na versão de Key o eleitor se decidirá pela opção que garanta minimamente a satisfação de seus interesses (FIGUEIREDO, 1991 *apud* CAMARGOS, 1999).

Este trabalho adota a avaliação retrospectiva tanto devido a uma limitação operacional (a variável de avaliação da economia está disponível apenas neste formato na pesquisa de *survey* utilizada como base para a análise empírica) quanto em função do fato de considerarmos que por se tratar de uma eleição revocatória o desempenho da candidata-mandatária à frente do governo estaria sob forte julgamento. Os eleitores considerariam a atuação passada da presidente como atalho para decidirem seu voto.

O segundo aspecto de discordância entre pesquisadores do voto econômico é a dimensão e abrangência do cenário econômico que os cidadãos consideram para decidir seu voto: os eleitores votam pensando em seu próprio bolso (*pocketbook voting*) ou considerando a situação econômica no país (*sociotropic voting*)?

Kiewiet (1983) trouxe essa discussão à tona através de análises feitas com bases em dados de *surveys* e de pesquisas de painel realizadas entre os anos de 1956 e 1980; encontrando resultados que apontavam que a popularidade e, conseqüentemente, a conquista de voto de um ator político podem ser afetadas tanto por questões econômicas pessoais (como desemprego de algum familiar, no lado negativo, ou conquista de algum bem, pelo lado positivo), quanto por situações nacionais, como o aumento de determinado imposto (enquanto influência negativa) ou a criação de programas de aceleração do crescimento econômico (determinante positivo).

Assim, em sua pesquisa, Kiewiet encontrou evidências de que além da direção da reflexão para o voto (retrospectiva ou prospectiva), outro fator que divide o chamado voto econômico é o peso que os eleitores dão, na decisão de seu voto, para os fatos econômicos gerais (voto sociotrópico) ou suas próprias experiências pessoais (voto do ‘próprio bolso’). Avalia-se nesta dissertação o voto sociotrópico, por questão de disponibilidade de dados para análise<sup>41</sup>.

Por fim, outro debate metodológico-analítico central nos estudos sobre o voto racional é a natureza, as potencialidades e as fragilidades em se trabalhar com dois tipos de dados empíricos: agregados (dados e estatísticas oficiais, disponíveis em sites governamentais ou obtidos em órgãos do governo/institutos de gestão pública) ou individuais (coletados em pesquisas *survey*).

Quando usados e analisados de forma errônea, esses dois tipos de fontes de dados (dados agregados vs. dados individuais) trazem à tona dois impasses em constante discussão pelos estudiosos do voto econômico, os problemas da falácia ecológica e da falácia atomística.

Soares e Terron (2008) escrevem que a inferência de comportamento individual através de resultados advindos de dados agregados é um problema estatístico denominado como falácia ecológica. Mackenbach (2000) define a falácia atomística como a ocorrência em que dados coletados em estudos individuais (*survey*) são utilizados para se fazer inferências sobre alguma dimensão de grupo ou coletividade (como no caso em que uma pesquisa, realizada em certo país, com amostra definida para seu conjunto nacional tem seus resultados em dimensão estadual ou pela idade dos eleitores interpretados em dimensão grupal sem que tenha havido cálculo amostral prévio que permitisse essa leitura). As falácias ecológica e/ou atomística consistem, portanto, no problema de se coletar e analisar dados em um nível e formular conclusões e inferências em outro nível (RAUDENBUSH E BRYK, 2002; HOX, 2002).

O presente estudo trabalha com micro dados individuais, coletados em pesquisa de opinião (*survey*) pós-eleitoral, gentilmente cedidos pelo Instituto Vox Populi. Assim,

---

<sup>41</sup> Considera-se que seria de grande importância e contribuição para os achados desta pesquisa a avaliação também da significância do voto de ‘próprio bolso’, para que pudesse ser avaliado qual das dimensões (individual ou coletiva) teve maior significância na decisão do eleitor. Fica, portanto, essa lacuna na análise e a possibilidade de investigação para trabalhos futuros.

far-se-á inferências apenas para o nível individual, de forma a evitar que seja cometida a falácia atomística.

#### **1.4 – Conclusão do capítulo**

Neste capítulo, foram apresentados os fundamentos das três Teorias Clássicas para o estudo do comportamento eleitoral: Teoria Sociológica, Psicossociológica e da Escolha Racional. As controvérsias e limitações das duas primeiras correntes já são bem conhecidas e, em grande medida, superadas e aceitas pelos estudiosos da área. Quanto à corrente Racional, não se pode dizer o mesmo: muitas questões analítico-metodológicas e muitos impasses estruturais ainda se impõem. Essas controvérsias foram então abordadas neste capítulo.

Depois de levantadas as referências teóricas para o estudo do comportamento eleitoral, considera-se essencial a realização de uma revisão conjuntural a respeito do contexto eleitoral que se deseja estudar. Em complemento ao referencial teórico base deste trabalho, tem-se que os fatores conjunturais fundamentam o ‘porquê’ das escolhas analíticas a serem desenvolvidas sobre o pleito em estudo.

Com vistas a dar embasamento contextual para a construção da análise, realizou-se então levantamento empírico e jornalístico a respeito dos episódios e entraves do primeiro mandato de Dilma Rousseff (uma vez que, por se tratar de uma eleição revocatória seu desempenho estaria em julgamento) e os elementos que, acredita-se, tenham tido influência na decisão do eleitor. São colocadas, ao longo do capítulo, as hipóteses (fruto de referencial teórico e conjuntural) que conduzem este estudo.

Em seguida, faz-se retrospecto dos fatores e acontecimentos que marcaram o processo eleitoral presidencial de 2014. Considera-se que este retrospecto é de suma importância para efeito de registro, memória e entendimento do período em estudo. Ainda mais considerando que este é um dos primeiros trabalhos acadêmicos a tratar das eleições presidenciais de 2014. Esta revisão permitirá que leitores que não tenham vivenciado ou acompanhado esse processo eleitoral ou que tenham acesso a essa dissertação futuramente se situem ou se recordem do contexto em análise.

## Capítulo 2

### Referencial conjuntural

Ao se estudar uma eleição revocatória (como é o caso das eleições presidenciais de 2014), é preciso se atentar para o fato de que o candidato à reeleição, além de apresentar para o eleitorado propostas e projetos, se coloca diante de um forte julgamento a respeito de seu desempenho no primeiro mandato. Assim, o incumbente não disputa apenas a preferência dos eleitores com seus adversários, ele terá sua atuação prévia examinada e precisará prestar contas do que já foi feito no exercício anterior; além de, é claro, precisar expor também suas propostas e projetos (e possibilidades de mudanças ainda em aberto) para um novo mandato.

Conforme fora apresentado no capítulo anterior, fatores associados ao primeiro mandato de um candidato à reeleição têm forte influência na decisão dos eleitores sobre se devem premiá-lo (votando por sua continuidade, por considerarem que teve uma boa atuação) ou puni-lo por um mau desempenho (votando em algum de seus desafiantes)<sup>42</sup>.

Assim, torna-se fundamental realizar um breve retrospecto a respeito de resultados e acontecimentos dos primeiros quatro anos de incumbência da presidente Dilma Rousseff, de forma a dar embasamento conjuntural para o apontamento dos fatores (variáveis explicativas) que marcaram sua gestão e que por isso, acredita-se, tenham influenciado a reflexão e decisão dos eleitores quanto a seu voto para presidente.

Cabe também discorrer sobre o desenrolar do pleito presidencial de 2014, para que sejam expostos os episódios que marcaram o ano eleitoral, a configuração da disputa e as estratégias de campanha adotadas pelos candidatos. Essa revisão é de essencial importância para possibilitar o conhecimento e entendimento do cenário eleitoral nos dois momentos diferentes de disputa (primeiro e do segundo turno), bem como para embasar as conclusões e análise dos dados, pois neste momento, como veremos, poder-se-á evocar elementos e posturas de candidatos observados ao longo da campanha como forma de conferir sentido (ou não) a alguns dos resultados encontrados.

---

<sup>42</sup> As motivações do voto nulo, branco e da abstenção não serão discutidas neste trabalho; conforme justificativa já apresentada anteriormente. Sabe-se que essa é uma discussão de suma importância, contudo o foco de análise dessa dissertação concentrar-se-á sobre as probabilidades de decisão do voto entre o candidato que representa a situação (a continuidade do *status quo*) e seu (s) desafiante (s).

Segundo coloca Alves (2008), a realidade de um fenômeno é sempre multifacetada, o que torna difícil a sua compreensão à primeira vista. Assim, o desafio de qualquer análise de conjuntura (na busca por traçar um mapa da correlação das forças econômicas, políticas e sociais que constituem a estrutura e a superestrutura da sociedade) é compreender as inter-relações das partes que formam o todo, pois a totalidade é um conjunto de múltiplas determinações<sup>43</sup>.

Neste sentido, o autor coloca que a análise de conjuntura funciona como um mapa que nos permite “viajar” na realidade. Ela tem como objetivo “filmar” a dinâmica do movimento social, devendo levar em conta não somente os fatos concomitantes e imediatamente contemporâneos, mas também a evolução temporal das tendências estruturais e institucionais dos fatores que se deseja observar, analisar e estudar.

Alves (2008) destaca que é importante lembrar também que a realidade, por ser multifacetada, muda se a olharmos de prismas diferentes. O que não quer dizer que existam várias realidades, mas que existem variadas alternativas de ação e análise frente a um determinado fenômeno ou realidade.

Outro ponto importante é que a análise de conjuntura não é uma obra neutra, tomada independentemente de um posicionamento político, já que a seleção das variáveis de análise pressupõe uma escolha, seja ela teórica ou de interesse pessoal, diante da realidade. Contudo, é claro, deve-se respeitar de forma fidedigna a dinâmica social, pois os fatos conjunturais não ocorrem conforme a vontade de quem os retrata ou analisa (ALVES, 2008).

Uma análise de conjuntura perpassa por várias etapas. A primeira delas é a definição do objeto e do objetivo, enquadrando no tempo e espaço o fenômeno que se deseja estudar e analisar. Após essa definição, têm-se então os processos de 1) pesquisa e seleção do material empírico, buscando realçar os principais fatos econômicos, sociais, políticos e culturais ocorridos no período; 2) exame, análise, explicação e síntese da correlação de forças entre os aspectos e elementos levantados; 3) verificação e demonstração empírica

---

<sup>43</sup> Sabe-se que muitos fatores precisariam ser analisados para falar de forma completa da conjuntura política e econômica brasileira dos últimos anos (tais como: problemas do presidencialismo de coalizão; esgotamento do modelo de gestão focado na ampliação de um grande mercado consumidor; efeitos adversos de políticas sociais; pluralidade partidária; crise de representação; surgimento na ‘nova classe média’, uma classe de consumo, e não uma classe social; entre outros). Mas, por questões de demarcação do objeto e direcionamento para a análise empírica que se pretende fazer, tratou-se conjunturalmente apenas dos aspectos que fundamentam as hipóteses em análise nesta dissertação.

das tendências enunciadas; e 4) em alguns casos, apontamento das repercussões, alternativas de ação e tendências futuras (SILVA, 1988; ALVES, 2008; CRUZ, 2000).

Definido então o objeto e o objetivo do estudo, bem como o tempo e o espaço que será analisado, neste capítulo buscou-se fazer pesquisa, seleção e análise de material empírico (dados de pesquisa e informações oficiais) e jornalístico para destacar os principais elementos que marcaram o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, que foi candidata à reeleição nas eleições presidenciais de 2014, bem como o desenrolar do pleito eleitoral ao longo do ano de 2014.

As informações apresentadas são referendadas por matérias veiculadas ao longo dos anos de 2013 e 2014, e também evidenciadas através de uma série de dados secundários, obtidos em sites oficiais de estatísticas governamentais e eleitorais (IBGE e TSE<sup>44</sup>) e através de pesquisas de opinião realizadas pelos institutos Datafolha e Vox Populi<sup>45</sup>.

O exercício feito na primeira seção deste capítulo trata de uma narrativa a respeito do primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT), cujo objetivo é complementar a revisão teórica na tarefa de justificar e dar embasamento para a seleção das variáveis que conformarão as hipóteses de análise dos determinantes do voto nas eleições presidenciais de 2014. Estas hipóteses serão apresentadas ao longo da seção.

Na seção seguinte serão revistos os principais fatores e acontecimentos que marcaram o decurso do processo eleitoral em estudo, caracterizado por uma disputa bastante acirrada entre os candidatos e pela entrada, inesperada, de uma candidatura de terceira via, que se projetou significativamente nas intenções de voto<sup>46</sup>.

Como fora dito, este retrospecto do processo eleitoral tem como objetivo elucidar aspectos associados à campanha eleitoral delineada e argumentos mobilizados pelos candidatos, bem como proporcionar o conhecimento e garantir o registro e memória a respeito do cenário conjuntural das eleições em análise; ainda mais considerando que este é um dos primeiros trabalhos a respeito de uma eleição presidencial tão recente.

---

<sup>44</sup> IBGE: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br); TSE: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)

<sup>45</sup> Utilizou-se dados disponibilizados pelo instituto Datafolha em sua página, ([www.datafolha.folha.uol.com.br](http://www.datafolha.folha.uol.com.br)) e dados primários de pesquisas de opinião gentilmente cedidos pelo Instituto Vox Populi.

<sup>46</sup> Marina Silva (PSB) obteve 21,32% dos votos, patamar significativo e relevante de intenção de voto. O que reforça ainda mais a necessidade de que próximos estudos sejam feitos abarcando a escolha eleitoral tomada pelos eleitores no primeiro turno.

Assim, reforça-se que esta revisão do período eleitoral tem finalidade de realce dos acontecimentos e de enquadramento conjuntural da análise e das posturas tomadas pelos candidatos. Mas a definição das hipóteses de investigação se baseou a partir da revisão das situações e entraves vivenciados pela presidente Dilma Rousseff (candidata-mandatária sob intenso julgamento) no exercício de seu primeiro mandato.

## **2.1 - O primeiro mandato de Dilma Rousseff**

### ***Variáveis (atalhos) importantes para a análise do voto e hipóteses de investigação***

Em outubro de 2010, Dilma Vana Rousseff (PT) foi eleita como a primeira mulher presidente do Brasil. Esta eleição presidencial foi a primeira, desde o ano de 1989, em que Luiz Inácio da Silva (Lula) não se candidatou ao cargo máximo do executivo federal. Afinal, naquele momento completava dois mandatos consecutivos no exercício do cargo (de 2002 a 2006, e depois de 2007 a 2010) e, constitucionalmente, não poderia pleitear a reeleição. Mas isso não quer dizer que ele não tenha sido essencial no processo de definição do processo eleitoral.

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, nenhum dos candidatos recebeu mais do que a metade dos votos, e o pleito foi levado ao segundo turno. Neste segundo momento, em disputa com o então candidato José Serra (PSDB), Dilma Rousseff foi eleita com 56,05% dos votos válidos<sup>47</sup>. A vitória de Dilma foi fortemente atribuída, por pesquisadores e estudiosos da área, à transferência de prestígio de Lula para aquela que foi apresentada como sua parceira de trabalho dedicada, administradora competente e, a partir daquele momento, sua sucessora.

Embora Dilma Rousseff apresentasse vasto currículo na atuação política<sup>48</sup>, resultados de pesquisas apontaram que a alta aprovação do governo (e do governante) Lula contribuiu de forma decisiva para sua eleição. Em pesquisa realizada pelo Instituto Ibope em agosto de 2010 os dados apontavam que para 54% dos eleitores que declaravam voto em Dilma Rousseff o motivo desse voto era o fato de ela ser ‘*a candidata que tem mais condições de dar continuidade ao governo Lula*’. Outros 12% falavam que votariam em

---

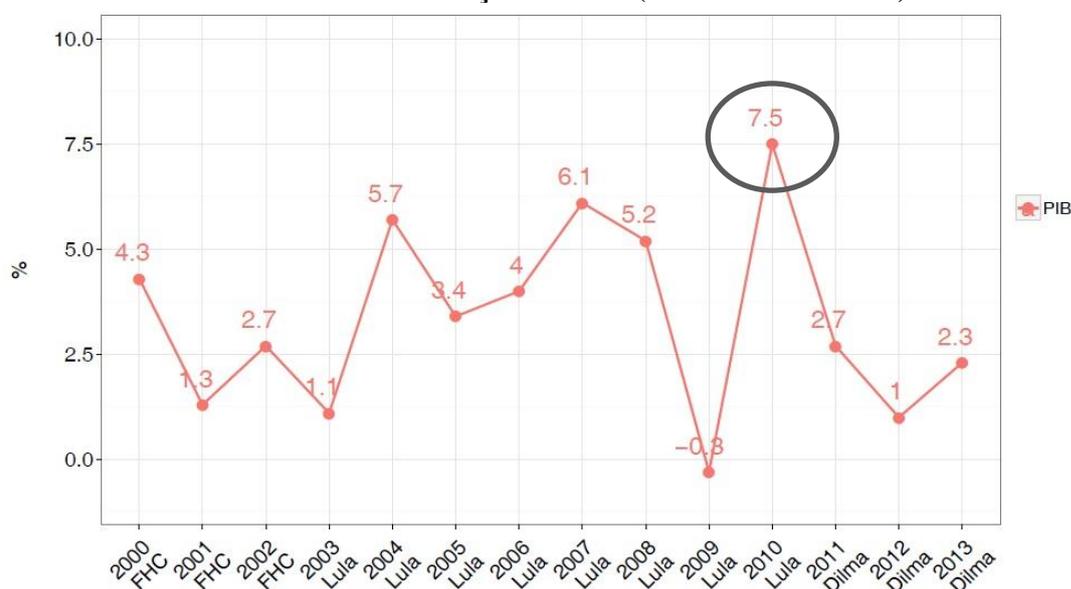
<sup>47</sup> Ver em: ‘Estatísticas Eleitorais 2014’: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014> – acesso 01/02/15

<sup>48</sup> Cargos já ocupados por Dilma Rousseff antes de ser presidente do país: Secretária da Fazenda de Porto Alegre (RS); Secretária de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul; Ministra de Minas e Energia; Ministra-Chefe da Casa Civil.

Dilma por ela ser ‘*a candidata de Lula*’. Apenas 8% creditavam seu voto ao argumento de que ela teria ‘*mais capacidade para governar o País*’. Outros 5% diziam que votaria em Dilma Rousseff por sua história de vida, e 4% por ela ser mulher<sup>49</sup>.

Nesse sentido, a presidente Dilma iniciou seu governo com forte expectativa da população a respeito de sua atuação, afinal o governo Lula (pelo qual se esperava continuidade) havia terminado seu segundo mandato com a altíssima aprovação de 87%, um recorde mundial inclusive<sup>50</sup>. Em 2010, último ano do governo Lula, o crescimento do PIB também atingiu um recorde histórico (Gráfico 1), deixando o eleitorado com a perspectiva de que nos próximos anos o desenvolvimento econômico seria ainda maior.

**Gráfico 1 – Evolução do PIB (crescimento em %)**



Fonte: IBGE (elaboração própria)

No entanto, ao longo do exercício do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o que se pôde observar foram índices econômicos que acabaram por colocar em xeque o desempenho e a imagem da presidente: o crescimento econômico, tão robusto no ano de 2010, ficou aquém do esperado (2,7% de crescimento em 2011, 1% em 2012 e 2,5% em 2013) e a inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) encerrou os anos de 2011, 2012 e 2013 se aproximando, ou ultrapassando, o teto da média estabelecida pelo governo.

<sup>49</sup> Ver em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,nao-sao-atributos-da-petista-que-seduzem-os-eleitores-imp-,601656> – acesso 01/02/15

<sup>50</sup> Ver em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,recorde-de-aprovacao-a-lula-e-mundial-diz-entsensus,659612> – acesso 03/02/15

Embora a inflação média anual obtida pelo governo Dilma tenha sido a mais baixa desde o início do Plano Real<sup>51</sup>, a expectativa de um maior controle e estabilização não se concretizaram, e dados ruins a respeito deste elemento econômico assombraram a imagem do governo até às vésperas das eleições: em setembro de 2014, um mês antes das eleições presidenciais, a inflação havia acumulado uma taxa de 6,75%, a maior taxa desde outubro de 2011, quando o IPCA acumulou índice de 6,97%<sup>52</sup>.

Acredita-se que a desaceleração do crescimento e a frustração quanto à expectativa de controle da inflação foram elementos categóricos para que alguns eleitores tecessem avaliação/imagem negativa da situação econômica do país e, conseqüentemente, do desempenho do governo. Considera-se que essa perspectiva de baixo desenvolvimento econômico e aumento da inflação gerou na população uma sensação de temor, de receio de que as condições de vida, tão melhoradas em função do crescimento experimentado nos anos anteriores, voltassem a piorar. Instaurando, em uma parcela da população, um sentimento de decepção, frustração e desconfiança em relação à candidata que sucedeu o tão aclamado governo Lula.

Em contrapartida, outro aspecto econômico considerado por alguns trabalhos como um fator de suma importância para a reflexão e posicionamento dos eleitores a respeito do andamento da economia de forma geral, apresentou resultados extremamente positivos no primeiro mandato de Dilma: a taxa de desemprego em 2013 caiu para 5,4%, o menor patamar histórico<sup>53</sup>.

Além disso, a política de valorização do salário mínimo – com regra de reajuste baseada na variação da inflação (INPC) do ano anterior e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes – apresentou ganho real de 76,6% nos 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>54</sup>, impactando diretamente na ampliação do poder de compra, na redução da pobreza<sup>55</sup> e a desigualdade no país<sup>56</sup>. Ou seja, existiram

---

<sup>51</sup> Ver em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/radar-economico/2014/01/10/inflacao-media-de-dilma-e-a-mais-baixa-desde-o-plano-real/> – acesso 03/02/15

<sup>52</sup> Ver em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/inflacao-oficial-fica-em-057-em-setembro-diz-ibge.html> - acesso 03/02/2015

<sup>53</sup> Ver em: [http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/30/internas\\_economia,493260/taxa-de-desemprego-em-2013-cai-a-5-4-menor-patamar-historico.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/30/internas_economia,493260/taxa-de-desemprego-em-2013-cai-a-5-4-menor-patamar-historico.shtml) – acesso 03/02/15

<sup>54</sup> Ver em: <http://szsadvogados.com.br/noticias/24-noticias-sindicais/173-politica-de-valorizacao-do-salario-minimo-e-inedita-no-pais.html> – acesso 03/02/15

<sup>55</sup> Ver em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/salario-minimo-teve-ganho-real-de-72-3-em-dez-anos-e-ajudou-a-reduzir-pobreza-no-pais> – acesso 03/02/15

<sup>56</sup> Ver em: <http://www.insper.edu.br/noticias/salario-minimo-e-desigualdade/> – acesso 03/02/15

também estímulos econômicos positivos para a reflexão e tomada de decisão dos eleitores.

No voto econômico, os assuntos e dados referentes à economia são o fator considerado para a reflexão dos eleitores, o “atalho” escolhido para decidirem seu voto de forma racional. Como visto, no primeiro mandato de Dilma Rousseff os elementos econômicos demonstravam performances distintas: enquanto o crescimento econômico e a inflação iam mal, a geração de empregos e a valorização do salário mínimo tinham bom desempenho.

Além disso, a opinião pública também se dividia quanto às perspectivas que tinham para a economia. Na semana que antecedia a disputa eleitoral do segundo turno, nota-se que os eleitores se mostravam divididos quanto a suas expectativas em relação a assuntos econômicos (Tabela 01):

**Tabela 1 - Expectativa em relação à inflação e ao desemprego (em 21/10/2014)**

	<b>Inflação</b>	<b>Desemprego</b>
<b>Vai aumentar</b>	31%	26%
<b>Vai diminuir</b>	21%	31%
<b>Vai continuar como está</b>	35%	33%
<b>NS (não sabe)</b>	13%	10%

*Pergunta: Em sua opinião, daqui para frente a/o inflação/desemprego vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?*

**Fonte: Datafolha Instituto de Pesquisas (elaboração própria)**

Diante de um eleitorado dividido quanto à sua avaliação sobre elementos econômicos e da vigência de um contexto econômico complexo (no qual se observava por um lado desaceleração econômica e inflação sempre no teto da média, e por outro baixas taxas de desemprego e aumento do salário mínimo), julga-se ser fundamental que em uma análise a respeito dos determinantes do voto na eleição presidencial de 2014 seja examinada a avaliação que o eleitor faz a respeito da economia de uma forma geral. Colocando-se, portanto, como **primeira hipótese** a ser avaliada por este trabalho a de que:

*H1 - a avaliação positiva a respeito do desempenho do governo na economia aumenta a probabilidade de que o eleitor vote no candidato que representa a continuidade; a avaliação negativa, em contraposição, favorece a probabilidade de voto na oposição.*

Na análise, verificou-se também, de forma exploratória, qual destas dimensões foi mais expressiva em sua influência sobre a decisão do eleitor: a avaliação positiva foi mais incisiva no aumento da probabilidade de voto na incumbente ou a avaliação negativa no aumento da probabilidade de voto no candidato desafiante? <sup>57</sup>

Conforme visto no capítulo anterior, sabe-se que a decisão do voto não é pautada exclusivamente por fatores econômicos. Embora tenha forte incidência na construção da escolha do eleitor, o julgamento sobre a performance do governo na economia não é fator suficiente para explicar a variação total do voto. Assim, ainda que defenda que a avaliação econômica tenha significativa influência da decisão do eleitor, a teoria do voto racional abre espaço para que outros elementos (racionais ou não) também sejam considerados nas análises (CASTRO, 1992).

Como já fora comentado, a avaliação de desempenho da presidente é construída com base em vários outros fatores. Desde avaliação sobre a atuação do mandatário em política externa, passando pela segurança pública, até chegar a aspectos mais pessoais como o carisma e imagem passada pelo governante, muitos são os elementos que influenciam a avaliação de desempenho de um ator político (CAMARGOS, 1999; CARREIRÃO, 2000; SAMPAIO, 2014).

No primeiro mandato de Dilma Rousseff, além da desaceleração econômica, outros fatores variados podem ter influenciado tanto positiva quanto negativamente a opinião pública a respeito do desempenho da presidente, como, por exemplo, a avaliação de programas educacionais (PRONATEC, Ciências Sem Fronteiras, etc.), de programas de saúde pública (Mais Médicos), a relação diplomática da presidente Dilma com outros países, entre outros.

Além destes, não se pode deixar de abordar aqui um fato que marcou (e gerou grande desgaste para) a imagem do governo de Dilma Rousseff: o episódio das ‘manifestações (ou jornadas) de junho de 2013’.

---

<sup>57</sup> Para que esta análise seja feita será preciso decompor a variável de avaliação em seis variáveis *dummies* (binárias), uma para cada opção de resposta. Em seguida, cinco delas serão inseridas no modelo e uma será sempre considerada como categoria de referência (categoria à qual todas as demais serão comparadas). Este processo será melhor explicado no capítulo metodológico e de análise dos dados.

Esses protestos tomaram grande dimensão (inclusive internacional) e ganharam ampla aderência em meio ao eleitorado, contribuindo fortemente para o crescimento da sensação de insatisfação de uma parcela de eleitores para com o governo. Por ter sido um tipo de fenômeno ainda não experimentado pela sociedade brasileira<sup>58</sup>, emergiram muitos estudos e análises a respeito das motivações, implicações, consequências, e também sobre a conformação e organização das jornadas de junho de 2013 (MENDONÇA AND ERCAN, 2014; PEREIRA E PERINI, 2014; PESCHANSKI, 2013; RICCI E ARLEY, 2014 *apud* PEREIRA, 2015).

Sobre o que tem sido considerado como o início das ‘jornadas de junho de 2013’<sup>59</sup> tem-se que no quarto ato do MPL em São Paulo, no dia 13 de junho, o protesto enfrentou forte repressão policial, com uso de gás lacrimogêneo e balas de borracha por parte da polícia. Após esses confrontos entre manifestantes e policiais (que foram registrados e também compartilhados via *smartphone*, em tempo real, por vários cidadãos) ganharem forte repercussão na mídia e nas redes sociais digitais privadas, o movimento se alastrou<sup>60</sup>, conquistando a adesão massiva da população não só nas capitais brasileiras, mas também em cidades de porte médio espalhadas pelo interior do Brasil.

Vários grupos organizados se envolveram nas manifestações, inflaram o movimento e protestaram pelos mais diversos assuntos<sup>61</sup>; tais como: os altos custos e atrasos nas

---

<sup>58</sup> De acordo com Pereira e Perini (2014), apesar de terem ocorrido grandes manifestações populares em outros momentos históricos, há dois elementos específicos que diferenciam as jornadas de junho das manifestações anteriores: 1) a gestação, organização e mobilização dos protestos ocorreram também nos espaços de sociabilidade digital, mais especificamente nas plataformas digitais privadas, tais como Facebook, Youtube, Twitter, entre outras; 2) o grande uso da violência coletiva por parte dos manifestantes, através de confronto com a polícia e a depredação de bens públicos e privados.

<sup>59</sup> Em maio de 2013 houve chamado do Movimento Passe Livre (MPL) para mobilização contra o aumento das passagens do transporte público em São Paulo e outras cidades. Embora os atos do MPL tenham ganhado mais notoriedade somente a partir de manifestação realizada do dia 06 de junho em São Paulo, os protestos contra o aumento da tarifa de transportes públicos já estavam acontecendo (e surtindo efeitos, com a revogação do aumento por algumas prefeituras) em várias outras capitais, como Natal, Porto Alegre, Vitória, etc. (Ver mais em: <http://saopaulo.mpl.org.br/> – acesso 03/02/15).

<sup>60</sup> Um estudo da empresa de comunicação e monitoramento InterAgentes (<http://interagentes.net/>) mostra que o MPL perdeu a liderança das chamadas e conversas online após a grande difusão dos episódios de atos de violência policial. Segundo monitoramento desta mesma empresa, o MPL perdeu então o protagonismo das ruas a partir do ato do dia 17 de junho. Podendo ser observado, nos protestos que se espalharam pelo país, grande variedade de pautas e reivindicações.

<sup>61</sup> É preciso aqui ressaltar que embora tenha sido observada nos protestos uma grande diversidade de tópicos, o foco dos assuntos levantados pelos manifestantes, em geral, recaía sobre pedidos de mais recursos/eficiência nos gastos e mais investimentos em políticas públicas, sobre a indignação com os casos de corrupção e sobre pedidos de mais participação e abertura democrática por parte dos poderes públicos. Indo, portanto, na linha de protestos que já vinham acontecendo pelo mundo. Nos quais, embora haja variação nos motivos das mobilizações entre os diferentes países, de forma sucinta, poderíamos resumir como uma luta por mais democracia; combate a governos autoritários no Médio Oriente, e busca por maior aprofundamento democrático em países da Europa e nos Estados Unidos. (PEREIRA, 2015).

obras da Copa do Mundo de 2014, a criminalização da homofobia, a PEC 37<sup>62</sup>, a ação pela reforma política, o combate à corrupção, a violência urbana e falta de segurança, as más condições da saúde pública, a força bruta do Estado e agressividade policial, necessidade de mais abertura para a participação política, entre outros temas<sup>63</sup>.

Sobre as implicações desses episódios para a imagem e avaliação governamental, é interessante observar que antes de junho de 2013 a presidente Dilma detinha um percentual de 62% de avaliação positiva sobre seu governo (Gráfico 2). Ao longo do período mais intenso das manifestações a avaliação positiva caiu bruscamente, chegando, em julho, a menos da metade (27% de avaliação positiva) do percentual observado em março. Analisando-se o percentual de avaliação negativa, nota-se que o seu valor aumentou em cerca de cinco vezes no período de cerca de três meses, passando de 6% em março para 31% em julho.

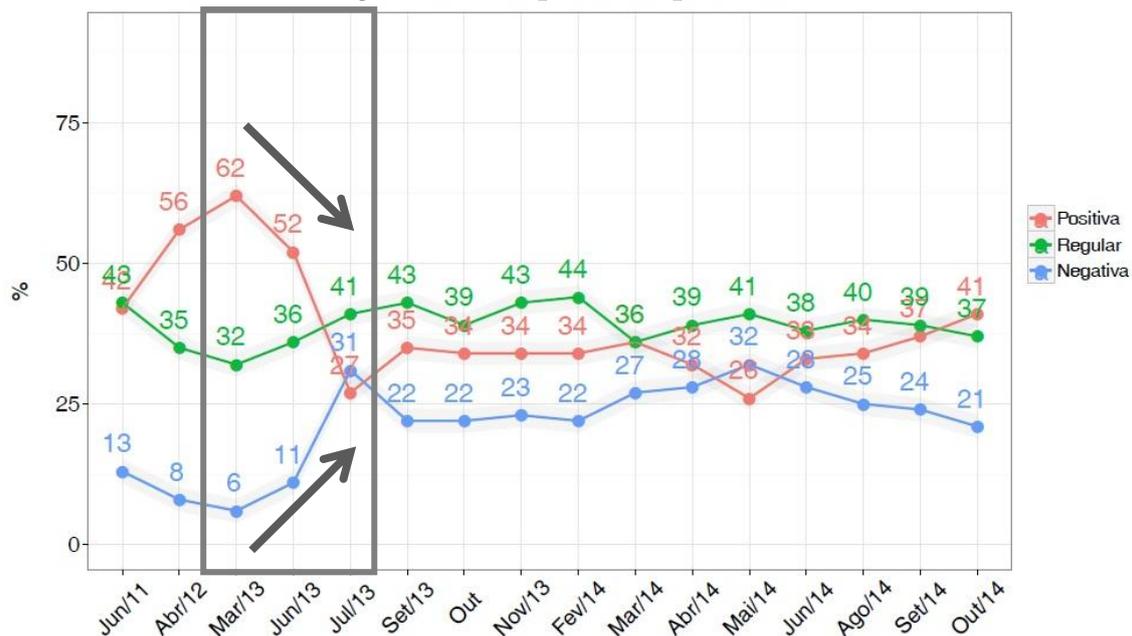
Nos meses seguintes é possível observar algum crescimento na avaliação positiva da presidente (que atinge seu novo ‘pico’, de 41%, em outubro, às vésperas das eleições). Mas, em geral, após as manifestações e ao longo do processo eleitoral, nota-se que essa avaliação se manteve em um patamar bastante inferior ao que alcançara antes dos protestos. Sendo, portanto, inegável o impacto que a eclosão das insatisfações da população nos movimentos de junho de 2013 teve sobre a opinião pública do eleitorado a respeito do governo federal.

---

<sup>62</sup> Apelidada de ‘PEC da Impunidade’, por buscar limitar a atuação do Ministério Público estadual e federal, ao delegar a apuração de infrações penais exclusivamente às polícias Federal e Civil de estados e do Distrito Federal.

<sup>63</sup> Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298127-veja-as-reivindicacoes-levadas-as-ruas-durante-manifestacoes.shtml>;  
[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/23/interna\\_cidadesdf,372988/manifest-antes-querem-priorizar-reforma-politica-na-pauta-de-reivindicacoes.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/23/interna_cidadesdf,372988/manifest-antes-querem-priorizar-reforma-politica-na-pauta-de-reivindicacoes.shtml);  
[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/06/25/interna\\_politica,411904/pec-37-vira-um-dos-principais-alvos-das-manifestacoes-de-rua-pelo-pais.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/06/25/interna_politica,411904/pec-37-vira-um-dos-principais-alvos-das-manifestacoes-de-rua-pelo-pais.shtml) - acesso em 05/02/15

**Gráfico 2 – Avaliação do desempenho da presidente Dilma Rousseff**



Fonte: Vox Populi (elaboração própria)

Sabe-se que as interpretações sobre as ‘jornadas de junho’ são inúmeras e ainda sem concordância entre pesquisadores da área; mais complexa ainda é a análise a respeito da influência de fato desses episódios na decisão do voto. De toda forma, o que se quer defender aqui é que sem sombra de dúvidas houve uma reverberação dessas manifestações na imagem da presidente, de seu governo e de seu partido<sup>64</sup>. Momentânea para alguns, mas estendida (sustentada por mais tempo) por outros. Afinal, como se pode observar nos dados longitudinais, os índices positivos caíram de maneira abrupta após os protestos, apresentaram alguma parcela de recuperação nos meses seguintes, mas não alcançaram de volta os níveis positivos que detinham antes dos protestos.

Além da influência da reverberação das jornadas de junho de 2013 e dos outros inúmeros fatores<sup>65</sup> que podem ter impactado na construção da avaliação de desempenho da presidente, tem-se que de forma geral (independente do contexto em análise) e em

<sup>64</sup> É difícil mensurar a influência de fato das manifestações (em termos de seu impacto na percepção e avaliação política do eleitor) na decisão do voto pois elas tomaram rumos inesperados, interpretações variadas e ganharam ou perderam adesão de grupos ao longo de seu acontecimento (movimentos sociais, *black blocs*, agremiações partidárias, ONG’s, cidadãos, etc.). De toda forma, acredita-se que, em geral, os efeitos desses episódios e sua repercussão midiática (inclusive internacional, afinal naquele momento acontecia no Brasil a Copa das Confederações) culminaram na geração de uma onda de insatisfação no país (aumento da avaliação negativa da presidente e do pessimismo em relação à economia).

<sup>65</sup> Como mencionado anteriormente, muitos componentes que podem entrar no cálculo do eleitor na conformação da opinião que fazem a respeito do desempenho de um governante ou governo. No primeiro mandato de Dilma Rousseff podem ter influenciado na avaliação dos eleitores aspectos tais como avaliação de políticas de educação, política externa, entre outros.

especial em uma eleição revocatória, o julgamento que os eleitores fazem do desempenho do incumbente é considerado como um preditor (determinante) clássico para a análise da decisão eleitoral.

Nesse sentido, cabe também examinar a influência da avaliação geral de desempenho da candidata incumbente na decisão do voto; tendo como **segunda hipótese** norteadora deste trabalho a de que:

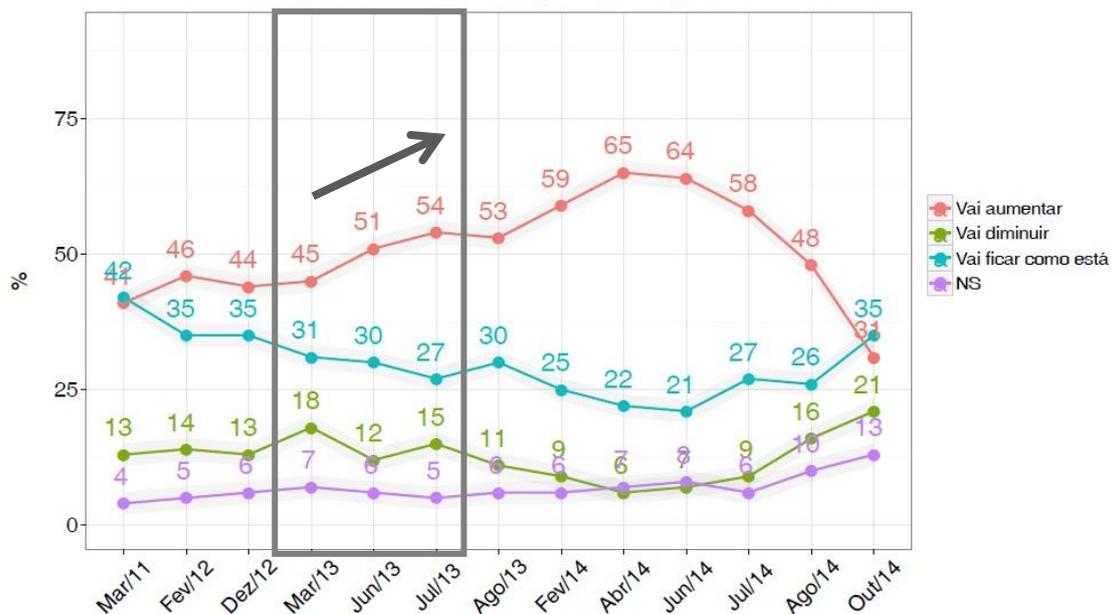
*H2 - a avaliação positiva do desempenho do mandatário aumenta a probabilidade de voto pela manutenção do status quo (reeleição do incumbente, no caso de uma eleição revocatória); a avaliação negativa, em contrapartida, eleva a probabilidade de voto a favor da oposição.*

Assim como mencionado na hipótese econômica (*H1*), verificaremos também qual das dimensões de avaliação influenciou de forma mais intensa a decisão do eleitor: a boa avaliação de desempenho foi mais incisiva em aumentar a probabilidade de voto na incumbente ou má avaliação foi mais contundente no aumento da probabilidade de voto no candidato desafiante?

A critério de ilustração e com a finalidade de reforçar o argumento defendido por vários autores de que, conforme já destacado neste trabalho, avaliação da economia e avaliação de desempenho são dimensões fortemente associadas, cabe aqui realçar dados que demonstram que as expectativas em relação à economia também se tornaram piores durante e após as manifestações de junho de 2013.

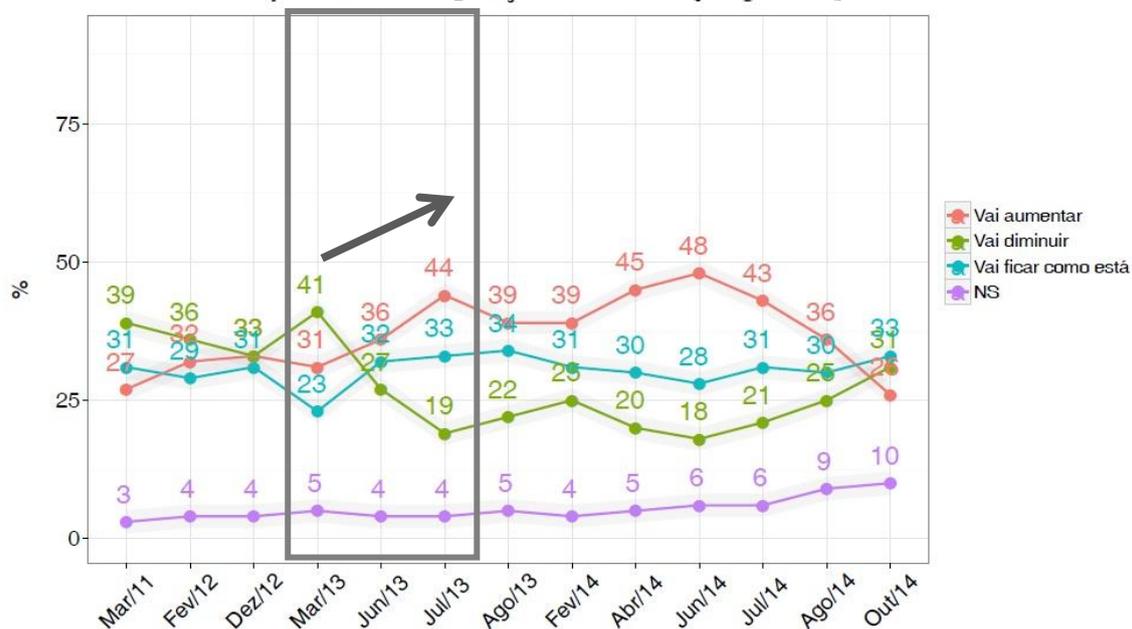
Observando-se os gráficos (Gráficos 3 e 4) a seguir, nota-se que além de impactarem negativamente na avaliação da atuação da presidente, as ‘jornadas de junho de 2013’ deixaram o eleitorado mais pessimista em relação a assuntos como inflação e desemprego. Ficando clara, assim, a ligação entre a avaliação do governante e a avaliação de assuntos econômicos.

Gráfico 3 – Expectativa em relação à inflação



Fonte: Datafolha (elaboração própria).

Gráfico 4 - Expectativa em relação à inflação



Fonte: Datafolha (elaboração própria).

Sobre as ‘jornadas de junho’, é importante pontuar que observando à primeira vista os números e linhas temporais expostos nestes gráficos acima (avaliação de desempenho, inflação e desemprego), não se pode, porém, cair na falácia de afirmar que ‘tudo estava bem’ e, após as manifestações, ‘de repente’ a situação ficou ruim. Embora os dados demonstrem uma queda brusca na avaliação positiva de desempenho da presidente e de

um aumento do pessimismo econômico em um pequeno intervalo de tempo (entre março e julho de 2013), cabe considerar que as manifestações têm sido interpretadas como um processo de eclosão e exteriorização de um pessimismo e desconfiança da população em relação a seus representantes de uma forma geral, e em especial em relação à esfera federal, cuja descrença e insatisfação já vinham ganhando força.

Os maus resultados econômicos observados (e, em alguma estância, vivenciados) por parte dos cidadãos em 2011 e 2012 já deixavam o eleitorado receoso em relação ao sucesso do governo Dilma e ao que poderia se esperar dos próximos anos, deixando vulneráveis a imagem e a credibilidade do governo.

O pessimismo em relação à realização da Copa do Mundo também era um fator que já desgastava a avaliação do governo. Construções e obras atrasadas, desocupações forçadas, e a sensação de que a FIFA colocava em xeque a soberania nacional do país ao impor suas regras de execução do Mundial de Futebol já eram fatores fortemente debatidos antes da eclosão das ‘jornadas de junho’, por grupos de resistência às desocupações populacionais e contrários aos gastos envolvidos na execução deste mega evento no país<sup>66</sup>.

Além disso, as denúncias de corrupção na Petrobrás, que começaram a aparecer na mídia no final de 2012 e ganharam força no primeiro semestre de 2013<sup>67</sup> também prejudicavam a percepção do eleitorado a respeito da legitimidade, integridade e probidade do governo.

Segundo Baquero e Castro (1996), o pessimismo da população se intensifica com o sentimento de ineficácia política, que pode ser alimentado pelos escândalos de corrupção; que, em geral, envolvem membros de várias instituições e cargos públicos e que são noticiados massivamente pelos meios de comunicação.

Neste sentido, acredita-se então que a evolução da investigação e da cobertura midiática sobre os casos de corrupção na Petrobrás a partir do final de 2012, e a respeito da

---

<sup>66</sup>Ver mais: <https://pelamoradia.wordpress.com/2013/03/04/remocoes-forçadas-para-copa-e-olimpiadas-no-brasil-serão-tratadas-em-sessão-do-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/> - acesso em 05/02/15

<sup>67</sup> Ver mais em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/escandalo-bilionario-na-petrobras-resta-agora-saber-se-ao-fim-da-apuracao-alguem-vai-para-a-cadeia-ou-quem-privatizou-a-petrobras-mesmo/>; <http://ucho.info/escandalo-bilionario-de-refinaria-texana-pode-levar-petistas-e-dirigentes-da-petrobras-para-a-cadeia>; <http://www.implicitante.org/noticias/demitida-por-denuncias-de-corrupcao-amiga-de-dilma-negocia-venda-de-ativos-da-petrobras/>; <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/08/engenheiro-denuncia-esquema-de-corrupcao-na-petrobras-para-favorecer-pmdb-e-pt.html> - acesso em 05/02/15

operação Lava Jato já em 2014 também podem ter impactado na reflexão e na decisão de voto dos eleitores. É válido realçar que a observação e constatação de casos de corrupção é algo inaceitável, sendo fator fortemente considerado por alguns eleitores para a conformação da decisão de seu voto, mas que existem também eleitores que levam em consideração a lógica do ‘rouba, mas faz’: lógica na qual os cidadãos declaram aceitar um político corrupto desde que ele tome medidas e faça obras que a população precise (BONIFÁCIO, 2013).

Apelidado pelos veículos de mídia de Petrolão, o caso de corrupção na Petrobrás consiste na investigação de suspeitas (1) de superfaturamento e evasão de divisas na compra da refinaria de Pasadena (Texas, EUA) em 2006, (2) de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco e (3) em indícios de pagamento de propina a funcionários da petroleira pela companhia holandesa SBM Offshore<sup>68</sup>.

A operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014, tem sido responsável por investigar um amplo esquema de lavagem e desvio de dinheiro, que envolve a Petrobrás, grandes empreiteiras do país e agentes políticos. Desde o início da operação, várias prisões foram executadas, diretores da Petrobrás foram demitidos de seus cargos, e empreiteiras foram alvo de buscas e apreensões de documentos. A lista de investigados e de pedidos de inquéritos inclui mais de cinquenta nomes, entre eles políticos de inúmeros partidos (PT, PMDB, PP, PSDB, etc.)<sup>69</sup>.

Como comentado no capítulo anterior, o estudo sobre a corrupção abrange diversas perspectivas de análise (NYE, 1967; PHARR, 2000; WARREN, 2012; BONIFÁCIO, 2014). Mas pesquisas que se debruçam sobre a relação entre percepção da corrupção e decisão do voto são poucas e recentes (CARREIRÃO, 2007; RENNÓ, 2007; CALVET, 2013). Em uma análise a respeito da significância da corrupção nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010, Calvet (2013) encontra efeito residual deste fator (percepção da corrupção) na explicação do voto. Contudo, destaca que este efeito se mostrou crescente ao longo das eleições avaliadas.

Tratando então do assunto da corrupção já nas eleições de 2014, em pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi na semana anterior ao segundo turno de 2014, tem-se que

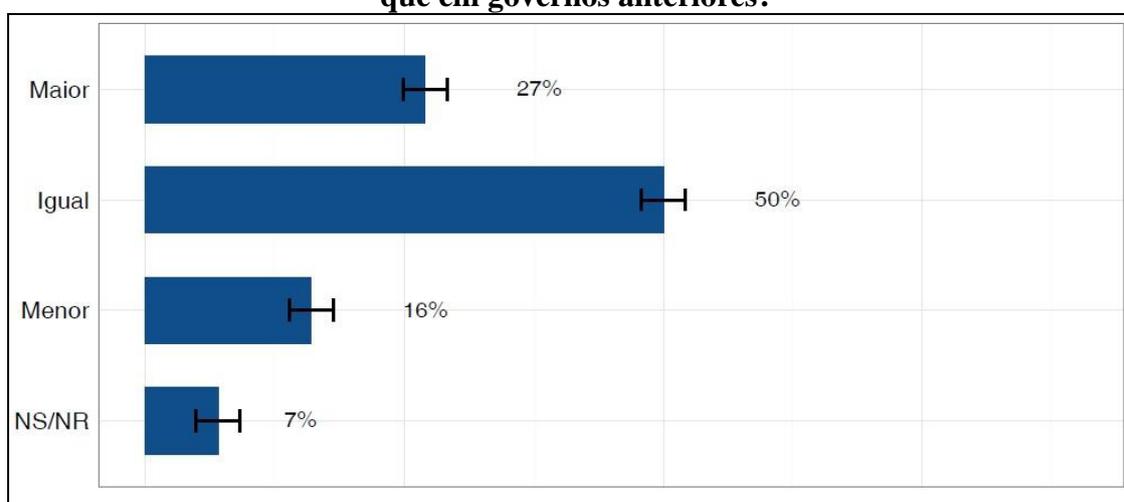
---

<sup>68</sup> Ver mais em: [www.g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/04/entenda-denuncias-envolvendo-petrobras.html](http://www.g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/04/entenda-denuncias-envolvendo-petrobras.html) - acesso em 15/05/15

<sup>69</sup> Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml> - acesso em 15/05/2015

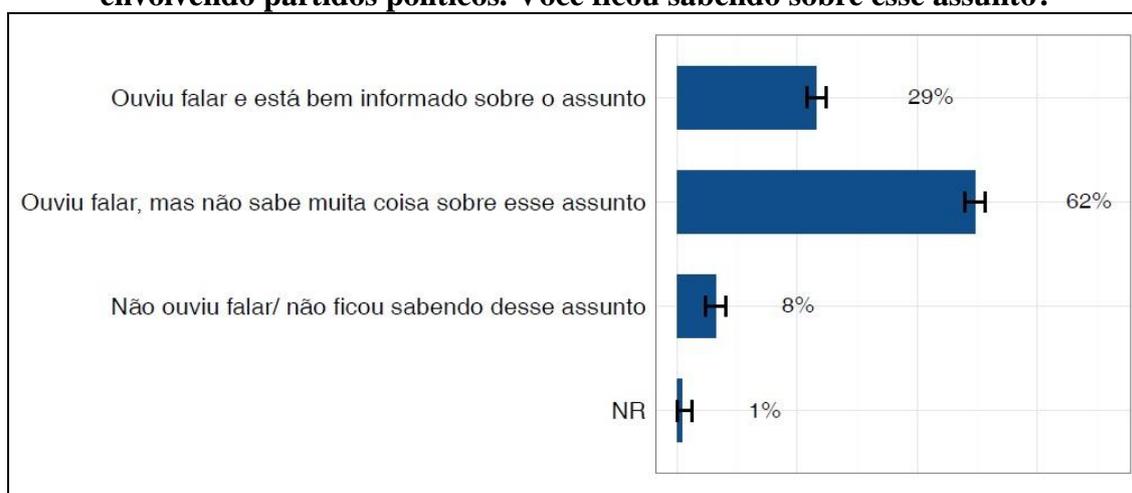
mais de um quarto do eleitorado declarou considerar que a corrupção no governo da Presidente Dilma é maior que em governos anteriores (Gráfico 5) e cerca de 90% dos eleitores já tinham ouvido falar sobre as denúncias de corrupção na Petrobras (Gráfico 6). No entanto, apenas 11% disseram que esses fatores [a corrupção, em geral, e as denúncias sobre a Petrobras] lhes faria mudar de voto (Gráfico 7). Percentual significativo de propensão à mudança, mas que, em geral, sinaliza pouca influência dos escândalos de corrupção na decisão do voto.

**Gráfico 5 – A corrupção no governo da presidente Dilma é maior, igual ou menor que em governos anteriores?**

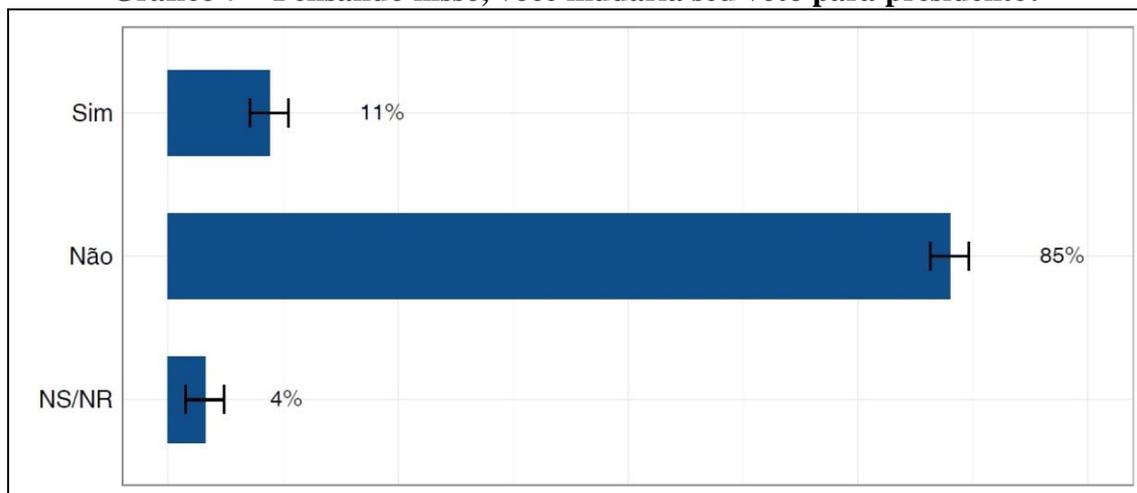


Fonte: Vox Populi (elaboração própria)

**Gráfico 6 – A imprensa tem falado sobre denúncias de corrupção na Petrobras envolvendo partidos políticos. Você ficou sabendo sobre esse assunto?**



Fonte: Vox Populi (elaboração própria)

**Gráfico 7 – Pensando nisso, você mudaria seu voto para presidente?**

Fonte: Vox Populi (elaboração própria)

Para ir além nesse entendimento sobre o comportamento dos eleitores em relação à corrupção, buscou-se então examinar se há significância na relação entre considerar que, comparando-se aos governos de Lula e FHC, o governo Dilma foi aquele que teve mais corrupção e a decisão de voto.

Deste modo, tem-se que a **terceira hipótese** norteadora deste trabalho é de que:

*H3 - a percepção de que a corrupção é maior no governo Dilma (do que nos dois governos anteriores) implicaria em redução na probabilidade de voto na presidente.*

Esta variável foi operacionalizada em formato binário, considerando-se como categoria de interesse (valor = 1) aqueles que consideram que o governo Dilma teve mais corrupção do que os governos de Lula e de FHC.

Amparado no direcionamento do estudo de Rennó (2007), no qual a informação política é considerada como variável controle, Calvet (2013) encontrou que eleitores mais bem informados tendem a não votar no candidato cujo partido esteja envolvido em escândalos, como em 2006. Considera-se de suma importância a análise desta relação entre informação política e percepção da corrupção na conformação do voto, contudo esta relação interativa não poderá ser testada na presente dissertação, por não se dispor de variáveis que permitam a mensuração de interesse e conhecimento político.

Outro componente marcante das eleições de 2014, que se acredita, em certa medida, também ter sido potencializado pelas manifestações de junho, foi o fortalecimento de uma noção de responsabilização e canalização da culpa dos problemas do país apenas

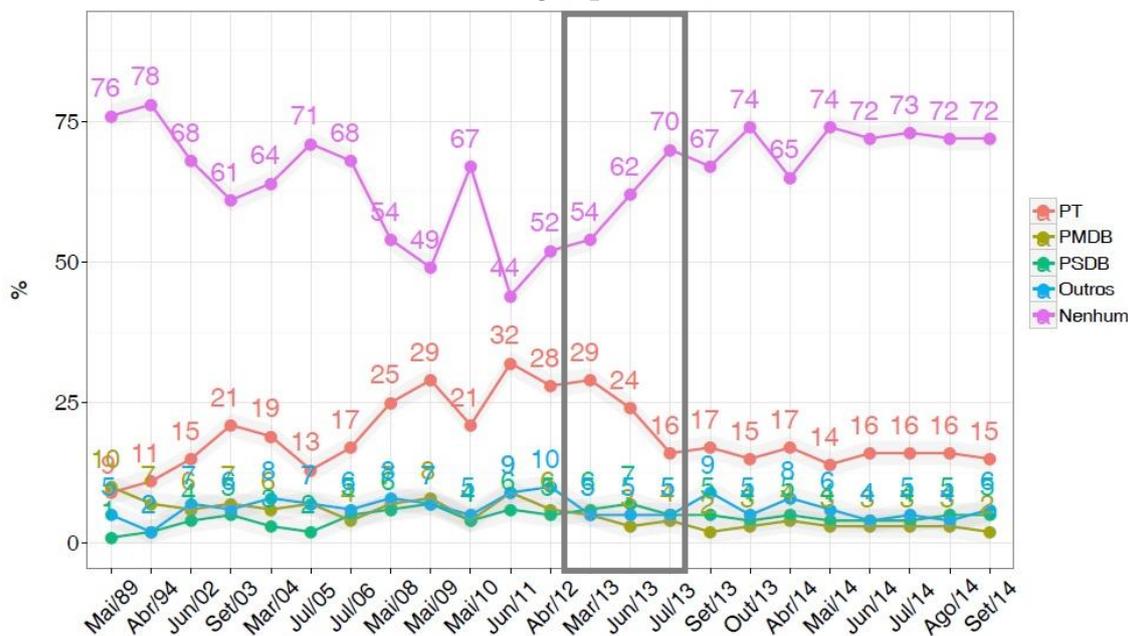
para o Governo Federal e, conseqüentemente, para o partido no poder executivo nacional. Além de influenciar fortemente na avaliação da presidente, acredita-se que a insatisfação generalizada e a culpabilização canalizada ao governo federal potencializou a queda abrupta da identificação (bem como o aumento da rejeição) com seu partido, o Partido dos Trabalhadores - PT (Gráfico 8).

Conforme fora destacado no capítulo teórico dessa dissertação, os eleitores, em geral, têm tendência a atribuir a responsabilidade por assuntos públicos a um único ator político, mesmo que os encargos em jogo sejam de gestão compartilhada entre vários atores ou, até mesmo, de competência de outra esfera. (RENNÓ; GRAMACHO, 2010 *apud* PEREIRA, 2014b).

Assim, mesmo que as manifestações de junho 2013 tenham sido caracterizadas como um movimento que (com ausência de liderança e acolhimento de uma agenda ampla de reivindicações) pregava o apartidarismo e a insatisfação com o sistema partidário e os partidos como um todo, observa-se que o descontentamento e a rejeição em relação ao PT tenham se tornado mais acentuados do que em relação a outros partidos.

Embora seja um fator considerado como de longo prazo, sendo uma das variáveis expoentes da teoria psicossociológica, nota-se que a identificação partidária em relação ao PT apresentou significativa redução em meados do ano de 2013. Essa queda provavelmente esteja associada à ‘jornadas de junho de 2013’, que vieram a impactar fortemente a opinião pública a respeito do partido nessa ocasião.

Em uma série histórica com início no ano de 1989, após alcançar altos índices entre maio de 2008 e março de 2013, pode-se observar significativo decréscimo na identificação com o PT na época das manifestações de junho de 2013, e a manutenção desse baixo patamar nos meses seguintes – ao longo de todo o período eleitoral de 2014 (Gráfico 8). Vale a pena destacar que não houve aumento na identificação com outros partidos (PMDB, PSDB e ‘outros’), o que se pode notar é a elevação no percentual de eleitores que declaram não se identificar com partido nenhum. O que faz sentido, considerando-se a onda de ‘apartidarismo’ e clamores pelo ‘fim dos partidos’ que se dispersou pelo país.

**Gráfico 8 – Identificação partidária (1989-2014)**

Fonte: Vox Populi (elaboração própria)

Além dessa queda nas pesquisas de opinião pública, tem-se que inúmeras pesquisas de monitoramento de redes sociais digitais privadas, feitas por grupos de estudos sobre esses temas e por veículos de mídia<sup>70</sup>, demonstraram a intensa incidência de menções, *hashtags* e uso de termos contrários à presidente, a seu partido e também a suas políticas (como o Programa Mais Médicos, por exemplo)<sup>71</sup> nas redes sociais.

As nuvens de *tags* feitas, em junho de 2014, pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e *Cibercultura* (LABIC – UFES), ilustram bastante a intensidade do antagonismo à presidente e a seu partido, o PT (Figura 1 e 2). Nestas nuvens, quanto maior a palavra maior é o número de vezes em que ela foi usada.

Nota-se, tanto na nuvem de associações à Dilma Rousseff quanto na nuvem de palavras em referência a Aécio Neves, a forte incidência de menções negativas em relação à presidente e a seu partido, trazidas à tona através de termos como “*Fora PT*”, “*Vaza Dilma*”, “*PT Mentindo na TV*”, “*Brasil Sem PT*”, “*Fora Quadrilha do Lula*”, “*PT Nunca Mais*”, entre outros.

<sup>70</sup> Ver mais em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/twitter-qual-o-tamanho-dos-201cexercitos201d-de-aecio-dilma-e-campos-6740.html> - acesso em 06/02/2015

<sup>71</sup> Ver mais em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/161>



Nenhuma destas pesquisas destaca qualquer incidência mais acentuada no aparecimento de termos negativos relacionados a outros partidos ou a governos estaduais e municipais – ainda que o comentário de insatisfação ou reivindicação colocados estivessem relacionados a alguma dimensão estadual ou municipal de gestão, como, por exemplo, segurança ou saúde pública.

É natural, claro, que o partido no poder do cargo executivo máximo do país tenha mais visibilidade, seja mais conhecido e seja alvo de reclamações. O que se deseja argumentar é que houve, de uma forma geral (mas não total) nas manifestações e ao longo dos meses seguintes, uma insatisfação, culpabilização e reivindicação mais fortemente direcionada à governante da esfera federal e também a seu partido, deixando os demais agentes e partidos políticos à margem dos acontecimentos.

Diante destes apontamentos, este trabalho considera que para compreender a decisão do voto dos eleitores nas eleições presidenciais de 2014, além de aspectos econômicos, da avaliação de desempenho da incumbente e da percepção dos eleitores sobre a corrupção no governo Dilma, é preciso também considerar a significância da rejeição e da identificação partidária em relação ao PT.

É importante destacar que mesmo sem ter preferência por um partido, um eleitor pode ter rejeição por um (ou mais) deles, não votando em um candidato a ele filiado. Essa rejeição, assim como a preferência, pode se dar por motivos de natureza "ideológica", ou ser calculada a partir de uma avaliação do desempenho daquele partido no exercício de algum governo importante (CARREIRÃO E KINZO, 2004: 156).

A rejeição partidária parece ter um vínculo claro com o voto; nos estudos desenvolvidos por Carreirão e Kinzo (2004), em mais de 98% dos casos em que um eleitor manifestava rejeição a um partido, ele não votava no candidato deste partido.

De toda forma, cabe examinar o efeito dessa variável nos modelos de análise desenvolvidos por esta dissertação, para conhecer qual foi a intensidade da influência deste antagonismo partidário na probabilidade de voto para presidente em 2014. Buscando-se, portanto, avaliar como **quarta hipótese** basilar deste trabalho a de que:

*H4 - a rejeição ao PT diminui a probabilidade de voto em Dilma Rousseff, candidata à reeleição por este partido.*

Quanto à preferência partidária, a situação é mais complexa, uma vez que parte dos eleitores vota no candidato de seu partido preferido e parte não (CARREIRÃO E KINZO, 2014: 160). Assim, a identificação com o PT também será analisada como variável explicativa do voto. Sendo então a **quinta hipótese** deste trabalho a *de que*:

*H5 - a identificação partidária com o PT aumenta a probabilidade de voto na candidata deste partido, a presidente Dilma Rousseff.*

Ao incluir na análise ambos os ‘sentimentos’ (identificação e rejeição) relacionados a questões partidárias será possível analisar qual das duas dimensões da relação partidária com o voto acabou por impactar mais fortemente na decisão dos eleitores no pleito presidencial de 2014: o apoio (identificação) ou o antagonismo (rejeição) a um partido<sup>72</sup>.

Cabe aqui realçar que a rejeição partidária é uma variável muito pouco analisada em estudos da área (CARREIRÃO E KINZO, 2004; NICOLAU, 2007; CARREIRÃO 2007 e 2008). Sendo um ponto relevante desta dissertação a abordagem deste elemento. O que não poderia ser diferente, em função do fato de que a rejeição ao partido à frente do governo federal nas eleições presidenciais de 2014 foi fator amplamente observado por pesquisadores, analistas e jornalistas políticos e também pela população em geral.

A identificação partidária (seja por determinados partidos de interesse, seja de forma geral), como foi visto no capítulo teórico, é uma variável tradicionalmente estudada pela corrente psicossociológica (CARREIRÃO, 2008). A sua inclusão em trabalhos que se voltem para o estudo da ideologia (preferência partidária e posicionamento ideológico) por trás do voto é considerada fundamental. Mas é usual também que estudos a respeito de comportamento eleitoral, em geral, abarquem essa variável, por se tratar de uma dimensão clássica da análise do voto. Segundo Camargos (1999:53), “a preferência partidária, apesar de ser pequena no Brasil, é uma variável que não pode ser descartada quando analisamos o resultado de uma eleição”.

---

<sup>72</sup> Para isso, conforme veremos, será preciso inverter a operacionalização da variável resposta, alterando a categoria de interesse e de referência, para que a direção da probabilidade de voto se altere e, conseqüentemente, a razão de chance de ocorrência desta categoria de interesse também seja invertida. Este processo será explicado de forma mais clara e detalhada no momento da análise dos dados. Esta é uma estratégia para aperfeiçoar (facilitar e otimizar) a análise e a compreensão dos resultados.

Além dos fatores já destacados, analistas apontam também que o governo Dilma não soube estabelecer diálogo com as centrais sindicais<sup>73</sup> e outros movimentos sociais, e não teve êxito no desempenho em frentes históricas de atuação do PT, como a reforma tributária, a reforma política e a reforma agrária<sup>74</sup>. O que acabou por gerar críticas à presidente vindas de seu próprio partido e causar a insatisfação de eleitores que anteriormente costumavam empreender apoio ao Partido dos Trabalhadores. Falhas que talvez não tenham culminado na criação de uma rejeição ao partido, mas que provavelmente podem ter reduzido a identificação (simpatia, preferência) em relação ao mesmo.

## ***2.2 – O processo eleitoral presidencial de 2014***

Conforme comentado no início deste capítulo, faz-se agora um breve retrospecto a respeito das principais características e acontecimentos que marcaram o processo eleitoral presidencial de 2014. O intuito não é delinear mais hipóteses de análise, todas as que serão investigadas neste trabalho já foram definidas na seção anterior. A finalidade deste retrospecto é proporcionar registro e conhecimento sobre o cenário conjuntural, os fatos descritivos e os episódios marcantes do pleito em estudo; bem como realçar as posturas e argumentações defendidas pelos candidatos ao longo da campanha.

Como as convenções partidárias para escolha e confirmação dos candidatos acontecem sempre em meados de junho (segundo o calendário do Tribunal Superior Eleitoral), o primeiro semestre de um ano eleitoral costuma ser marcado por muita especulação sobre quais serão os nomes que disputarão os cargos em jogo.

Até o dia do prazo final para registro de candidaturas, as emissoras de rádio e televisão são proibidas de transmitir programas apresentados por candidato escolhido em convenção. Assim, a sensação do eleitorado é que “o tempo da política” ainda não começou. Até este momento, as notícias ficam restritas à internet e redes sociais digitais, e a articulação de apoios e aliados políticos é feita apenas nos bastidores.

---

<sup>73</sup> Ver mais em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/03/falta-dialogo-ao-governo-dilma-diz-presidente-do-sindicato-dos-metalurgicos-do-abc-1055.html> – acesso 06/02/15

<sup>74</sup> Ver mais em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-governo-dilma-nao-fez-nada-em-termos-de-reforma-agraria201d-6758.html> – acesso 06/02/15

Em 2014, além dessa configuração de praxe, de que a eleição ‘só começa’ a partir das convenções e do início das propagandas em TV e rádio, houve também, entre junho e julho, a realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil. Assim, o clima no primeiro semestre além de ser de especulação sobre como seria a disputa política naquele ano, era de expectativa a respeito de como o Brasil se sairia enquanto sede de um dos maiores eventos esportivos do mundo.

Havia quem estivesse otimista, com as oportunidades de negócios e com a visibilidade que o país alcançaria; e havia os pessimistas, cujo receio estava na não conclusão das obras em tempo hábil e na falta de estrutura em geral (aeroportos, transporte público, hotéis, etc.) para receber tantos turistas no país.

A mídia nacional e internacional também demonstrava receio a respeito da estrutura e do momento político pelo qual passava o país (onda de manifestações na época da Copa das Confederações de 2013 e deflagração de casos de corrupção associados ao governo federal). O que gerava desgaste para a imagem do governo, e demandava que a presidente Dilma Rousseff e sua equipe promovessem declarações constantes sobre o andamento do planejamento para a Copa<sup>75</sup>.

O momento do evento chegou, e novos protestos aconteceram (principalmente nas cidades de realização da Copa do Mundo da FIFA), mas com menor intensidade e abrangência do que em junho de 2013. O receio era tanto, que após Dilma Rousseff e Joseph Blatter terem sido vaiados um ano antes na abertura da Copa das Confederações (2013), a FIFA decidiu suspender no jogo de abertura do Mundial de 2014 os tradicionais discursos do chefe da nação sede e do presidente da federação internacional; o que não evitou que a presidente fosse fortemente vaiada na Arena Corinthians quando teve sua presença anunciada.

Todavia, esse comportamento não foi referendado pela população em geral. Pesquisa realizada e divulgada pelo Instituto Datafolha na primeira semana de julho apontou que 76% dos entrevistados consideravam que os torcedores que xingaram a presidente agiram mal. Os resultados dessa mesma pesquisa assinalavam também melhoria nas expectativas econômicas, na favorabilidade em relação à Copa do Mundo e no orgulho a

---

<sup>75</sup> Ver em: <http://www.valor.com.br/politica/3546010/presidente-garante-que-copa-do-mundo-sera-segura-e-um-sucesso> - acesso em 06/02/2015

respeito da organização do evento mundial<sup>76</sup>. A imprensa nacional e internacional também dava destaques positivos à organização do evento<sup>77</sup>. Esses dados e acontecimentos foram interpretados como uma sinalização de melhoria na imagem do governo, pelo menos na opinião de uma parcela da população.

Após o encerramento da Copa do Mundo, as eleições dominaram de vez a pauta dos noticiários e as conversas cotidianas dos brasileiros. As pesquisas de opinião apontavam, em meados de julho, que Dilma Rousseff estaria a frente na corrida presidencial, com cerca de 38% das intenções de voto, seguida por Aécio Neves (PSDB) com 22% e Eduardo Campos (PSB) com 8%<sup>78</sup>.

Em um cenário em que Dilma estava com sua imagem desgastada e no qual enfrentaria forte articulação partidária das coligações opositoras<sup>79</sup>, desde o início da corrida eleitoral as análises já apontavam para uma grande possibilidade da ocorrência de segundo turno e para o desenrolar de uma campanha muito concorrida e combativa<sup>80</sup>.

O que ninguém esperava era por uma reviravolta na configuração da disputa, que tornaria o cenário das eleições presidenciais de 2014 ainda mais agitado. Logo no início do período de campanhas, a corrida eleitoral foi marcada por uma significativa alteração, em função de um episódio trágico: a morte do ex-governador de Pernambuco e então candidato à presidência Eduardo Campos (PSB).

---

<sup>76</sup> Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1480175-com-copa-do-mundo-humor-do-pais-melhora-e-dilma-cresce.shtml> - acesso em 06/02/2015.

<sup>77</sup> Ver mais em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/07/apos-espera-de-fiasco-imprensa-muda-discurso-e-copa-e-sucesso-fora-do-pais.html>; <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/02/copa-2014-e-melhor-do-que-jogos-olimpicos-de-2012.htm> - acesso em 06/02/2015

<sup>78</sup> Ver em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/22/ibope-dilma-tem-38-e-aecio-22-das-intencoes-de-voto.htm> - acesso em 06/02/2015.

<sup>79</sup> Coligações: Muda Brasil - PSDB / SD / PMN / PEN / PTN / PTC / DEM / PTdoB / PTB e Unidos pelo Brasil - PSB / PPS / PSL / PHS / PPL / PRP.

<sup>80</sup> Muito foi falado a respeito da agressividade da campanha presidencial de 2014, em especial no segundo turno. Essa agressividade foi observada tanto no comportamento dos candidatos – em compromissos oficiais de campanha, programas eleitorais (HGPE) e debates – quanto na postura de eleitores; que desencadeavam, principalmente em seus perfis em redes sociais na internet (*Facebook e Twitter*) e no aplicativo de comunicação móvel *Whatsapp*, discussões, boatos, debates conflituosos, discórdias, brigas, ofensas e até casos de preconceito e crimes de ódio. (<http://ricmais.com.br/sc/eleicoes2014/noticias/agressividade-marca-campanha-eleitoral-no-segundo-turno/> - acesso em 07/02/2015).

No dia 13 de agosto, a aeronave na qual Eduardo estava a bordo – juntamente com outras quatro pessoas de sua equipe e dois tripulantes – caiu em Santos, no litoral do estado de São Paulo<sup>81</sup>, causando a morte de todos os passageiros.

Eduardo cumpriria agenda de campanha em Santos naquele dia e o previsto era que a candidata a vice de sua chapa eleitoral, a ex-senadora pelo estado do Acre Marina da Silva (PSB), o acompanharia. Porém, no dia anterior, quando ambos estavam juntos em compromissos no Rio de Janeiro, Marina desistiu de ir a Santos com Eduardo e combinou que iria para a capital do estado (São Paulo) com sua equipe, para gravar programas eleitorais<sup>82</sup>.

Diante deste fato (de ter decidido ir para São Paulo ao invés de acompanhar o candidato à presidência até Santos), alguns dias depois do acidente, Marina<sup>83</sup> declarou que teria sido uma ‘providência divina’ ela não ter embarcado no avião cuja queda causou a morte de Eduardo Campos<sup>84</sup>; fala que foi interpretada por análises e jornalistas como um possível indício de que ela poderia assumir a frente da candidatura do PSB à presidência.

Muita especulação se formou em torno dessa possibilidade, de Marina assumir a posição de ‘cabeça de chapa’ da candidatura do PSB, e a decisão sobre esse assunto causava divergências internas no partido. No dia 20 de agosto, uma semana após a morte e três dias posteriores ao enterro de Campos, veio então a confirmação oficial: Marina seria candidata a presidência e o deputado federal Beto Albuquerque (PSB-RS) assumiria a candidatura a vice<sup>85</sup>.

Marina Silva iniciou sua campanha declarando que tinha o compromisso de dar continuidade ao projeto e trabalho que vinha desenvolvendo com Eduardo Campos nos últimos meses, e dando ênfase na frase “*Não vamos desistir do Brasil*”, dita por Eduardo Campos um dia antes de sua morte em entrevista ao Jornal Nacional<sup>86</sup>.

---

<sup>81</sup> Ver mais em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1499722-aviao-com-eduardo-campos-cai-em-santos.shtml> - acesso em 08/02/2015

<sup>82</sup> Ver mais em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/marina-desistiu-de-voo-que-matou-eduardo-campos-um-dia-antes> - acesso em 08/02/2015

<sup>83</sup> Importante ressaltar que a candidata Marina é evangélica, o que ajuda a compreender essa declaração.

<sup>84</sup> Ver mais em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marina-silva-diz-que-nao-embarcou-no-aviao-por-providencia-divina,1544964> - acesso em 08/02/2015

<sup>85</sup> Ver mais em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/psb-oficializa-marina-silva-como-candidata-a-presidencia-no-lugar-de-campo-6577.html> - acesso em 08/02/2015

<sup>86</sup> Ver mais em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-08-15/nao-vamos-desistir-do-brasil-vira-tema-extraoficial-da-campanha-de-marina.html> - acesso em 08/02/2015

Esta frase virou o lema de campanha de Marina Silva (em consonância com a ideia de uma ‘nova política’), se tornando a capa de seu site eleitoral, tema de programas eleitorais na TV e no Rádio, estampa de camisas usadas por sua equipe, e até frase de jingle de campanha, etc.<sup>87</sup>.

A entrada de Marina (PSB) na disputa provocou uma reviravolta nos números das pesquisas de intenção de voto<sup>88</sup> do primeiro turno (Gráfico 9) e, conseqüentemente, no planejamento (e preocupação) das campanhas dos outros dois principais candidatos, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Acredita-se que, logo que teve seu nome confirmado, Marina tenha conseguido conquistar a intenção de voto de muitos eleitores ainda sem posicionamento (indecisos), que buscavam uma alternativa frente aos candidatos representantes de uma polarização histórica nas eleições presidenciais brasileiras, a polarização entre os partidos PT e PSDB. Sendo, por isso, apontada como a maior possibilidade de ‘terceira via’ das eleições presidenciais de 2014.

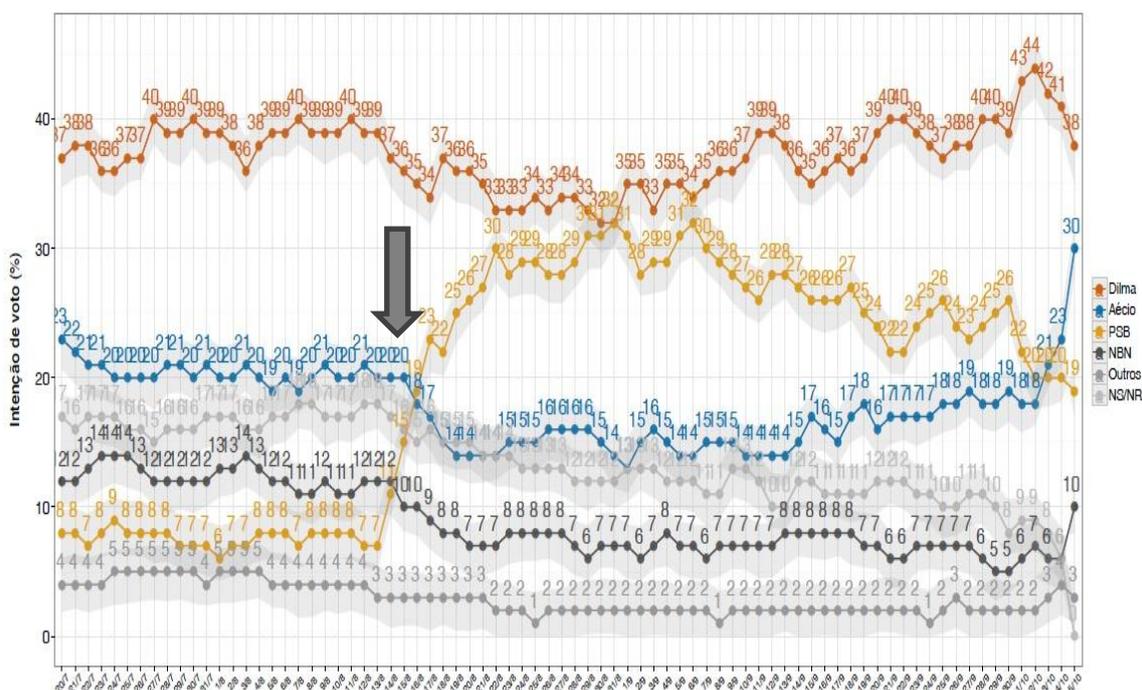
Por ser desconhecido por grande parte dos brasileiros, Eduardo Campos não tinha conseguido ainda se projetar como terceira via. Patamar de projeção que Marina, que já havia disputado a presidência em 2010 e sido Ministra do Meio Ambiente entre 2003 e 2008, conseguiu alcançar em um curto espaço de tempo.

---

<sup>87</sup> Ver mais em: <http://oglobo.globo.com/brasil/novo-jingle-de-campanha-de-marina-usa-frase-de-eduardo-campos-13735771> ; [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/17/politica/1408300451\\_260483.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/17/politica/1408300451_260483.html) – acesso em 08/02/2015.

<sup>88</sup> Ver mais em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/ibope-marina-silva-encosta-em-dilma-e-venceria-no-segundo-turno-5767.html> - acesso em 08/02/2015

**Gráfico 9 – Intenção de voto estimulada (17/07 a 04/10)**



Fonte: Vox Populi (elaboração própria)

Analistas apontaram que com a inserção de Marina na corrida presidencial do primeiro turno as campanhas ficaram ainda mais agressivas, o que direcionou a organização das campanhas para uma estratégia em que os candidatos buscavam insistentemente desconstruir seus adversários em suas posturas ideológicas, discursos, decisões e experiências políticas prévias.

O mote de campanha de Marina se tornou a busca por uma ‘nova política’, que romperia com os vícios políticos (corrupção, troca de favores, coalizões interessadas, etc.) já internalizados pelos dois outros partidos na disputa (PT e PSDB). Marina também criticava fortemente a gestão econômica do governo Dilma.

O lema de Aécio era reestabelecer a economia do país e acabar com a corrupção; e segundo ele, para isso, seria preciso tirar o PT do governo. A oposição de Aécio ao PT era tão expressiva que no último debate do segundo turno o candidato mencionou a seguinte frase: “o antídoto para a corrupção é tirar o PT do governo”.

Já Dilma Rousseff, na posição de mandatária, procurava elucidar aos eleitores as mudanças já conquistadas nos últimos doze anos de governo do PT e prometer que mais transformações precisariam acontecer (Mote de Campanha: Muda Mais). Contudo, além

de trazer à tona os ganhos e avanços alcançados em seu governo (e nos outros dois mandatos do presidente Lula) e de tentar se projetar como uma opção de novas mudanças para o país, Dilma Rousseff também se colocou na posição de ataque em relação a seus adversários.

Sobre Aécio Neves, a presidente dizia que escolhê-lo seria optar pelo retrocesso que, segundo ela, seria viver novamente sob um governo do PSDB – cujo foco político, nas palavras de Dilma, sempre esteve em beneficiar as elites e as classes empresariais, prejudicando direitos e benefícios dos trabalhadores.

Em relação à Marina Silva, a existência de desarmonia política entre Dilma e a candidata do PSB não era novidade. Quando ambas eram Ministras do governo de Luiz Inácio da Silva (Lula), protagonizaram situações de desacordo em assuntos e decisões políticas<sup>89</sup>, que culminaram, em última instância, na saída de Marina do PT<sup>90</sup>.

Marina Silva já vinha, desde 2013, tecendo fortes críticas ao governo de Dilma Rousseff<sup>91</sup>, sendo uma delas inclusive sobre o tema que as apartou quando Ministras: o desenvolvimento sustentável<sup>92</sup>. Já como candidata, fez novas críticas à condução econômica do governo de Dilma<sup>93</sup>. Assuntos econômicos – como a desaceleração da economia, os entraves para o investimento em desenvolvimento sustentável e problemas na condução do setor energético – eram o foco dos apontamentos e críticas de Marina à atuação da presidente.

A campanha de Dilma, por sua vez, quando da entrada de Marina na disputa, focou seus esforços em atacar desvios cometidos pela candidata que se autointitulava como a representante da *'nova política'*, tais como 1) a alteração (após pressão do pastor Silas Malafaia) em trechos de seu programa de governo na qual se comprometia em articular no congresso leis que criminalizam a homofobia e regulamentam o casamento entre

---

<sup>89</sup> Ver mais em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-08-30/dilma-rousseff-minou-prestigio-de-marina-na-esplanada-durante-o-governo-lula.html> - acesso em 09/02/2015

<sup>90</sup> Ver mais em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Marina-Silva-pede-demissao-do-Ministerio-do-Meio-Ambiente/3/14190> - acesso em 09/02/2015

<sup>91</sup> Ver mais em: <http://oglobo.globo.com/brasil/marina-silva-critica-medidas-de-dilma-para-aquecer-economia-7614329> - acesso em 09/02/2015

<sup>92</sup> Ver mais em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,marina-critica-dilma-por-desenvolvimento-sustentavel,168082e> – acesso em 09/02/2015

<sup>93</sup> Ver mais em: <http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2014/08/20/marina-ataca-dilma-por-crise-no-setor-energetico.htm> – acesso em 09/02/2015

homossexuais<sup>94</sup>, 2) o fato de Marina ter mentido dizendo que havia votado a favor da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)<sup>95</sup> e 3) sua trajetória inconsistente e sem fidelidade política, segundo as palavras de Dilma, por ter pertencido e militado em quatro partidos diferentes (PT, PV, REDE e PSB) nos últimos anos<sup>96</sup>. Dilma não hesitou em usar o termo ‘falta de caráter’ para se referir à Marina nesses episódios. O caráter é um dos atributos fundamentais de sustentação de um político ou candidato, e quando há fatos que o abalam o dano à imagem pode ser significativo.

Em geral, muitas foram as críticas trocadas entre os três principais candidatos ao longo do primeiro turno, afinal o cenário para o segundo turno se colocava bastante incerto<sup>97</sup>. A agressividade no tom da campanha era nítida. E ficava ainda mais manifesta nos debates, momentos nos quais os postulantes tinham a possibilidade de se interpelar ao vivo sobre os mais variados assuntos<sup>98</sup>.

No segundo turno, a campanha continuou intensa e agressiva, entre os dois candidatos que avançaram para esta segunda fase<sup>99</sup>, mas também entre eleitores e militância de ambos os partidos. Como já fora mencionado, o embate enérgico que era observado entre os candidatos nas propagandas eleitorais, nos pronunciamentos e nos debates também acontecia entre o eleitorado, nas redes sociais digitais e nas conversas diárias<sup>100</sup>.

No momento em que a campanha dá o tom, os militantes vão atrás. É como uma orquestra. Se o maestro fala que o tom é em ré, a orquestra toda vai em ré. Se ele fala que quer mudar para fá, a orquestra toda muda para fá. Como o tom das campanhas é agressivo, o militante acaba partindo para agressão e se desentende com pessoas de seu próprio círculo por causa de política. (Carlos Manhanelli - presidente da Associação Brasileira de Consultores Políticos (ABCOP), em entrevista ao portal Terra - 24 de outubro de 2014).

<sup>94</sup> Ver mais em: <http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-ataca-marina-nao-somos-do-tipo-que-muda-de-lado-temos-carater-13899969> – acesso em 09/02/2015

<sup>95</sup> Ver mais em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-acusa-marina-de-desvio-de-carater/> – acesso em 09/02/2015

<sup>96</sup> Ver mais em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/politica/1411988560\\_426652.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/politica/1411988560_426652.html) - acesso em 09/02/2015

<sup>97</sup> Como fora dito, estudar o comportamento dos eleitores na decisão do primeiro turno é uma agenda de pesquisa extremamente interessante e relevante. O potencial de Marina enquanto ‘terceira via’, a eficiência dos argumentos de campanha de cada um dos três principais candidatos no aumento de suas probabilidades de voto e chances de ida ao segundo turno, a influência da postura tomada por eles nos debates e nos HGPE’s, a transferência de votos de Marina para os outros dois candidatos que seguiram para o segundo turno, entre outros aspectos, ficam como agenda para pesquisas futuras.

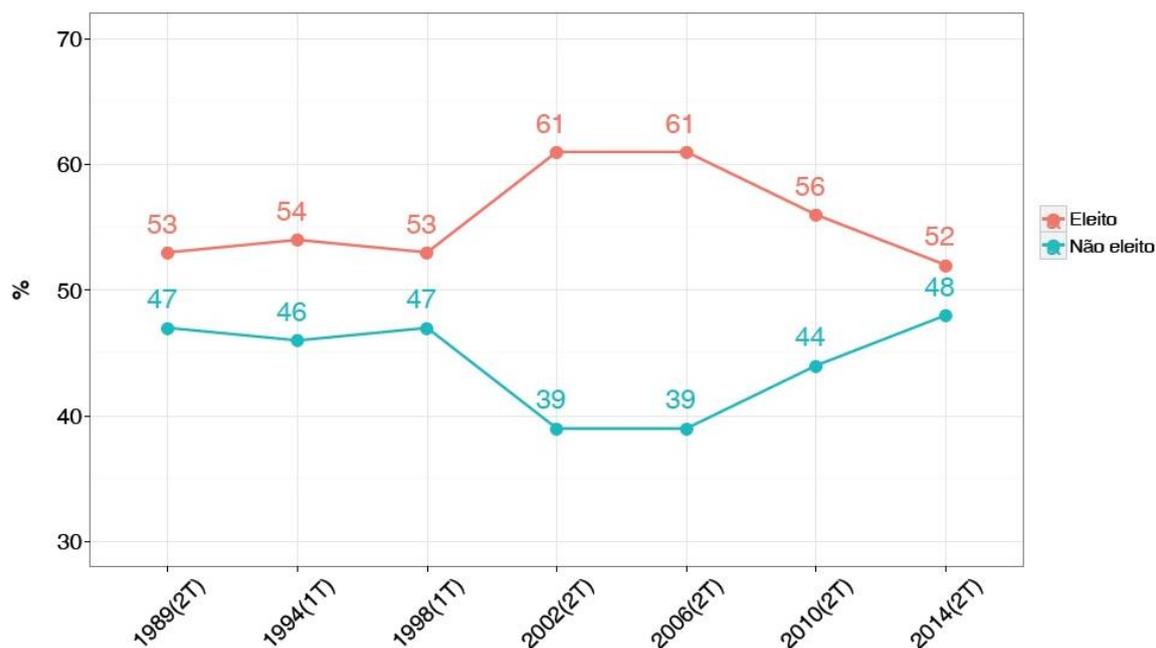
<sup>98</sup> Ver mais em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-03/de-olho-no-2-turno-aecio-e-marina-assumem-agressividade-em-debate-de-duelos.html> - acesso em 09/02/2015

<sup>99</sup> Ver mais em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/17/gestos-e-cara-feia-dos-presidenciais-revelam-ironia-e-agressividade.htm> - acesso em 09/02/2015

<sup>100</sup> Ver mais em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/reeleicao-e-militancia-favorecem-agressividade-em-campanha,2522ecf486d39410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html> - acesso em 09/02/2015

A consequência da edificação de um processo eleitoral tão acirrado, marcado pela agressividade e com tantas preferências, interesses e antagonismos em jogo<sup>101</sup> foi um resultado eleitoral com pequena diferença percentual de votos entre os dois candidatos em disputa. A vitória de Dilma sobre Aécio Neves foi tão apertada que esta eleição foi apontada como a disputa mais acirrada desde 1989<sup>102</sup> (Gráfico 10).

**Gráfico 10 – Resultados eleitorais (1989-2014)**



Fonte: TSE (elaboração própria)

As eleições presidenciais de 2014 foram tão complexas quanto seu resultado. Assim, podem, e devem, ser analisadas por variados enquadramentos, como já fora colocado: o papel das campanhas e militância nas redes sociais digitais, a influência do HGPE, a audiência e a consideração dos debates para a tomada de decisão, a colocação de Marina como uma terceira via (sua ascensão e queda), a promessa representada por Aécio Neves, entre outros.

<sup>101</sup> A forte aversão entre candidatos e eleitores antagonistas, somada ao grande contingente de eleitores que não se encaixava na polarização entre os dois partidos (afinal, foram altos os percentuais de abstenção e de votos em Marina no primeiro turno), acabou por gerar análises que apontavam que a referida eleição presidencial seria decidida pela rejeição ao adversário, e não pela aprovação e gosto de fato pelo candidato ou proposta partidária em que se pretendia votar. Ver em: <http://www.conjur.com.br/2014-out-09/rejeicao-definira-eleicao-cientista-politico-antonio-lavareda> - acesso em 10/02/2015

<sup>102</sup> Ver mais em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-26/em-campanha-mais-acirrada-desde-1989-dilma-e-reeleita-presidente-da-republica.html> - acesso em 06/02/2015

Muitos outros trabalhos ainda precisam ser feitos sobre este pleito eleitoral tão concorrido e a respeito do qual tantos debates foram travados. Como já dito, essa dissertação concentrar-se-á, enquanto esforço inicial e desbravador, em investigar o papel da racionalidade dos eleitores em relação às variáveis anteriormente elencadas (desempenho da incumbente, avaliação econômica, percepção da corrupção) na significância da decisão do voto dado no segundo turno da eleição presidencial do último ano. A rejeição e a identificação partidária foram também incluídas na análise tanto em função da observação sobre sua oscilação negativa tão abrupta quanto por se tratarem de dimensões clássicas para análise do voto.

### ***2.3 – Conclusão do capítulo***

Embora muitas sejam as possibilidades de pesquisas, abordagem e perspectivas intrigantes sobre as eleições presidenciais de 2014, como não se pode (e não se deve) abarcar todas as opções de estudo em um único trabalho, a presente dissertação pontuou neste capítulo elementos que fundamentam conjuntamente a decisão pela abordagem que irá contemplar em sua análise.

Há de se fazer aqui uma distinção entre elementos que foram colocados para serem analisados e acontecimentos (episódios eleitorais) apenas narrados. Os fatores que serão analisados em termos de seu impacto na decisão do voto são a avaliação de desempenho, a avaliação da economia, a percepção da corrupção e a identificação e rejeição partidária. Os eventos relatados que, de forma geral, impactaram na configuração do cenário eleitoral foram as jornadas de junho de 2013, a preparação e realização de eventos esportivos no país (Copa das Confederações e Copa do Mundo), a morte de Eduardo Campos, a agressividade e força de antagonismos nas campanhas, entre outros. Como pôde ser visto, além de terem sido entraves e fontes de críticas do primeiro mandato de Dilma, o desempenho da presidente, a condução econômica, os casos de corrupção e a questão partidária, foram temas também fortemente abordados ao longo da campanha.

Assim, em síntese, na primeira seção deste capítulo, através de uma narrativa cronológica dos acontecimentos que marcaram o primeiro mandato de Dilma, foi assinalado que os seguintes fatores podem ser considerados como elementos significativos para a decisão do voto nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil e,

logo, serão incluídos no modelo de análise causal desenvolvido nesta dissertação: 1) avaliação da economia, 2) avaliação de desempenho da incumbente, 3) percepção a respeito da corrupção no Governo Dilma, e 4) rejeição e identificação partidária.

As hipóteses que nortearão a análise foram definidas nesta primeira seção, e serão retomadas no momento da avaliação e interpretação dos resultados observados.

Na segunda seção, abriu-se espaço para revisão dos episódios marcantes do processo eleitoral presidencial de 2014, bem como para analisar a conformação da disputa e o planejamento das campanhas dos três principais candidatos. O objetivo deste exercício, além de ser um registro sobre o processo eleitoral, é também que os apontamentos colocados sirvam de cenário e embasamento para a análise dos dados e elaboração das conclusões; afinal, nesta ocasião será preciso considerar as características do processo eleitoral bem como a postura adotada pelos candidatos em estudo como forma de atribuir significado aos achados encontrados pela análise empírica.

Conforme fora dito anteriormente, a revisão conjuntural teve como finalidade servir de complemento e enquadramento contextual para o referencial teórico, arregimentado no primeiro capítulo. Acredita-se ser de suma importância, após destacar as correntes e estudos teóricos a respeito do comportamento eleitoral, a ponderação específica a respeito de variáveis essenciais (e adequadas) para a compreensão do momento eleitoral particular que se deseja analisar.

## Capítulo 3

### Analizando o voto presidencial em 2014

Muitos são os estudos sobre comportamento eleitoral que utilizam pesquisas de opinião (*survey*) como fonte de material empírico para a compreensão da decisão do voto (BAQUERO, 1997; ALMEIDA, 1998; HUNTER E POWER, 2007; McGRANE, 2007; LÍCIO, RENNÓ E CASTRO, 2009; RATTO E MONTERO, 2013). Para entender e analisar qual a significância dos elementos racionais de curto prazo (definidos nos capítulos anteriores) na decisão do voto para presidente nas eleições do ano de 2014 no Brasil, esta dissertação utiliza dados de pesquisa pós-eleitoral realizada pelo Instituto Vox Populi. A amostragem ( $n = 2.200$ ) tem representatividade nacional, com possibilidade de leitura para a totalidade dos resultados.

Na pesquisa considerada como fonte de dados perguntou-se aos eleitores entrevistados qual havia sido o seu voto no segundo turno (*recall* de voto). Assim, no modelo de análise, a variável resposta ( $Y$ ) será a resposta dada para os eleitores para esta pergunta de *recall* de voto recodificada: 1 = voto em Dilma Rousseff e 0 = voto em Aécio Neves. Serão avaliados, portanto, os votos válidos. Entrevistados que declararam voto branco, nulo, não terem comparecido para votar ou que não se lembravam do voto foram eliminados da análise (recodificados como *system missing*)<sup>103</sup>.

Conforme definido ao longo do trabalho, as variáveis independentes<sup>104</sup> analisadas empiricamente neste capítulo são:

- ***Avaliação de desempenho da incumbente ( $X_1$ )***  
(Ótimo, Bom, Regular Positivo, Regular Negativo, Ruim ou Péssimo)
- ***Avaliação da economia de uma forma geral ( $X_2$ )***  
(Ótima, Boa, Regular Positiva, Regular Negativa, Ruim ou Péssima)
- ***Percepção sobre a corrupção no governo Dilma ( $X_3$ )***  
(recodificação da pergunta para uma variável binária: *corrupção no governo Dilma foi maior que em governos anteriores – Lula e FHC*)
- ***Identificação com o PT (partido da incumbente) ( $X_4$ )***  
(recodificação da pergunta para uma variável binária: *tem identificação com o PT vs. não tem identificação com o PT*)
- ***Rejeição ao PT (partido da incumbente) ( $X_5$ )***  
(recodificação da pergunta para uma variável binária: *tem rejeição ao PT ou não tem rejeição ao PT*)

<sup>103</sup> As declarações de ‘voto branco’, ‘nulo’, ‘não comparecimento’ e ‘não lembrança’ do voto dado no segundo turno totalizam 13,27% da amostra (292 casos).

<sup>104</sup> As perguntas completas e opções de resposta para cada uma das variáveis inseridas na análise são apresentadas no Anexo 1 deste trabalho. Sexo, idade, escolaridade e renda familiar são *variáveis-controle*.

As hipóteses que fundamentam a escolha dessas variáveis como foco de investigação desta dissertação foram apresentadas no capítulo anterior, em meio à revisão conjuntural. Escolheu-se organizar a exposição dessas hipóteses que norteiam o trabalho na revisão conjuntural para que fosse possível fundamentar e justificar contextualmente o porquê do interesse em se investigar cada uma delas.

Definidas então as hipóteses em estudo, a fonte de dados empíricos e as variáveis de análise, neste capítulo são apresentados o método quantitativo e o modelo ajustado para análise dessas hipóteses. Em seguida, também neste capítulo, é feita então a interpretação e análise dos resultados observados.

Optou-se por organizar todas estas etapas em um mesmo capítulo para que possa ser estabelecida uma leitura fluida de todos os aspectos metodológico-empíricos da análise desenvolvida. Estes aspectos são percebidos como fortemente encadeados entre si: após a definição das hipóteses que norteiam o trabalho e das variáveis de análise, expõe-se o alicerce metodológico, que fundamenta o ajustamento do modelo de análise, que, por sua vez, é o responsável por gerar os resultados a serem avaliados e interpretados.

### ***3.1 – Definição metodológica***

Na análise de regressão, o conjunto de observações pareadas  $(x, y)$  implica na seguinte relação de dependência: a variável dependente  $Y$  varia de acordo com a variação do (s) fator (es) explicativo (s)  $X$ . O modelo de regressão linear simples, conforme delineado por Galton (1885 *apud* BARBETTA, 2006), é o arquétipo mais tradicional das análises de regressão. Desde então, muitas modelagens mais avançadas e complexas surgiram (modelos logísticos, equações estruturais, modelos hierárquicos, árvores de decisão, modelos longitudinais, entre outros).

Em comparação com as técnicas de regressão linear, a regressão logística distingue-se essencialmente pelo fato de sua variável resposta ser categórica (ordinal ou nominal). Ou seja, uma variável dependente que apresenta opções de resposta (excludentes entre si) organizadas de forma ordinal (quando há um sentido na ordenação das categorias) ou nominal (onde não há ordenação numérica com significado associado).

No caso da decisão eleitoral o desenho da variável dependente é categórico nominal: o eleitor define entre alternativas de escolha (sem ordenação crescente de importância) uma opção de resposta (o candidato ao qual direcionará seu voto).

Na análise desta dissertação, que recai sobre a decisão do voto tomada em segundo turno, será utilizado o modelo de regressão logístico tradicional (binário): indicado para quando há apenas duas opções de resposta possível, em geral codificadas como 0 (zero) e 1 (hum).

Em estudos de comportamento eleitoral, a técnica de regressão logística multinomial é recomendada quando se deseja avaliar, separadamente, a probabilidade do voto em mais de dois candidatos em disputa em relação aos demais desafiantes (definindo-se como categoria de referência o candidato que se deseja estudar ou o ‘não voto’<sup>105</sup>). No estudo de voto conferido em segundo turno, por restarem apenas dois nomes na corrida eleitoral e, portanto, a variável resposta ser uma variável binária (desde que se eliminem as categorias de ‘não voto’) o modelo de regressão adequado é o logístico binário.

A análise desenvolvida neste trabalho teve como objetivo determinar como cada um dos eleitores amostrados se posiciona: em direção à reeleição do atual mandatário (voto em Dilma Rousseff) vs. desejando a mudança (direcionando seu voto a seu desafiante). Por isso as declarações de intenção de voto nulo, branco ou abstenção foram eliminadas do bando de dados (definidas como *system missing* na recodificação da variável original de mensuração de intenção de voto)<sup>106</sup>.

### **3.2 – A regressão logística e o modelo ajustado**

Em uma regressão logística, como fora visto, a variável resposta pode assumir dois valores; usualmente os valores definidos são 0 e 1 (HOSMER E LEMESHOW, 1989). Em geral, atribui-se o valor 1 (hum) para todos os casos em que ocorre o fenômeno de interesse do estudo e 0 (zero) para os casos contrários.

---

<sup>105</sup> Votos brancos, nulos e declarações de não comparecimento são chamados de ‘não voto’.

<sup>106</sup> A não inclusão, nesta análise, dos eleitores que declararam voto branco, nulo ou que não iriam votar foi uma decisão metodológica desta dissertação. Pois, como foi dito, o objetivo das análises aqui realizadas é examinar em que medida os fatores contextuais avaliados aumentaram a probabilidade de voto na incumbente (continuidade) em detrimento do voto nos demais candidatos (mudança). Não há interesse, neste trabalho, em examinar a probabilidade de voto em Dilma em relação à probabilidade de não posicionamento (voto branco, nulo ou abstenção). Essa lacuna pode ser explorada em trabalhos futuros.

Assim, na análise realizada por este trabalho sobre segundo turno (no qual só restavam dois candidatos na disputa e, portanto, usou-se o modelo logístico) o voto em Dilma recebe codificação 1 (hum) e o voto em Aécio codificação 0 (zero); para que os coeficientes de regressão possam ser interpretados pensando-se na probabilidade de ocorrência da categoria de interesse (voto em Dilma = 1) em relação à categoria definida como 0 (zero)<sup>107</sup>.

Considerando-se então as variáveis independentes (explicativas) definidas para análise da decisão eleitoral realizada por este trabalho, e a variável resposta de análise, tem-se que o modelo ajustado para análise dos dados pode ser escrito da seguinte forma:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_i X_i + \varepsilon$$

Onde:

- $Y_i$  é a variável resposta do eleitor  $i$ <sup>108</sup>;
- $\beta_0$  é o intercepto (média global da variável resposta quando o valor das variáveis explicativas são nulos);
- $\beta_1, \beta_2, \beta_3$  e  $\beta_i$ (etc.) são os coeficientes de inclinação, que dizem respeito ao efeito das variáveis explicativas ( $X_1, X_2, X_3$  e  $X_i$ (etc.)) sobre a variável dependente/resposta toda vez que as variáveis independentes são acrescidas em uma unidade (quando as variáveis independentes são categóricas, avalia-se o incremento médio na variável resposta para o aumento de cada categoria ou a influência de cada uma das categorias específicas<sup>109</sup> na variação da variável resposta);
- $\varepsilon$  é o erro aleatório do modelo, o resíduo não explicado pelo modelo.

A função de regressão em um modelo logístico tradicional é a probabilidade de a variável dependente ser igual a 1 (hum), dado certos valores de  $X_i$  e considerando-se a categoria 0 (zero) como referência. Assim, no modelo de análise, os coeficientes ou

<sup>107</sup> O modelo de regressão logística, originalmente desenvolvido para variáveis de resposta binária, é extensível para o caso em que se trabalha com variáveis chamadas de politômicas – com três categorias ou mais (BITTENCOURT, 2003). Nessas situações é preciso definir uma categoria de referência, e todas as demais terão sua probabilidade de ocorrência mensurada em relação àquela definida como referência (ou base). Considerando, por exemplo, uma variável dependente de três opções de resposta, haverá a razão entre  $Y=1$  e  $Y=0$  e entre  $Y=2$  e  $Y=0$ , sendo a opção 0 (zero) definida como base.

<sup>108</sup>  $Y$  pode ser igual a 0 (zero) ou 1 (hum) na análise desenvolvida.

<sup>109</sup> Neste segundo caso, a variável resposta é manualmente transformada decomposta em diversas variáveis binárias (uma para cada opção de resposta), de forma que seja possível analisar o quanto a observação de cada uma das categorias da variável independente impacta na probabilidade de ocorrência da variável resposta, em relação a uma categoria fixada como referência.

parâmetros de regressão ( $\beta$ ) medem a variação na probabilidade de que a variável resposta  $Y$  seja igual a 1 (hum), dados certos valores de  $X_i$ . Ou seja, trata-se da variação da probabilidade de que o indivíduo vote em Dilma Rousseff em relação a votar em Aécio Neves, considerando-se as variáveis independentes em estudo.

Nas regressões logísticas o processo de estimação dos parâmetros (coeficientes) é baseado na maximização da função de verossimilhança. O que significa que sob a hipótese de que a amostra considerada no estudo seja representativa da população a qual se refere, obtém-se então um modelo que maximiza as chances de classificar todas as observações nas classes  $Y_i$  as quais realmente pertencem. Esses processos são iterativos<sup>110</sup> e podem (devem) ser realizados por softwares estatísticos (BITTENCOURT, 2003).

Como as equações derivadas da função de verossimilhança são não lineares, há a necessidade da utilização de métodos numéricos para encontrar uma solução (BITTENCOURT, 2003). A saída é incluir uma transformação e escolher a distribuição de erros apropriada (RAUDENBUSH E BRYK, 2002)<sup>111</sup>. Anderson (1982 *apud* BITTENCOURT, 2003) enfatiza que a discriminação logística pode ser aplicada a uma grande variedade de famílias de distribuições, pois a suposição de linearidade do *logit* é válida numa grande quantidade de funções de distribuição de probabilidade.

Aspectos matemáticos associados aos testes estatísticos de significância (do modelo e das variáveis em análise) e à forma como os resultados e os coeficientes das regressões devem ser interpretados serão postos ao longo da análise de dados. Articulando assim a argumentação a respeito da interpretação dos testes e dos parâmetros (coeficientes) com a própria explanação dos resultados. Considera-se que a explicação conceitual aplicada a algum caso de exemplo ou ao próprio fenômeno em estudo permite maior compreensão a respeito das notações matemático-formais metodológicas para a análise de dados quantitativos.

---

<sup>110</sup> Processos iterativos são aqueles em que o procedimento de ajuste se repete diversas vezes para se chegar a um resultado e a cada vez gera um resultado parcial que será usado na vez seguinte. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/iterativo>.

<sup>111</sup> Sabe-se que variáveis do tipo binária (também chamadas de *dummy*) demandam condições e distribuições específicas (Binomial, Poisson, ensaios de Bernoulli, etc.) para operarem. Pois para todos os casos em que existem apenas dois resultados possíveis os modelos probabilísticos definem que o espaço amostral deve ser  $\Omega = \{\text{sim}, \text{não}\}$ , ou  $\Omega = \{1, 0\}$ ; e o uso de modelos lineares não é capaz de enquadrar o resultado ao intervalo de 0 a 1, podendo atingir qualquer valor real. Considerando esta limitação, tem-se que o modelo para análise de dados com resposta binária (com ligação *logit*) é conhecido como regressão logística, e pertence à classe dos Modelos Lineares Generalizados (MLG). (TAMURA, 2007).

### 3. 3. *Análise dos resultados*

#### 3.3.1 – *Preparo e operacionalização dos dados*

Na construção de inferências válidas, deve-se seguir um conjunto de regras que garantam o rigor metodológico da pesquisa. As regras de condução de uma pesquisa é que determinam se ela é científica ou não (KING et al., 1994). O primeiro passo para a análise de um modelo de regressão é avaliar a possibilidade de existência de forte correlação (colinearidade) entre as variáveis independentes ( $X_i$ ) inseridas na análise. Afinal, a possível existência de alta colinearidade é um problema para o ajuste destes modelos, pois pode causar impactos na estimativa dos erros padrões e dos parâmetros/coeficientes. (BITTENCOURT, 2003; GRIFFITHS, HILL e JUDGE, 2010).

Além disso, a presença de colinearidade severa faz com que os coeficientes não reflitam nenhum efeito particular da variável explicativa na dependente, pois os coeficientes estarão contaminados pelo efeito de outras variáveis. Assim, apenas um efeito parcial poderá ser atribuído a cada uma das variáveis independentes. Em outras palavras, isso equivale a dizer que os coeficientes terão valores que vão depender da existência ou não de outras variáveis explicativas no modelo (MOREIRA, 2006).

Pode-se diagnosticar a colinearidade através de uma matriz de correlação ou por meio do Fator de Inflação da Variância - VIF (*Variance Inflation Factor*). A matriz de correlação faz o cruzamento bivariado de todas as variáveis independentes que se deseja incluir em um modelo, apresentando qual a direção e a força da correlação existente entre elas. A estatística VIF vai um pouco além nesta análise, medindo o quanto a variância do coeficiente  $\beta_i$  é inflacionada por sua colinearidade com as demais variáveis incluídas no modelo ajustado.

Quando as variáveis estão linearmente relacionadas o coeficiente de determinação múltipla (obtido quando se faz a regressão de  $X_i$  sobre as demais variáveis explicativas restantes no modelo) será próximo de 1 (hum) e o VIF será alto. Quanto maior o VIF maior a variância dos coeficientes  $\beta_i$ . Valores de VIF maiores que 10 correspondem a

um coeficiente de determinação múltipla  $R^2$  alto, e são valores considerados inaceitáveis (KUTNER ET AL., 2004; TAMHANE & DUNLOP, 2000 *apud* MOREIRA, 2006)<sup>112</sup>.

Para diagnosticar possível multicolinearidade realizamos o teste de avaliação VIF. Os fatores de inflação da variância (VIF) entre as variáveis explicativas em estudo ficam abaixo do teto de aceitação fixado pela bibliografia de referência; não indicando, portanto, colinearidade que possa comprometer a modelagem ajustada (Anexo 2)<sup>113</sup>.

Depois de verificada a ausência de alta colinearidade entre as variáveis explicativas, pode-se passar então para o ajuste do modelo de análise e a avaliação de sua significância estatística. Os testes de significância dos modelos ajustados devem ser observados (nos resultados gerados pelo software de processamento estatístico dos dados) e devem se mostrar estatisticamente significantes. Ou seja, o modelo ajustado com base em hipóteses teóricas (e conjunturais, no caso desta dissertação) deve ser apontado como significativo para a explicação da variável resposta também do ponto de vista estatístico<sup>114</sup>.

As variáveis independentes incluídas no modelo de análise também têm a significância de seus coeficientes para explicação da variabilidade da variável resposta testada estatisticamente. Nos modelos logísticos este teste é feito através da estatística de *Wald*. O teste de Wald é obtido através da razão entre a estimativa de máxima verossimilhança dos coeficientes ( $\beta_i$ ) e a estimativa de seu desvio padrão. Assim, os testes dos parâmetros são aproximadamente escores do teste Z, que são posteriormente elevados ao quadrado, fazendo com que a estatística tenha uma distribuição qui-quadrado (HOSMER AND LEMESHOW, 1989).

Sobre a operacionalização das variáveis explicativas, tem-se que as variáveis politômicas “Avaliação de Desempenho do Incumbente” e “Avaliação da economia” foram inseridas em seu formato original e também, em seguida, decompostas em diversas variáveis *dummies*; para que cada categoria tenha sua significância na explicação da decisão do voto analisada. Até porque o objetivo deste trabalho é avaliar,

---

<sup>112</sup> Segundo Vieira (2014), Santana (2003) recomenda o FIV > 5 e Greene (2002) recomenda o FIV > 20. (Ver mais em: <http://posgraduando.com/blog/como-fazer-analise-de-regressao-mqo-usando-o-gretl-1-9>).

<sup>113</sup> Independente da abordagem (qualitativa, quantitativa ou integração de ambas), os métodos, técnicas e informações sobre o processo de pesquisa adotados em um trabalho devem ser públicos e detalhadamente explicados e apresentados. A confiabilidade de uma pesquisa depende bastante da publicização de seus processos; só é possível verificar se há confiabilidade nos procedimentos, quando se tem acesso ao passo-a-passo metodológico empregado pelo pesquisador (KING et al, 1994).

<sup>114</sup> Os resultados dos testes *chi-square* encontram-se nas tabelas de cada modelo, na seção de Anexos.

por exemplo, quanto a avaliação positiva do governo aumenta a probabilidade de voto em Dilma Rousseff em relação àquelas que o avaliam negativamente. Ficando claro, então, que para fazer essas análises de cada uma das dimensões de uma variável explicativa, é fundamental que cada categoria (opção de resposta) das variáveis independentes seja analisada.

As variáveis “Percepção da Corrupção”, “Identificação com o PT” e “Rejeição ao PT” foram recodificadas em formato binário. Possibilitando que seja avaliado, por exemplo, em que medida a consideração de que a corrupção no governo Dilma é maior que em governos anteriores aumentou a probabilidade de voto em seu opositor.

Em relação à exposição e interpretação dos resultados, nas regressões logísticas faz-se a observação do exponencial dos coeficientes de inclinação ajustados ( $exp\beta$  de  $X_i$ ), que exprimem a relação de probabilidade de ocorrência (razão de chance) da categoria de análise (em relação à categoria de referência) quando a variável independente  $X_i$  é analisada<sup>115</sup>.

Quando o resultado da razão de chance (*odds ratio*) para uma variável explicativa é maior do que 1 (hum), a probabilidade de ocorrência da categoria de interesse (modelo logístico tradicional) é maior em X vezes (valor de  $exp\beta$ ) em relação à categoria de referência, considerando-se cada uma das variáveis independentes em estudo.

Quando este resultado ( $exp\beta$ ) é menor do que 1 (hum), considerando-se a variável explicativa  $X_i$ , a probabilidade de ocorrência da categoria de análise (em relação à categoria de referência) é reduzida em  $[(1 - exp\beta) \times 100\%]$  (GUJARATI, 2000).

Nos casos em que a razão de chance é muito próxima de 1 (hum), tem-se que a variável explicativa em julgamento não altera (eleva ou reduz) significativamente a probabilidade de ocorrência da categoria em análise ou de interesse – afinal a razão de chance de uma probabilidade sobre a outra não se apresenta como maior ou menor, ela é de 1 (hum) pra 1 (hum). Coeficientes próximos de 1 (hum), portanto, indicam que a variável não contribui para a explicação da variabilidade da variável resposta  $Y_i$ .

---

<sup>115</sup> A *odds ratio* é obtida pela razão entre as probabilidades de ocorrência de uma categoria e a categoria de referência (em um modelo multinomial) e entre a probabilidade de ocorrência da categoria de interesse (1) em relação à outra categoria em análise (0) em um modelo logístico tradicional/binário (RUMEL, 1986).

Por mais que se tente explicar retoricamente como se dá o ajuste e a interpretação dos modelos logísticos, a melhor estratégia é partir para a análise propriamente dita e exemplificar a forma como os números devem ser interpretados já usando os dados observados. Dito isto, passemos então à análise dos resultados. Como será visto nas próximas páginas, uma sequência de modelos foi ajustada até que de fato chegássemos a um ajuste adequado.

Para iniciar o processo, antes do ajuste do modelo multivariado contendo todas as variáveis explicativas foram construídos diversos modelos univariados (Anexos 3 ao 11), de forma a possibilitar que sejam feitas análises específicas da relação existente entre cada uma das variáveis independentes e variável resposta (Tabela 2).

Tabela 2

<b>Modelos de regressão univariados</b>						
<i>Variáveis explicativas (para as quais há hipóteses)</i>	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )	R <sup>2</sup> Nag.
<b>Avaliação de Desempenho*</b>	1,291	,057	513,658	0,000	3,638	0,525
Constante	-2,984	0,166	321,996	0,000	0,051	
<b>Avaliação da economia</b>	0,759	0,041	339,505	0,000	2,135	0,297
Constante	-1,238	0,101	150,055	0,000	0,290	
<b>Governo Dilma teve mais corrupção (recodificação em binária)</b>	-0,584	0,098	35,824	0,000	0,558	0,025
Constante	0,686	0,061	127,920	0,000	1,985	
<b>Identificação com o PT (recodificação em binária)</b>	3,125	0,220	201,875	0,000	22,759	0,275
Constante	-0,052	0,054	0,934	0,334 <sup>116</sup>	0,949	
<b>Rejeição ao PT (recodificação em binária)</b>	-3,964	0,300	174,249	0,000	0,019	0,297
Constante	0,892	0,054	268,379	0,000	2,439	
<i>Socioeconômicas</i>	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )	R <sup>2</sup> Nag.
<b>Sexo</b>	0,057	0,094	0,369	0,544	1,059	0,000
Constante	0,380	0,151	6,376	0,012	1,463	
<b>Idade</b>	0,003	0,003	0,802	0,370	1,003	0,001
Constante	0,352	0,137	6,663	0,010	1,423	
<b>Escolaridade</b>	-0,388	0,046	70,085	0,000	0,679	0,051
Constante	1,411	0,125	128,379	0,000	4,100	
<b>Renda</b>	-0,317	0,031	105,074	0,000	0,729	0,078
Constante	1,470	0,111	176,620	0,000	4,347	

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria). - n = 2.200

<sup>116</sup> Na análise cruzada bivariada entre a identificação partidária com o PT e a decisão do voto foi possível observar que a associação entre esta preferência e a escolha por Dilma é quase perfeita; 92,4% dos eleitores que declararam ter simpatia pelo PT votaram em Dilma Rousseff. Entre os que não têm preferência pelo PT a distribuição de votos entre Aécio e Dilma é quase equânime: 42,8% disseram ter votado em Aécio e 40,7% em Dilma. Os outros 16,5% se distribuem entre 'não comparecimento', 'voto branco', 'voto nulo', 'não lembrança do voto' e 'não resposta'.

Na modelagem univariada, nota-se que todas as variáveis explicativas se mostram significantes para a explicação da variável resposta (Y), mas que a contribuição de cada uma delas para a variação de Y se dá em patamares bastante distintos (conforme observação do coeficiente de determinação  $R^2$  de Nagelkerke<sup>117</sup> para cada modelo).

Como a categoria de interesse recebe codificação 1 (hum), a interpretação dos coeficientes é sempre realizada no sentido de avaliar a probabilidade de sua ocorrência. Neste caso então, a observação de valores positivos nos coeficientes de regressão indicam aumento na probabilidade de acontecimento da categoria de interesse. Valores negativos apontam redução nessa probabilidade. Analisados então de forma isolada (univariada), temos que os modelos ajustados para cada uma das variáveis examinadas nos retornam os seguintes resultados:

- A avaliação de desempenho da presidente quando incluída em seu formato original explica cerca de 52% da variabilidade da variável resposta, e a cada nível superior na escala de avaliação (péssimo → ruim → regular negativo → regular positivo → bom → ótimo) a probabilidade de voto em Dilma obtém um incremento médio de 3,6 vezes.
- A avaliação da economia segue lógica similar: o aumento em uma unidade na escala de avaliação (péssimo → ruim → regular negativo → regular positivo → bom → ótimo) duplica, em média, a probabilidade de voto na presidente. Esta avaliação econômica explica cerca de 30% da variabilidade da decisão do voto.
- A consideração de que o governo Dilma teve mais corrupção do que os governos de Lula e FHC reduz em cerca de 44% a probabilidade de voto na presidente. O modelo ajustado para esta variável apresenta um coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de apenas 2,5% de explicação da variável resposta, o que sinaliza um baixo efeito deste fator na variabilidade da decisão do voto.
- A identificação com o Partido dos Trabalhadores (PT) aumenta em aproximadamente 23 vezes a chance de voto em Dilma Rousseff. Em contraposição, a rejeição ao PT reduz em 98% as chances de voto na candidata incumbente aumenta. Estas variáveis

---

<sup>117</sup> A utilização do  $R^2$ , o coeficiente de determinação, também chamado de coeficiente de correlação múltipla, está bem estabelecido na análise clássica (RAO, 1973 *apud* NASCIMENTO E ARAÚJO, 2009). A sua definição como a proporção de variância "explicada" pelo modelo de regressão faz com que seja útil como uma medida de sucesso da predição da variável dependente a partir das variáveis independentes. É conveniente generalizar a definição de  $R^2$  para modelos gerais, para os quais o conceito da variância residual não pode ser facilmente definido e a máxima verossimilhança é o critério de ajuste.

partidárias explicam, respectivamente, cerca de 28% e 30% da variabilidade da variável resposta.

Entre as variáveis socioeconômicas, apenas a escolaridade e a renda se mostram estatisticamente significativas para a explicação do voto (apresentando coeficientes de determinação  $R^2$  relativamente baixos). A relação observada entre essas duas variáveis e a variável resposta decisão eleitoral se mostra negativa: quanto maior a escolaridade/renda, menor a probabilidade de observação da categoria de interesse, o voto em Dilma Rousseff. Cabe realçar que escolaridade e renda são dois fatores considerados, por estudos no campo da ciência política e também de outras áreas, como fortemente correlacionados; apresentando uma associação positiva entre si: quanto maior a escolaridade, maior a renda do indivíduo.

Após examinar, em modelos univariados, o efeito isolado de cada variável independente na explicação da variável resposta, apresentaremos na próxima seção os modelos multivariados ajustados (modelo completo e melhor modelo ajustado). Como todas as variáveis explicativas demonstraram significância estatística na análise univariada, todas foram incluídas como ‘candidatas’ ao modelo multivariado, para que seja possível avaliar os efeitos de cada uma delas quando analisadas conjuntamente (e mantendo-se todas as demais constantes).

Estes modelos multivariados de regressão logística foram ajustados mediante procedimento progressivo *passo-a-passo*, procedimento através do qual se inclui ou se remove cada variável de uma vez no modelo<sup>118</sup>. Assim, pode-se avaliar a contribuição que cada uma das variáveis explicativas oferece à modelagem e as alterações (nos coeficientes de regressão e de determinação) causadas por sua inclusão/exclusão no modelo de análise.

As técnicas *stepwise forward e backward*<sup>119</sup> realizam este procedimento *passo-a-passo*, considerando para a inclusão ou exclusão sequencial no modelo o quanto da variabilidade dos resultados é explicado pela variabilidade de cada uma das variáveis explicativas ‘candidatas’. Para ajuste do modelo de análise desta dissertação, optamos

---

<sup>118</sup> Deve-se recorrer a uma aproximação para seleção de variáveis baseada no método passo a passo, no qual as variáveis selecionadas são incluídas no modelo ajustado (seja por inclusão ou por exclusão) segundo uma ordem sequencial, baseada unicamente num critério estatístico (BRAGA, 1994; HOSMER E LEMESHOW, 1989 *apud* SILVA, 2011).

<sup>119</sup> O método *Forward* seleciona o ‘melhor’ modelo a ser ajustado a partir da inclusão sequencial de variáveis; e o *Backward* da exclusão. (SILVA, 2011).

por usar o método *backward*<sup>120</sup>, que incorpora inicialmente todas as variáveis candidatas ao modelo e ‘remove’, sucessivamente, as variáveis que apresentarem menores coeficientes de correlação parcial com a variável resposta ou não apresentarem significância estatística quando em conjunto com as demais variáveis<sup>121</sup> (SILVA, 2011).

### 3.3.2 – *Interpretação dos dados*

Produzir inferências válidas deve sempre ser a meta de um projeto de pesquisa. Para que haja validade, é preciso garantir que as evidências encontradas por um estudo correspondam à pergunta de pesquisa definida. Assim, pode-se dizer que avaliar a validade de um trabalho é averiguar o grau de proximidade entre a pergunta teórica colocada, as hipóteses elaboradas e as evidências encontradas. Como na maioria das vezes só é possível conhecer uma parte do todo de um fenômeno (amostra), é a partir do conhecimento desta parcela que estudiosos encontram a possibilidade de executar pesquisas e, então, analisar questões, teorias e hipóteses. (KING, KEOHANE & VERBA, 1994:46 - tradução própria).

Para King et al.(1994), a melhor maneira científica de organizar os achados é fazer com que sejam consequências observáveis de alguma teoria ou hipótese. Organizar os fatos enquanto implicações observáveis de uma teoria específica produz importantes e benéficos resultados para o desenho e a condução de uma pesquisa. Teoria e pesquisa empírica devem estar estreitamente conectadas (tradução própria).

Considerando esta afirmação de King et al. (1994), nesta seção faremos então a análise das hipóteses teóricas colocadas e os resultados encontrados na análise empírica.

---

<sup>120</sup> Segundo Loch et. al. (2011), o método backward (Wald) é apropriado para análises exploratórias com vários preditores com potenciais intercorrelações. No processo stepwise backward ajustado foram utilizados o critério da razão de verossimilhança como possibilidade de exclusão das variáveis inicialmente incluídas no modelo e o teste de Wald como estatística de análise de cada parâmetro do modelo final, ambos no nível de significância de 0,05. Hauck e Donner (1977 *apud* Cruz, 1996) ponderam que o teste de Wald (habitualmente utilizado na modelagem logística) pode falhar em rejeitar coeficientes que são estatisticamente significativos; aconselhando então que os coeficientes identificados pelo teste de Wald como sendo não significativos sejam testados novamente pelo teste da razão de verossimilhança, que é obtido através da comparação entre os modelos com e sem as variáveis em análise. Neste sentido, os procedimentos *stepwise* são de grande valia, pois em seus processos iterativos avaliam a significância de cada variável utilizando tanto a estatística de Wald quanto o teste de verossimilhança para verificar a significância da inclusão (ou exclusão) de cada variável do modelo.

<sup>121</sup> Três estatísticas de teste podem ser usadas na seleção das variáveis: a razão de verossimilhança com base em estimativas de parâmetros condicionais (*Backward Conditional*), a razão de verossimilhança baseada na máxima verossimilhança parcial das estimativas (*Backward Likelihood Ratio*) e a estatística de Wald (*Backward Wald*). (SILVA, 2011).

Expõe-se aqui, inicialmente, o modelo completo ajustado<sup>122</sup>, para que seja possível analisar o comportamento de cada variável explicativa na análise da decisão do voto e, assim, avaliar se as hipóteses norteadoras desta dissertação são confirmadas ou refutadas. As hipóteses a serem avaliadas foram apresentadas no segundo capítulo desta dissertação. Mas vamos retomá-las nesta seção, ao longo da interpretação dos resultados.

Tabela 3

<b>Modelo completo - Procedimento <i>Backward</i> (Wald)</b> ( <i>Dilma = 1; Aécio = 0</i> )						<b>Modelo Invertido<sup>123</sup></b> ( <i>Aécio = 1; Dilma = 0</i> )	
Variáveis	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )	$\beta$ - Variável dep. Invertida	Exp ( $\beta$ ) - Variável dep. Invertida
Avaliação de desempenho	0,944	0,065	208,937	0,000***	2,571	-0,944	0,389
Avaliação da economia	0,209	0,047	19,451	0,000***	1,233	-0,209	0,811
Rejeição ao PT	-2,658	0,341	60,686	0,000***	0,070	2,658	14,267
Identificação com o PT	2,155	0,246	76,728	0,000***	8,625	-2,155	0,116
Corrupção Gov. Dilma	-0,173	0,144	1,427	0,232	0,842	0,173	1,188
Renda Familiar	-0,137	0,051	7,245	,007***	0,872	0,137	1,147
Sexo	0,004	0,142	0,001	0,978	1,004	-0,004	0,996
Idade	-0,005	0,005	0,840	0,359	0,995	0,005	1,005
Escolaridade	-0,108	0,086	1,593	0,207	0,898	0,108	1,114
Constante	-1,716	0,446	14,786	0,000	0,180	1,716	5,564

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) - n = 2.200 - R<sup>2</sup> de Nagelkerke: 0,651

\* Significativo a 10%; \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

<sup>122</sup> O output de todo o procedimento passo-a-passo (*stepwise forward*) para ajuste do modelo se encontra no ANEXO J desta dissertação.

<sup>123</sup> Para melhorar a possibilidade de análise e interpretação comparativa dos coeficientes (parâmetros) relacionados aos sentimentos partidários, o mesmo modelo foi ajustado invertendo-se a variável dependente (colocando-se Aécio como categoria de interesse). Essa transformação em nada altera os valores dos coeficientes e de sua significância estatística (conforme pode ser visto no *output* da inversão da variável, inserido no Anexo J), modifica apenas o sinal da direção dos coeficientes e recalcula a razão de chance (*odds ratio*) para a probabilidade de ocorrência de uma nova categoria de interesse (que antes era a referência). Utiliza-se esta estratégia para que seja possível avaliar, comparativamente, aspectos contrapostos numa mesma relação de probabilidade (*odds ratio* > 1). Ou seja, avaliar a probabilidade de ocorrência das duas categorias da variável resposta em relação a variáveis explicativas contrapostas; como, por exemplo, é o caso da análise dos sentimentos partidários aqui em estudo: espera-se poder avaliar a intensidade do aumento da probabilidade de voto em Dilma (categoria de interesse: Dilma) entre aqueles que se identificam com este partido vs. o aumento da probabilidade de voto em Aécio (categoria de interesse: Aécio) entre os que rejeitam o partido no poder.

Pelo procedimento *stepwise backward* tem-se que o modelo indicado como mais parcimonioso<sup>124</sup> (ANEXO 12) eliminou as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade e também a variável explicativa que trata sobre a percepção da corrupção (Tabela 4).

A percepção sobre a corrupção, embora significativa em regressão univariada, na análise em conjunto com as demais variáveis independentes (análise multivariada) não apresentou significância estatística<sup>125</sup>. Cabe lembrar que na análise simples (univariada) esta variável independente já dava sinais de seu baixo poder explicativo, apresentando um coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de apenas 2,5% de explicação da variável resposta.

Tem-se, portanto, que não foi confirmada a hipótese ( $H3$ ) de que a percepção sobre a existência de maior corrupção no governo Dilma seria estatisticamente significativa em reduzir a probabilidade de voto na candidata (ou, no modelo inverso, aumentar a probabilidade de voto na oposição).

A corrupção foi um *issue* fortemente debatido nos últimos dois anos no cenário político brasileiro – em função da deflagração de episódios que envolviam uma das maiores empresas estatais do país (a Petrobrás), atores políticos e grandes empreiteiras – e com certeza teve um papel importante na formação da reflexão e na tomada de decisão do eleitor, tanto que sua análise univariada teve significância estatística.

Contudo, considerando-se que o eleitor é um indivíduo que sofre variados estímulos e se enquadra em características (estratos) socioeconômicas diversas, tem-se que no modelo multivariado essa percepção da corrupção pode ter ‘perdido espaço’ tanto em função de seu baixo poder explicativo sobre variável resposta, quanto porque alguns dos elementos em análise passam a ser mais importantes para a variação da variável

---

<sup>124</sup> Segundo Oliveira (2011), modelo parcimonioso é aquele que contém apenas as variáveis significantes e com real importância para explicar a variabilidade da variável dependente. Ou, em outras palavras, um modelo bem ajustado e que tenha um número reduzido de parâmetros.

<sup>125</sup> Conforme colocado anteriormente, de acordo com Loch *et. al.* (2011), o método *backward* (Wald) é apropriado para análises exploratórias com preditores com potenciais intercorrelações. Numa análise de regressão realizada através de método *stepwise backward*, pode ser então que o procedimento de ajuste elimine no modelo determinado elemento que apresente correlação com outra variável explicativa. Neste caso, o procedimento elimina aquela que apresente menor expressividade explicativa da variável resposta. Assim, tem-se então que quando analisada junto aos demais fatores ( $X_i$ ) na busca pela explicação do voto ( $Y$ ), a existência de correlação entre a percepção da corrupção e outras variáveis explicativas (correlações baixas o suficiente para não comprometer o ajuste do modelo, segundo apontado pelo teste VIF) pode acabar por eliminar o efeito desta variável (que já era indicado como muito baixo no modelo univariado) quando inserida em análise multivariada.

resposta, minimizando o efeito (que já era identificado como pequeno na análise univariada) desta variável de percepção da corrupção sobre a variável resposta.

Isto é, quando avaliada em concomitância com outros elementos apontados como mais determinantes para a explicação do voto, a percepção da corrupção demonstra ter tido um papel coadjuvante na decisão do eleitor quanto a seu voto para presidente em 2014: em análise isolada, esta variável apresenta significância (ainda que com um baixo efeito) para a explicação do voto; mas no modelo multivariado seu efeito é minimizado e os protagonistas da análise ficam sendo outros elementos em estudo (avaliação de desempenho do incumbente, avaliação da economia, identificação partidária, rejeição partidária e renda familiar).

Analisando matematicamente os resultados e, para isso, observando a razão de chance ( $\exp\beta$ ), nota-se que a corrupção mostra um efeito sobre a probabilidade de ocorrência da categoria de interesse (voto em Dilma) muito próximo de 1 (hum); o que quer dizer que a razão de chance de ocorrência das duas opções mensuradas pela variável resposta (voto em Dilma e voto em Aécio) é muito próxima e não pode ser apontada como determinante para a existência de maior probabilidade de observação de um ou outro resultado – tudo isso, volta-se a realçar, quando a questão da corrupção é analisada em conjunto com os demais fatores em estudo, indicados pela análise empírica, e também por referenciais teóricos, como mais decisivos para a explicação da decisão eleitoral.

Sobre referencial teórico, assim como Mendes e Venturini (1994) analisaram para as eleições de 1994, tem-se que embora permeada por episódios de corrupção, intensamente alardeados pela mídia, as eleições presidenciais de 2014 parecem ter sido determinadas por outros fatores. Na análise desenvolvida naquela ocasião por Mendes e Venturini, o elemento apontado como significativo para a tomada de decisão foi a avaliação da economia. Para a eleição do último ano, os achados desta dissertação indicam que foram significativos para a escolha do voto os julgamentos de curto prazo tradicionalmente abordados pela teoria racional (avaliação da incumbente e da economia) e os sentimentos partidários; bem como a renda familiar do eleitor, variável socioeconômica evidenciada pela análise empírica.

Mais recentemente, em análise das eleições de 2002, 2006 e 2010, Calvet (2013) encontrou que escândalos que denunciavam atos corruptos (associados a candidatos à reeleição ou apoiados por seu partido político) tiveram efeito residual na explicação da

decisão eleitoral. Na eleição presidencial de 2014, os casos de corrupção deflagrados também estavam associados ao partido da candidata à reeleição, mas assim como nos pleitos anteriores (analisadas por Calvet), por mais que se tenha investigado nenhuma associação dos mandatários com os esquemas corruptos foi encontrada ou comprovada. Neste sentido, por mais que uma parcela dos eleitores considerasse que seu governo tenha sido mais corrupto que os anteriores, para alguns deles pode ser que a ‘culpa’ desta corrupção não tenha sido atribuída diretamente à presidente; fazendo com que as chances de voto nela não fossem significativamente impactadas por este fator. Analisaremos essa e outras interpretações possíveis para este achado (sobre corrupção) nas considerações finais, por se tratarem de reflexões e ponderações da autora.

A seguir, temos então o melhor modelo ajustado. A exclusão das variáveis apontadas no modelo completo como não significativas estatisticamente (sexo, idade, escolaridade e percepção da corrupção no governo Dilma) gerou uma perda de capacidade explicativa de 0,1% para o ajuste do modelo – segundo indica o coeficiente de determinação  $R^2$  de Nagelkerke. O que significa que retirar estas variáveis do modelo ajustado é uma decisão parcimoniosa (redução nos parâmetros de análise e pouca perda explicativa).

**Tabela 4**

<b>Melhor modelo ajustado - Procedimento <i>Backward</i> (Wald)</b> ( <i>Dilma = 1; Aécio = 0</i> )						<b>Modelo Invertido</b> ( <i>Aécio = 1; Dilma = 0</i> )	
Variáveis	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )	$\beta$ - Variável dep. Invertida	Exp ( $\beta$ ) - Variável dep. Invertida
Renda Familiar	-0,167	0,046	13,444	0,000***	0,846	0,167	1,182
Identificação com o PT	2,170	0,245	78,546	0,000***	8,756	- 2,170	0,114
Rejeição ao PT	-2,672	0,341	61,326	0,000***	0,069	2,672	14,473
Avaliação de desempenho	0,949	0,065	212,046	0,000***	2,584	- 0,949	0,387
Avaliação da economia	0,213	0,047	20,485	0,000***	1,238	- 0,213	0,808
Constante	-2,162	0,243	79,432	0,000***	0,115	2,162	8,689

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) - n = 2.200 -  $R^2$  de Nagelkerke: 0,650

\* Significativo a 10%; \*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

Considerando então este modelo significativo, e começando a análise pelo único elemento sociodemográfico que apresentou significância estatística para a explicação do voto presidencial em estudo, temos que o aumento de uma unidade na escala de faixas

de renda reduz, em média, em 15% a probabilidade de voto em Dilma Rousseff (categoria de interesse). Ou seja, quanto maior a renda, menor a probabilidade de voto na candidata incumbente.

Conforme definido, variáveis sociodemográficas foram inseridas no modelo de análise com a função de controle dos resultados. Assim, a significância da renda na explicação do voto foi um achado interessante trazido à tona pela análise empírica. Ainda que não tenha sido alvo de uma hipótese de investigação, cabe aqui brevemente explorar um pouco desta relação da renda com o voto.

Como fora visto no capítulo teórico, na teoria sociológica tem-se a corrente marxista como uma perspectiva de análise que se concentra fortemente na importância dos determinantes econômicos e da estrutura de classe<sup>126</sup> para a decisão do voto. Sob a perspectiva desta corrente marxista, questiona-se em que circunstâncias um grupo de pessoas enquadradas em uma mesma situação social – uma “classe em si” – se transforma em uma “classe para si”. Estudiosos então apontam que ao atingirem uma consciência de classe as classes trabalhadoras passariam a se identificar com os partidos de esquerda. (PRZEWORSKI E SOARES, 1971 *apud* CASTRO, 1994). De certa forma, isso é o que podemos observar nos achados da presente dissertação, que indicam que quanto maior a renda, menor a probabilidade de voto na candidata que representava o Partido dos Trabalhadores (PT). Ou seja, no sentido contrário tem-se que quanto mais baixa a camada de renda (camadas baixas que, em geral, representam as classes consideradas como trabalhadoras e dependentes das leis trabalhistas, foco de atuação dos partidos trabalhadores), melhores são os índices de probabilidade de voto alcançados pela representante do Partido Trabalhador (PT)<sup>127</sup>.

Partindo então para a análise dos sentimentos partidários, tem-se que embora fraca no Brasil<sup>128</sup> e em outros países em que se observa multipartidarismo, a identificação partidária (com o PT, partido de interesse nesta dissertação) foi elemento significativo para a explicação do voto. A rejeição ao PT também foi fator significativo na análise da

---

<sup>126</sup> Falar de renda com certeza é diferente de falar de classe social, afinal a inclusão (em determinada classe) a partir da renda não se traduz em uma inclusão social de fato, nem tampouco na criação de uma consciência de classe. Contudo, em função da falta de variáveis que mensurem e enquadrem os indivíduos em classes sociais, consideramos a renda familiar como *proxy* para, de forma exploratória, analisar a influência da situação socioeconômica dos indivíduos na decisão do voto.

<sup>127</sup> Na análise por cruzamento bivariado foi possível observar ainda a existência da seguinte relação: quanto menor a renda, maior a proporção de identificação com o PT.

<sup>128</sup> Cabe lembrar que, segundo Kinzo (2005), o PT é um caso específico de análise, pois é o único partido com taxas significativas de identificação no Brasil nos últimos anos.

decisão do voto. Achados estes que permitem confirmar, portanto, as hipóteses (*H5*) de que a identificação partidária com o PT aumenta significativamente a probabilidade de voto na candidata que representa este partido e que, por outro lado, (*H4*) a rejeição ao PT reduz essa probabilidade (e eleva as chances de voto no candidato opositor).

Através da análise dos dados empíricos observa-se que a identificação com PT elevou em 8,8 vezes a probabilidade de voto em Dilma Rousseff. Em contraposição, tem-se que a rejeição a este partido aumentou em aproximadamente quatorze vezes e meia (14,47) as chances de voto no candidato opositor.

Ou seja, nota-se que a rejeição ao PT influenciou de forma mais intensa a probabilidade de voto em Aécio do que a identificação com o partido na opção de voto em Dilma. Podendo-se analisar que o antagonismo partidário em relação ao PT foi mais incisivo na determinação da probabilidade de voto na oposição do que a identificação (apoio ao PT) na influência sobre a probabilidade de voto a favor da presidente.

Nas eleições de 2014 acredita-se que os sentimentos partidários tenham tido influência na decisão do voto, em especial, em função do cenário de intenso antagonismo (e agressividade) entre eleitores favoráveis à continuidade deste partido no poder vs. eleitores opositores. Em um cenário de intensa disputa política (entre candidatos e cidadãos) como este, as emoções e as ‘paixões’ ficam afloradas, e os sentimentos em relação ao que se defende também se intensificam. Assim, tanto a identificação quanto a rejeição partidária ao PT foram elementos importantes para a compreensão do voto. Destacando-se, é claro, que a rejeição ao PT se mostrou mais forte em direcionar votos para o candidato de oposição ao governo do que a identificação em potencializar a probabilidade de voto na candidata representante do partido em análise.

Cabe realçar que, conforme fora comentado anteriormente, a variável rejeição é um elemento ainda pouco abordado nos estudos da área (CARREIRÃO E KINZO, 2004; NICOLAU, 2007; CARREIRÃO, 2007). Os estudiosos que já abordaram esta temática têm pleiteado a relevância dos sentimentos partidários na decisão de voto no Brasil (CARREIRÃO, 2008). Esta dissertação se coloca como uma nova contribuição para o desenvolvimento e ampliação da perspectiva de análise da rejeição partidária; tanto explorando a significância desta dimensão quanto fazendo também a sua contraposição com a identificação partidária (para avaliar qual sentimento se mostrou mais ‘intenso’ em influenciar as probabilidades de voto).

Contribuição esta que se faz importante, mas que abre espaço para a consideração de que muitas novas pesquisas precisam ser feitas. Em especial, pesquisas comparativas longitudinais, para que seja possível entender se o efeito da rejeição vs. identificação partidária foi algo peculiar e específico desta eleição disputada e fortemente rivalizada de 2014, se é um efeito habitual (rejeitar um partido potencializa mais fortemente a probabilidade de voto na oposição do que ter identificação intensifica a chance de votar a favor daquele partido), ou se, de repente, seria um efeito que pode estar se acentuando com o passar dos anos (devido ao aumento da rejeição em relação ao sistema partidário em geral); entre outras possibilidades de achados e análises.

As próximas duas hipóteses tratam das variáveis clássicas da escolha racional: a avaliação da economia e avaliação de desempenho do incumbente. Deixamos as análises destas variáveis para serem feitas por último, pois, como veremos adiante, precisamos nos debruçar um pouco mais sobre elas ajustando alguns novos modelos.

De forma geral, observamos que ambos os aspectos foram significantes para a decisão eleitoral em estudo; e que a relação entre as escalas avaliativas e o voto é positiva: quanto melhor a avaliação da economia e avaliação de desempenho da presidente, maior a probabilidade de voto na candidata incumbente.

A elevação em um nível na escala de avaliação da economia (péssimo → ruim → regular negativo → regular positivo → bom → ótimo) gera um incremento médio de cerca de 23% na probabilidade de voto na candidata mandatária. No mesmo sentido, mas com intensidade um pouco maior, tem-se que o aumento de uma unidade na escala de categorias de avaliação de desempenho da incumbente aumenta, em média, em duas vezes e meia a probabilidade de voto em Dilma Rousseff (categoria de interesse).

Analisando a significância dessas duas avaliações na decisão do voto, como fora dito, fica claro que quanto melhor a avaliação que o eleitor faz do desempenho da presidente e da situação da economia no país, maior a probabilidade de que vote por sua reeleição. Contudo, examinar os resultados desta forma permite apenas que seja observado o incremento médio na probabilidade ocorrência da categoria de interesse gerado pelo aumento de cada unidade (nível) escalar. Ficando em aberto, portanto, a possibilidade de que seja analisado se a avaliação positiva (da economia/do desempenho) influencia significativamente a probabilidade de voto na incumbente e a avaliação negativa, em contrapartida, a probabilidade de voto no candidato opositor.

Para preencher essa lacuna, uma alternativa possível de análise foi transformar cada uma das categorias de resposta (níveis da escala) em uma variável *dummie* (binária). Os efeitos específicos de cada nível de avaliação podem então ser analisados a partir dos modelos detalhados ajustados (Tabela 5 e Tabela 6)<sup>129</sup>.

Foram ajustados seis novos modelos<sup>130</sup>. Em cada um deles uma das opções da escala de avaliação de desempenho e de avaliação da economia foi considerado como referência, de forma que todas as outras fossem comparadas com ele. Assim, foi possível comparar então o efeito de opções de resposta ‘opostas’ na decisão do voto pela candidata incumbente vs. opção pelo candidato opositor. Na escala de seis pontos utilizada nas perguntas em análise, foram considerados os seguintes pares de oposição de posicionamento: (1) avaliação ótima vs. avaliação péssima; (2) avaliação boa vs. avaliação ruim; (3) avaliação regular positiva vs. avaliação regular negativa.

**Tabela 5 - Avaliação da economia e probabilidade de voto**

	<i>Modelo detalhado (por categorias de resposta)</i>					
	Variáveis	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )
<b>Categoria de interesse (1): Dilma<sup>131</sup></b>	<b>Ótima</b>	2,869	1,173	5,981	0,014**	17,628
	<i>(referência: péssima)</i>					
	<b>Boa</b>	0,797	0,263	9,161	0,002***	2,218
	<i>(referência: ruim)</i>					
<b>Categoria de interesse (1): Aécio</b>	<b>Regular positiva</b>	1,109	0,201	30,521	0,000***	3,031
	<i>(referência: regular negativa)</i>					
	<b>Regular negativa</b>	0,758	0,214	12,596	0,000***	2,134
	<i>(referência: regular positiva)</i>					
	<b>Ruim</b>	0,592	0,241	6,018	0,014**	1,807
	<i>(referência: boa)</i>					
	<b>Péssima</b>	1,182	0,397	8,861	0,003***	3,262
	<i>(referência: ótima)</i>					

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) n = 2.200 -\*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

<sup>129</sup> Os coeficientes das demais variáveis independentes (Rejeição ao PT, Identificação com o PT e Renda Familiar) não são significativamente afetados no ajuste deste modelo mais detalhado. De toda forma, cabe realçar que com esta transformação o coeficiente R<sup>2</sup> do modelo total ficou em 0,674 (Anexo 13).

<sup>130</sup> No ajuste destes novos modelos voltamos a incluir todos os elementos que no modelo multivariado ajustado anteriormente se mostraram não significantes estatisticamente (escolaridade, idade, sexo, e a variável explicativa sobre percepção da corrupção no governo Dilma). A intenção desta iniciativa é que estas variáveis exerçam função de controle dos resultados por essas características/fatores, assim como fora feito para os modelos anteriores. Na observação do procedimento *stepwise reward* (Anexo 13) todas estas variáveis (sexo, idade, escolaridade e corrupção) se mostraram sem significância estatística.

<sup>131</sup> Assim como fora feito para analisar a relação contraposta entre os sentimentos partidários, invertamos a variável resposta para examinar a avaliação positiva em relação a categoria de referência Dilma Rousseff (candidata incumbente) e a avaliação negativa em relação a categoria de referência Aécio Neves (candidato opositor).

De forma geral, segundo os dados da Tabela 5 nota-se que foi corroborada a hipótese (*H1*) de que a avaliação positiva a respeito da economia aumenta a probabilidade de que o eleitor vote no candidato que representa a continuidade; e que, em contraposição, a avaliação negativa da economia é fator significativo para aumentar a probabilidade de voto a favor do candidato opositor (no modelo invertido, o candidato desafiante Aécio Neves é colocado como categoria de referência).

Para explorar as intensidades com que cada categoria de avaliação influencia na probabilidade de voto na candidata incumbente vs. candidato desafiante, analisamos especificamente cada categoria da escala de avaliação. Observa-se que considerar a situação econômica como ótima aumenta em 18 vezes a probabilidade de voto em Dilma Rousseff (em relação a fazer uma avaliação péssima dessa situação). Em contrapeso, avaliar a questão econômica como péssima eleva a probabilidade de voto em Aécio Neves em cerca de 3 vezes (em relação a avaliar a situação atual da economia como ótima).

Observando-se os pontos intermediários da escala de avaliação é possível notar que as distâncias entre as probabilidades de ocorrência da categoria de interesse nas análises contrapostas (avaliação ‘boa’ vs. ‘ruim’, e avaliação ‘regular positiva’ vs. ‘regular negativa’) são menores do que a diferença observada entre os pontos extremos (avaliação ‘ótima’ vs. ‘péssima’). Avaliar a situação econômica como ‘boa’ aumenta em 120% as chances de voto em Dilma, em relação a avaliar como ‘ruim’. O contrário é um pouco menor: avaliar a economia como ‘ruim’ eleva em 80% as chances de voto em Aécio, em relação a avaliar como ‘boa’. Considerar como ‘regular positiva’ a economia eleva em 200% a probabilidade de voto na incumbente candidata à reeleição em relação àqueles que avaliam esta gestão como ‘regular negativa’. Em contrapeso, conferir julgamento ‘regular negativo’ para a situação econômica do país aumenta em 113% a probabilidade de voto no candidato opositor (Aécio Neves), em relação a considerar como ‘regular positiva’ esta questão.

Diante das observações feitas, é interessante notar que (de forma mais aguda nos pontos extremos da escala e mais branda nos pontos intermediários) o posicionamento positivo a respeito da economia (ótima/boa/regular positiva) mostra-se mais intenso em aumentar as chances de voto na candidata incumbente do que o posicionamento negativo (péssima/ruim/regular negativa) em elevar as chances de voto no candidato opositor. Ou seja, uma avaliação positiva da economia surtiu efeito mais expressivo no

aumento da probabilidade de voto em Dilma Rousseff, do que uma avaliação negativa no aumento da probabilidade de voto na oposição.

Esse achado nos faz considerar que os eleitores que avaliavam positivamente a economia premiaram a incumbente com maior intensidade (conferindo uma intensa probabilidade de voto a seu favor) do que os eleitores que avaliavam negativamente este aspecto apresentaram probabilidade de voto punitivo (voto a favor da oposição).

**Tabela 6 - Avaliação de desempenho da presidente Dilma e probabilidade de voto**

	<i>Modelo detalhado (por categorias de resposta)</i>					
	Variáveis	$\beta$	S.E.	Wald	Sig.	Exp( $\beta$ )
<b>Categoria de interesse (1): Dilma</b>	<b><i>Ótimo</i></b>	4,567	0,834	29,998	0,000***	96,264
	<i>(referência: péssimo)</i>					
	<b><i>Bom</i></b>	3,081	0,295	109,105	0,000***	21,775
	<i>(referência: ruim)</i>					
<b>Categoria de interesse (1): Aécio</b>	<b><i>Regular positivo</i></b>	1,109	0,201	30,521	0,000***	3,031
	<i>(referência: regular negativo)</i>					
	<b><i>Regular negativo</i></b>	1,116	0,203	30,116	0,000***	3,052
	<i>(referência: regular positivo)</i>					
<b>Categoria de interesse (1): Aécio</b>	<b><i>Ruim</i></b>	3,173	0,305	108,401	0,000***	23,873
	<i>(referência: bom)</i>					
	<b><i>Péssimo</i></b>	3,767	0,568	44,045	0,000***	43,259
	<i>(referência: ótimo)</i>					

Fonte: Instituto Vox Populi (elaboração própria) - n = 2.200-\*\* Significativo a 5%; \*\*\* Significativo a 1%

Assim como foi notado para a avaliação da economia, tem-se que podemos corroborar a hipótese (H2) de que a avaliação positiva a respeito do desempenho do incumbente aumenta a probabilidade de voto por sua manutenção no poder; e que, em contraposição, a avaliação negativa de seu desempenho eleva de forma significativa a probabilidade de voto a favor do candidato desafiante (no modelo invertido, Aécio Neves é colocado como categoria de referência).

Debruçamos-nos também sobre cada categoria de avaliação de desempenho, de forma a analisar as intensidades com que cada uma delas influencia nas chances de voto. Verificamos então que avaliar como ‘ótimo’ o desempenho de Dilma Rousseff eleva a probabilidade de voto na presidente em 96 vezes, em relação a avaliar seu desempenho como péssimo (categoria de referência). Em contrapartida, a avaliação do desempenho da incumbente como péssimo aumenta a probabilidade de voto no candidato opositor

(Aécio Neves) em cerca de 43 vezes, em comparação a avaliar seu desempenho como ótimo (categoria de referência).

Tomando-se então estes pontos extremos de avaliação do desempenho da presidente<sup>132</sup>, pode-se dizer que a avaliação ‘ótima’ da atuação da governante aumenta com maior intensidade a probabilidade de voto por sua reeleição do que a avaliação péssima eleva a probabilidade de voto em seu opositor. Observação similar à feita para a avaliação da economia: a de que os eleitores que conferiam uma avaliação positiva ao desempenho de Dilma Rousseff demonstraram uma probabilidade mais intensa de premiar a presidente por esta boa atuação, do que os eleitores que consideravam negativo o seu desempenho em conferir um voto punitivo (embora essa probabilidade também tenha sido observada como alta).

Em suma, após analisar ambos os modelos detalhados ajustados, pode-se dizer, no geral, que a avaliação positiva dos aspectos em estudo (economia e desempenho) aumenta com maior intensidade a probabilidade de voto pela reeleição da mandatária do que a avaliação péssima eleva a probabilidade de voto em seu opositor. Avaliar positivamente a economia ou o desempenho da incumbente potencializa de forma mais incisiva a probabilidade de premiação da governante (voto por sua manutenção no poder), em comparação à intensidade com que a avaliação negativa influencia na probabilidade de punição desta mandatária (voto em favor da oposição).

---

<sup>132</sup> Consideramos, neste caso, apenas os pontos extremos da escala pois na análise das categorias intermediárias (Tabela 6) notamos que os valores de probabilidade de voto em Dilma quando a avaliação é boa ou regular positiva e os valores de probabilidade de voto em Aécio quando a avaliação é ruim ou regular negativa são muito próximos (na comparação avaliação ‘boa’ vs. ‘ruim’, e avaliação ‘regular positiva’ vs. ‘regular negativa’); incidindo, portanto, com intensidades semelhantes nas probabilidades de voto em cada um dos candidatos.

## Considerações finais

Esta dissertação teve como objetivo avaliar a influência de variáveis contextuais (ancoradas em uma racionalidade de curto prazo) e de fatores que refletem sentimentos partidários (identificação e rejeição ao PT) na decisão do eleitor brasileiro quanto a seu voto para presidente na eleição de 2014.

Considerando fundamentalmente o cenário conjuntural que envolvia a disputa eleitoral pela presidência no Brasil no ano de 2014 e o fato de que a candidata incumbente estaria sob forte julgamento do eleitorado (por se tratar de um pleito de caráter revocatório), foram apontadas hipóteses de que teriam influenciado na decisão do voto destes eleitores a avaliação que faziam a respeito do desempenho em geral da presidente à frente do governo e também a avaliação (ou percepção) que teciam em relação a fatores que, nos últimos meses, fragilizavam a imagem de sua gestão: a desaceleração econômica e a deflagração de casos de corrupção. Além disso, também foram colocadas hipóteses sobre a possibilidade de que os sentimentos partidários (tão impactados pela conjuntura política de insatisfação canalizada para um único partido e por forte polarização entre eleitores pró e anti-governo) tenham tido um papel importante na explicação da decisão do voto.

Estas hipóteses norteadoras do trabalho foram essencialmente ancoradas em correntes teóricas de estudo do comportamento eleitoral, apresentadas no primeiro capítulo da dissertação. E, para avaliá-las, realizou-se então análise empírica de dados de pesquisa de opinião (*survey*) pós-eleitoral, de abrangência e representatividade nacional. Através de modelo logístico de regressão, avaliou-se a significância da avaliação de desempenho da presidente, avaliação da economia, percepção da corrupção, identificação e rejeição ao PT (variáveis independentes) na explicação da decisão eleitoral (variável dependente); indicando-se assim em que medida cada variável explicativa aumentava ou reduzia a probabilidade de voto na categoria de interesse (voto na candidata incumbente Dilma Rousseff); ou, considerando o modelo invertido, elevava a probabilidade de voto no candidato opositor (categoria de interesse: Aécio Neves). Controlou-se o resultado por características socioeconômicas dos eleitores (sexo, idade, escolaridade e renda).

Observou-se que as variáveis contextuais clássicas (avaliação da economia e avaliação de desempenho do incumbente) foram significantes para a decisão do voto nas eleições

em estudo: avaliações positivas potencializaram as chances de voto na candidata incumbente e avaliações negativas elevaram a probabilidade de voto no candidato opositor; corroborando as duas primeiras hipóteses deste trabalho (*H1* e *H2*).

Ou seja, a avaliação da economia (conformada em um cenário de maus resultados para o crescimento econômico e para a inflação, mas de boas perspectivas para o emprego e para a valorização do salário mínimo) e a avaliação do desempenho em geral da presidente Dilma Rousseff (construída com base em variados aspectos e também, conforme visto, significativamente abalada após a ocorrência das ‘jornadas de junho de 2013’) podem ser apontadas como variáveis que tiveram o poder de influenciar a decisão dos eleitores na eleição presidencial de 2014.

Na análise exploratória das intensidades com que cada categoria das escalas de avaliação influenciou na decisão do voto, observou-se que um posicionamento (avaliação) positivo foi mais incisivo no aumento da probabilidade de voto a favor da candidata incumbente do que a avaliação negativa incidiu sobre a elevação da probabilidade de voto a favor da candidatura opositora. Isto é, tem-se que na eleição presidencial de 2014, avaliar positivamente o desempenho da incumbente ou a economia potencializou com maior intensidade a decisão por votar na presidente em comparação à intensidade com que a avaliação negativa influenciou na probabilidade de voto em favor da oposição.

Ponto positivo para a candidata Dilma Rousseff, que com maior probabilidade pôde colher os frutos (votos) daqueles que avaliavam seu governo ou a economia de forma positiva. Embora o papel das campanhas não tenha sido carro chefe desta dissertação (e tenha sido assunto tratado apenas na revisão conjuntural), cabe realçar que a campanha da candidata incumbente concentrou-se fortemente em elucidar os avanços (de gestão e econômicos) alcançados por seu governo, tais como a implantação de políticas públicas com foco no cidadão de média e baixa renda (Mais Médicos, FIES, PRONATEC, Minha Casa Minha Vida), o sucesso da realização e da infraestrutura da Copa do Mundo no Brasil, a queda no desemprego, valorização do salário mínimo, entre outros aspectos. Além disso, a campanha buscava também trazer à tona números econômicos negativos de quando o partido desafiante esteve no poder (entre 1995 e 2002, na presidência de Fernando Henrique Cardoso), dizendo que por mais que existissem problemas na economia atualmente escolher o PSDB para gerir o país novamente seria

uma opção por um modelo econômico que traria retrocesso para os ganhos alcançados nos governos de Lula e Dilma.

Em relação ao terceiro elemento contextual-racional incluído na análise, tem-se que não foi satisfeita a hipótese (*H3*) de que a percepção de que a corrupção no governo Dilma foi maior que em governos anteriores tivesse sido fator importante para a explicação da decisão eleitoral. Ponto favorável também para a candidata Dilma Rousseff. Afinal a presidente tinha seu governo, seu partido e uma empresa estatal (da qual participou da gestão<sup>133</sup>) no centro de casos de corrupção.

Embora significativa em análise univariada (o que demonstra que este é um elemento que, de alguma forma, contribui para a reflexão do eleitor), na apreciação multivariada essa percepção sobre a corrupção não apresentou significância estatística. Os outros elementos (variáveis explicativas) em análise protagonizaram a associação estatística com o voto.

Este achado ratifica os apontamentos de estudos prévios de que a percepção da corrupção não influencia expressivamente na decisão de voto dos eleitores e de que outros fatores (avaliação da economia, identificação partidária, avaliação de desempenho) acabam sendo mais determinantes em uma análise multivariada.

Analisando, em específico, a eleição presidencial de 2014, muitas podem ser as interpretações de análise para a não significância da percepção da corrupção, tais como: (1) a consideração entre os eleitores de que, embora seu partido e seu governo estivessem no centro dos casos de corrupção, não foi apontado envolvimento direto da presidente Dilma nestes episódios<sup>134</sup>; (2) a consideração de que o candidato opositor e/ou seu partido também já haviam se envolvido em episódios de corrupção e que este fator, portanto, não discriminava as opções de voto que o eleitor tinha para sua escolha (e que ele precisaria então levar em conta alguma outra questão discriminante para tomar sua decisão); (3) a existência do raciocínio baseado na lógica do ‘rouba, mas faz’, de que, embora tenha se envolvido em situações corruptas, o governo havia promovido

---

<sup>133</sup> Dilma Rousseff ocupou a Presidência do Conselho de Administração da Petrobrás de 2003 a 2010.

Ver em: [HTTP://m.oglobo.globo.com/economia/dilma-deixa-conselho-da-petrobras-3036516](http://m.oglobo.globo.com/economia/dilma-deixa-conselho-da-petrobras-3036516)

<sup>134</sup> Neste sentido, considera-se que a equipe de governo e de campanha de Dilma Rousseff tenha sido bem sucedida na empreitada de descolar a imagem da presidente do envolvimento com a corrupção e de gestora que apoiava as investigações irrestritas dos episódios deflagrados, ‘doa a quem doer’.

Ver em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/10/dilma-diz-que-nao-vai-punir-sem-prova-envolvidos-no-caso-petrobras.html>.

melhorias para o país e para a população e essa eficiência é o que importa; (4) a conformação de um cálculo eleitoral (em uma parcela dos eleitores, é claro) que priorizava outras questões contextuais (avaliação econômica e/ou avaliação de desempenho) e/ou os sentimentos partidários que nutriam pelo partido do governo (o PT). Um eleitor que, por exemplo, considerava o governo Dilma mais corrupto que os anteriores, mas que avaliava positivamente a situação econômica vigente, pode ter optado por votar pela continuidade de Dilma no poder para que os ganhos obtidos continuassem também. Essas relações podem ser testadas através de termos interativos entre variáveis explicativas; ficando como agenda de pesquisa para trabalhos futuros.

Além de fatores ancorados em uma lógica racional de cálculo de curto prazo, variáveis chamadas de longo prazo (identificação e rejeição partidária em relação ao PT, partido de interesse neste estudo específico) foram inseridas como outras possibilidades de investigação para a explicação do voto analisada por este trabalho. Estas variáveis se mostraram significativamente fortes para explicar a decisão do eleitor na eleição presidencial de 2014, o que confirma as duas últimas hipóteses (*H3* e *H4*) colocadas pelo trabalho.

A identificação partidária (variável clássica dos estudos psicológicos), mesmo apontada como fraca no Brasil e em outros países em que se observa um dilatado multipartidarismo, foi elemento significativo para a explicação do voto. Sobre a questão da dificuldade dos eleitores em diferenciar os partidos e estabelecer preferências em sistemas multipartidários, como visto, tem-se que o PT é um caso específico de análise, por ser apontado como o único partido que apresentou taxas significativas de identificação nos últimos anos (taxas essas que apresentaram queda abrupta ao longo e após as ‘jornadas de junho de 2013’).

Quanto à rejeição, chama a atenção na análise o fato de este sentimento partidário ter se mostrado mais forte em influenciar a probabilidade de voto a favor do candidato opositor do que a identificação em ampliar as chances de voto em Dilma Rousseff, candidata pelo PT. O antagonismo ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi mais eficiente em potencializar as chances de voto na oposição do que o apoio (simpatia, identificação) a este partido em angariar probabilidade de voto para a presidente aspirante à reeleição. Este achado figura como um ponto positivo em favor da candidatura opositora. Afinal, o anti-petismo, discurso tão evocado por Aécio Neves ao longo da campanha, se mostrou bem sucedido não só em impactar fortemente a

probabilidade de voto na oposição, mas em fazê-lo com maior intensidade do que a identificação com este partido demonstrou ter conseguido em ampliar a probabilidade de voto na presidente.

A rejeição partidária é uma variável ainda pouco estudada em pesquisas da área de comportamento eleitoral, o que faz do estudo realizado por esta dissertação uma iniciativa relevante em conferir subsídios para ampliar a investigação sobre o tema. Sendo necessário realçar aqui, é claro, que este aspecto ter apresentado forte relação (relação superior à da identificação partidária, inclusive) com a decisão do voto no pleito em estudo é um achado circunscrito à eleição presidencial de 2014, em função do recorte teórico-metodológico fixado. Novos estudos precisam ser feitos a este respeito, em eleições futuras e/ou abordando-se eleições passadas, de forma a possibilitar uma análise longitudinal dos efeitos da rejeição partidária (a determinado (s) partido (s) de interesse) sobre a escolha do eleitor; bem como da intensidade de seu efeito na probabilidade de voto em contraposição com a identificação partidária.

A significância da renda na explicação do voto foi um fator importante realçado pela análise empírica. Como fora dito, variáveis sociodemográficas foram inseridas no modelo de análise com a função de controle dos resultados. Assim, embora não tenha sido delineada hipótese para a investigação da relação entre a renda e a decisão do voto, não se pode deixar de realçar o achado de que quanto maior a renda, menor a probabilidade de voto na candidata incumbente. Em sentido oposto, portanto, tem-se que quanto mais baixa a renda maior é a probabilidade de voto em Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT. Observação esta que ratifica a proposição da corrente marxista da teoria sociológica para explicação do voto: a de que as classes trabalhadoras (em geral classes mais baixas de renda) ao atingirem uma consciência de classe se identificariam mais com partidos de esquerda – partidos reconhecidos por defender causas trabalhistas, pautas de interesse, óbvio, das classes trabalhadoras.

A eleição presidencial de 2014 foi apontada como a disputa mais acirrada dos últimos anos, tanto devido a seu desenrolar muitas vezes agressivo e combativo quanto em função de seu resultado com pequena margem de diferença de votos. Considerando-se os dados mobilizados para análise nesta dissertação, pode-se apontar que a avaliação positiva de desempenho da presidenta e da economia parecem ter sido os elementos que contribuíram mais significativamente para a reeleição da candidata incumbente; bem

como a não significância da percepção sobre a corrupção como um fator determinante do voto neste pleito.

O apoio das classes de renda mais baixas (que correspondem a uma significativa parcela da população) também foi indicado como determinante de uma maior probabilidade de voto na candidata incumbente.

A identificação partidária com o PT foi significativa para a probabilidade de voto em Dilma; mas a rejeição ao partido, em contrapartida, aumentou de forma mais intensa a probabilidade de voto em Aécio Neves, candidato que carregou e estimulou abertamente ao longo da campanha o antagonismo ao PT. Este achado mostra que no que se refere aos sentimentos partidários (em relação ao PT) a candidatura opositora saiu ganhando.

Embora esta dissertação tenha se debruçado e explorado elementos importantes para a análise da decisão do voto na eleição presidencial de 2014, por mais que possa parecer clichê, é categórico falar que novas pesquisas precisam ser feitas para compreender melhor o comportamento dos eleitores e a conformação do resultado de um pleito tão recente (e marcado por um resultado final tão acirrado)<sup>135</sup>.

Por ter um recorte bem claro (a decisão do segundo turno da eleição presidencial de 2014), esta dissertação de forma alguma pretende alargar seus achados e conclusões para outras eleições, outros locais, outros momentos. Muito pelo contrário, um dos principais argumentos defendidos neste trabalho desde o início é a importância do contexto para a decisão eleitoral; o que acaba por demandar, sempre, e cada vez mais, novos estudos. Afinal, as preferências em jogo, a conjuntura e o volume e acesso a informações nas sociedades atuais se alteram (e se ampliam) cada vez mais rápido.

---

<sup>135</sup> Muitos são os desdobramentos importantes (e instigantes para futuros estudos) do resultado eleitoral que se conformou a partir das eleições de 2014: manifestações e pedidos de *impeachment* da presidente (iniciativas estas que fizeram analistas e estudiosos considerarem a existência de um 3º turno eleitoral, e chamarem este pleito de ‘a eleição que não terminou’), controvérsias a respeito das medidas econômicas tomadas pelo governo federal, alteração de direitos trabalhistas, propostas de reforma política, entre outros aspectos.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. (1996). **Como vota o brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Casa Amarela.
- ALMEIDA, J. (1998). **Como vota o brasileiro: perfil ideológico do eleitor e evolução nas pesquisas de opinião de 1994**. São Paulo: Ed. Xamã. (reedição).
- ALVES, J. (2008). Análise de conjuntura: teoria e método. **Instituto de Economia – UFRJ**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs>.
- AMORIM, L.; ESQUIVEL, R.; FIACCONE, R. (2010). Comparação de métodos de estimação em modelos logísticos multiníveis para dados longitudinais: um estudo de simulação. Trabalho apresentado no **19º SINAPE - Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística**.
- ANTUNES, R. (2010). Theoretical models of voting behavior. **Revista Exedra**, (4): 145-170. Coimbra.
- BAQUERO, M; CASTRO, H. (1996). A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, M. (org.). **Condicionantes da consolidação democrática: Ética, Mídia e Cultura Política**. Porto Alegre: Editora Universidade – UFRGS.
- BAQUERO, M. (1997). Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: BAQUERO, M. (org.) **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise**. Porto Alegre: Ed. da Universidade - UFRGS.
- BARBETTA, P. (2006). **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. Editora da UFSC. 7ª Edição.
- BARTELS, L. M. (2010). The Study of Electoral Behavior. In: **The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior**. 239-261. Oxford University Press.
- BITTENCOURT, H. (2003). Regressão logística politômica: revisão teórica e aplicações. **Revista Acta Scientiae** – ULBRA, Canoas, RS. v.5, n. 1.
- BONIFÁCIO, R. (2013). A afeição dos cidadãos pelos políticos mal-afamados: identificando os perfis associados à aceitação do 'rouba, mas faz' no Brasil. **Revista Opinião Pública**. vol.19 no.2
- BONIFÁCIO, R. (2014). Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe: 2004-2012. **Tese de Doutorado**, Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG.
- BONIFÁCIO, R.; PAULINO, R. (2015). Corruption and political participation in Americas and the Caribbean. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n.2.
- BORBA, J. (2008). As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. Dossiê Cultura Política e Democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2.

CALVET, I. (2013). Determinantes do Voto, Corrupção e Impacto Eleitoral nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 2002 a 2010 – **Dissertação de Mestrado**, Ciência Política. Brasília: UNB.

CAMARGOS, M. (1999). Do bolso para as urnas – a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998. **Dissertação de Mestrado**, Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ.

CAMARGOS, M. (2013). Refinando a teoria do voto econômico - América Latina revisitada. In: TELLES, H; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CAMPBELL, A.; KAHN, R. (1952) **The people elect a President**. Survey Research Center, Institute for Social Research, University of Michigan, 1952 - Disponível em: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015000571714;view=1up;seq=11>

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W.; STOKES, D. (1960). **The American voter**. New York: John Wiley & Sons, Inc.. Disponível em: <https://printservices.byuh.edu/faculty/troysmith/BYUH/Classes/Senior%20Seminar/campbell.pdf>

CAMPBELL, A. et al. (1966). **Elections and the political order**. New York: John Wiley & Sons, Inc.

CARREIRÃO, Y. (1999). Avaliação do governo e “voto econômico”. **Lua Nova**, n.48.

CARREIRÃO, Y. (2000). A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho. **Tese de doutorado**. São Paulo: USP.

CARREIRÃO, Y. ; KINZO, M. D. G. (2004). Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Revista Dados**, vol.47, nº1.

CARREIRÃO, Y. (2007) Relevant factors for the voting decision in 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) data. **Brazilian Political Science Review**, v.1, nº1.

CARREIRÃO, Y. (2008). Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Revista Opinião Pública**, Campinas. vol. 14. nº 2.

CASTRO, M. M. M. (1992). Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 20, vol. 01.

CASTRO, M. M. M. (1994). Determinantes do comportamento eleitoral – a centralidade da sofisticação política. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: IUPERJ.

COLLARES, A.C. (2013). Uma questão de método: desafios da pesquisa quantitativa na sociologia. **Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP**. v. 4. Edição Especial Metodologia das Ciências Sociais: questões e reflexões atuais.

CONVERSE, P. (1975). Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN E POLSLCY, **Handbook of political science**, vol. 4. Princeton, Addison-Wesley Publishing Company.

CRUZ, S. (2000). Teoria e método na análise de conjuntura. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 72.

DOWNS, A. (1957). **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Row.

DUCH, R.; STEVENSON, R. (2008). **The Economic Vote**. New York: Cambridge Univ. Press.

ECHEGARAY, Fabian. (1995). Voto Econômico ou Referendum Político? Os Determinantes das Eleições Presidenciais na América Latina, 1982-94. **Revista Opinião Pública**. Vol. 3, n.º 2, CESOP/Unicamp.

FERNANDES, G.; FERNANDES, I. (2012) **O voto econômico no Brasil: evidências com dados em painel e em multinível**. Disponível em: [http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/14\\_7\\_2012\\_12\\_54\\_29.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/14_7_2012_12_54_29.pdf)

FIGUEIREDO, M. (1991) **A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**. São Paulo: Sumaré/Anpocs.

FIGUEIREDO, R. (1994). Opinião pública, intencionalidade e voto. **Revista Opinião Pública**, vol. II, nº 2, Campinas: CESOP/Unicamp.

FILGUEIRAS, F. (2009). A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Revista Opinião Pública**. v.15, n.2. Campinas.

GOODHART, C. A.; BHANSALI, R. J. (1970). Political economy. **Political Studies**, v. 18, n.1.

GRIFFITHS, W.; HILL, C; JUDGE, G. (2010). **Econometria**. Editoria Saraiva, 3ª edição.

GUJARATI, D. N. (2000). **Econometria Básica**. São Paulo: Makron Books.

HOSMER, D., LEMESHOW, S. (1989). **Applied Logistic Regression**. New York: John Wiley & Sons Inc.

HOX, J. (2002). **Multilevel Analysis: Techniques and Applications**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

HUNTER, W.; POWER, T. (2007). Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections 2006. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n.1.

JÁCOMO, A. (2013) Os enigmas da popularidade presidencial no Brasil: economia ou política? **Dissertação de Mestrado**, Ciência Política. Brasília: UNB.

KEY, V. O. (1966). **The responsible electorate: rationality in presidential voting 1936-1960.** (With the assistance of Milton C. Cummings Jr.) Cambridge: Belknap Press of Harvard University.

KING, G; KEOHANE, R; VERBA, S. (1994). **Designing Social Inquiry.** Princeton University Press.

KINZO, M. D. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 20. n. 57.

KRAMER, G. (1971). Short-term fluctuations in US voting behavior, 1896-1964. **American Political Science Review,** v.65, n.01.

LAMOUNIER, B. (1978). Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (Org.) **Os partidos e as eleições no Brasil.** São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra.

LAVAREDA, A. (1991). **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro.** Rio de Janeiro: IUPERJ.

LAZARFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. (1968). **The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign.** New York: Columbia University Press.

LEAL, V. N. (1975). **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa/Ômega

LEWIS-BECK, M. S; STEGMAIER, M. (2007). Economic models of voting. In: Russell, D.; Hans-Dieter, K. (Eds). **The Oxford Handbook of Political Behavior.** pp. 518-537.

LEWIS-BECK, M. S; STEGMAIER, M. (2008). The economic vote in transitional democracies. **Journal of Elections, Public Opinion & Parties,** n. 18, issue 3.

LÍCIO, E.; RENNÓ, L.; CASTRO, H. (2009). Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública,** v.15, n.1.

LIMA JÚNIOR, O. (1990). Alienação eleitoral e seus determinantes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v.5. n.14. Rio de Janeiro.

LIPSET, M. S. (1967). **O homem político.** Rio de Janeiro, Zahar.

MARTINS, F. (2014). Avaliação do desempenho do presidente na economia e políticas públicas como determinantes do comportamento eleitoral na América Latina: o voto econômico entre 2004 – 2012. **Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política.** Curitiba, PR.

McGRANE, D. (2007). **Socio-Economic Determinants of Voting Behaviour in Canadian Provincial Elections from 1988 to 2006.** *Paper* apresentado na Conferência

Anual da Associação Canadense de Ciência Política, em Saskatoon, Saskatchewan, Canadá.

MELO, C. R.; CAMARA, R. (2012). Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1.

MENDES, A.M. T. e VENTURI, G. (1994). Eleição Presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Revista Opinião Pública**, vol. II, nº 2, Campinas: CESOP/Unicamp.

MENEGUELLO, R. (1995). Electoral Behavior in Brazil: The 1994 Presidential Elections. **International Social Science Journal**, nº 146, dez.

MOREIRA, L.F. (2006). Multicolinearidade em Análise de Regressão. Trabalho apresentado e incluído nos Anais **do IX SEMEAD – Seminários em Administração FEA USP**.

NANNESTAD, P.; PALDAM, M. (1994). The VP-function: a survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. **Public Choice**, v. 79, n. 3-4.

NASCIMENTO, G; ARAÚJO, P. (2009). Estudo acerca do coeficiente de determinação nos modelos lineares e algumas generalizações. Trabalho apresentado para a conclusão do curso **Bacharelado em Estatística**, da UFPR.

NICOLAU, J. (2007). An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression. **Brazilian Political Science Review**. vol.1. nº1.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. (2007). As bases municipais da votação de Lula em 2006. In: VELOSO, J. (Org.) **Quem elegeu Lula?** Cadernos do Fórum Nacional, n.6.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. (2011). Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 17, n.2

PEREIRA, F. (2014a). Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. *Revista de Sociologia e Política*, v.22, n. 50.

PEREIRA, F. (2014a). O voto econômico no Brasil. In: BONIFÁCIO, R.; CASALECCHI, G.; DE DEUS, C. (Org.) **O voto para presidente no Brasil – 1989 a 2010**. Curitiba: Ed. Íthala.

PEREIRA, M. A.; PERINI, P. (2014). Violência coletiva e o Facebook - os protestos de junho de 2013 no Brasil. Texto apresentado no **Colóquio Internacional: Tecnologia e democracia: governança, ativismo e accountability**, realizado entre 30 de outubro a 1º de novembro de 2014. Belo Horizonte, Brasil.

PEREIRA, M. A. (2015). Ação coletiva e Facebook – identidade, organização e mobilização na página do comitê popular dos atingidos pela Copa-BH. Texto apresentado no **XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro**, realizado entre 1º a 05 de fevereiro de 2015. Lisboa, Portugal.

POPKIN, S. L. (1991) **The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns**. Chicago: The University of Chicago Press. Disponível em: [http://wikisum.com/w/Popkin:\\_The\\_reasoning\\_voter](http://wikisum.com/w/Popkin:_The_reasoning_voter)

POPKIN, S. L. (1993). Information shortcuts and the reasoning voter. In: GROFMAN, B. (Ed.) **Information, participation and choice: an economic theory of democracy in perspective**. Michigan: University of Michigan Press.

PRZEWORSKI, A; SOARES, G. (1971). Theories in search of a curve: a contextual interpretation of left vote. **The American Political Science Review**. V. 65.

PRZEWORSKI, A (1991). **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras.

RATTO, M. C; MONTERO, J. R. (2013) O Comportamento Eleitoral dos Argentinos - Algumas chaves das eleições presidenciais de 2007. In: TELLES, H; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

RAUDENBUSH, S. W., BRYK, A. S. (2002) **Hierarchical linear models: applications and data analysis methods**. 2.ed. Londres, Nova Deli: Sage.

RENNÓ, L. R. (2007) Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2.

RENNÓ, L.; SPANAKOS, A. P. (2006). Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: As eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. **Revista Dados**, v. 49, n. 1.

RUÍZ, L. (2013) Comportamento eleitoral e oferta partidária na América latina. In: TELLES, H; MORENO, A. **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

RUMEL, D. (1986). *Odds ratio*: algumas considerações. **Revista de Saúde Pública**. v.20 n3.

SAMPAIO, T. (2014). Popularidade presidencial: análise dos microfundamentos do suporte público da presidente Dilma Rousseff. **Tese de Doutorado**. Belo Horizonte: UFMG.

SANTOS, S. (2011). Comportamento do voto: reeleições dos prefeitos em capitais brasileiras – 2008. **Dissertação de Mestrado**, Ciência Política. Curitiba: UFPR.

SILVA, L. E. (1988). Metodologia de análise de conjuntura. **Estudos Teológicos - Faculdades EST**. V.28. n°3.

SIMÃO, A. (1956) O voto operário em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n° 01.

SINGER, M. (2000). **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo: Ed. USP.

SINGER, M. (2013). Economic Voting in an Era of Non-Crisis: the changing electoral agenda. **Comparative Politics**, n. 45, Latin America, 1982-20102.

SNIDERMAN, P. & LEVENDUSKY, M. (2009). An Institutional Theory of Political Choice. In: DALTON, R. & KLINGEMANN, H. (eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University.

SOARES, G. (1973) **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia.

SOARES, G. A. D. e TERRON, S. L. (2008). A Geografia Eleitoral da Reeleição de Lula no Brasil: explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial. Artigo apresentado no **V Congresso Latino Americano de Ciência Política – ALACIP**, São José da Costa Rica.

SOARES, G. (2013). Prefácio. In: **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

TELLES, H; LOURENÇO, L. C; STORNI, T. (2011) Eleições de oposição, alianças sem partidos: o voto para prefeito em Belo Horizonte. In: LAVAREDA, A; TELLES, H. (Orgs.). **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

TELLES, H; STORNI, T. (2011) Ideologia, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e de esquerda. **Revista de Opinión Pública: Investigación Social Aplicada**. Buenos Aires: Teseo, n. 1.

TELLES, H; MORENO, A. (2013). **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

VEIGA, L. F. (2001). Em busca de razões para o voto: o uso que o homem comum faz do horário eleitoral. **Tese de Doutorado, Ciência Política**. Rio de Janeiro: IUPERJ.

WEFFORT, F. (1980). **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ZUCCO, C.; POWER, T. (2013). Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002-2006: a reply to Bohn. **Latin American Research Review**, v.48, n.2.

**ANEXO 1** – Variáveis utilizadas nas análises - *enunciados das perguntas e opções de resposta*

**- Avaliação de desempenho da incumbente**

De maneira geral, como você avalia o desempenho da presidente Dilma à frente do governo em seu primeiro mandato, que terminará em dezembro: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo? (**ATENÇÃO ENTREVISTADOR:** Se a resposta for “regular”, perguntar se é mais para positivo ou mais para negativo).

1 – Ótimo	3 – Regular positivo	5 – Ruim	8 – NS
2 – Bom	4 – Regular negativo	6 – Péssimo	9 – NR

*\*A escala foi recodificada e invertida, de forma que quanto maior o valor (value) da categoria mais positiva a avaliação (1: péssimo; 2: ruim; 3: reg.negativo; e assim sucessivamente).*

**- Avaliação da economia**

Como você avalia a situação atual da economia no Brasil de uma forma geral? Está ótima, boa, regular, ruim ou péssima? (**ATENÇÃO ENTREVISTADOR:** Se a resposta for “regular”, perguntar se é mais para positivo ou mais para negativo).

1 – Ótimo	3 – Regular positivo	5 – Ruim	8 – NS
2 – Bom	4 – Regular negativo	6 – Péssimo	9 – NR

*\*A escala foi recodificada e invertida, de forma que quanto maior o valor (value) da categoria mais positiva a avaliação (1: péssimo; 2: ruim; 3: reg.negativo; e assim sucessivamente).*

**- Percepção da corrupção**

Vamos comparar a atuação dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma. De maneira geral, qual governo teve mais corrupção? Você acha que foi o governo de (**ATENÇÃO ENTREVISTADOR:** alternar a ordem de leitura em cada questionário):

1 – FHC	2 – LULA	3 – Dilma	8 – NS	9 – NR
---------	----------	-----------	--------	--------

**- Identificação e rejeição partidária**

Vamos falar agora sobre política e partidos políticos.

A) Você tem **simpatia** por algum partido político? (SE SIM) Qual, em primeiro lugar? (ESPONTÂNEA). (**ATENÇÃO ENTREVISTADOR:** Se o entrevistado responder “vários” ou “todos”, perguntar: Mas qual deles você gosta mais?)

B) E tem algum partido político pelo qual você **não tem simpatia** de jeito nenhum? (SE SIM) Qual em primeiro lugar? (ESPONTÂNEA). (**ATENÇÃO ENTREVISTADOR:** Se o entrevistado responder “vários” ou “todos”, perguntar: Mas qual deles você gosta menos?)

*\*Ambas as perguntas foram aplicadas em formato espontâneo. Contudo, todas as siglas partidárias apareciam para o entrevistador como opções de resposta pré-codificadas.*

**ANEXO 2 – Fator de Inflação da Variância (VIF) - Teste de Multicolinearidade**

<b>Coefficients</b>	
	Collinearity Statistics
	VIF
at2_recode_ok	1,442
adp1_recode_ok	1,707
rejeicao_pt	1,291
identificacao_pt	1,185
corrup_dilma	1,029
sexo	1,020
idade	1,233
esc	1,596
rendaf	1,379

### ANEXO 3 – Modelo univariado: Xi = Avaliação de desempenho da incumbente

#### Logistic Regression

##### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

##### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votoaecio	0
votodilma	1

##### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	933,018	1	,000
	Block	933,018	1	,000
	Model	933,018	1	,000

##### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1610,583 <sup>a</sup>	,387	,525

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

##### Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	adp1_recode_ok	1,291	,057	513,658	1	,000	3,638
	Constant	-2,984	,166	321,996	1	,000	,051

a. Variable(s) entered on step 1: adp1\_recode\_ok.

## ANEXO 4 – Modelo univariado: Xi = Avaliação da economia

### Logistic Regression

#### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

#### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votoaecio	0
votodilma	1

#### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	470,576	1	,000
	Block	470,576	1	,000
	Model	470,576	1	,000

#### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	2073,024 <sup>a</sup>	,219	,297

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

#### Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	at2_recode_ok	,759	,041	339,505	1	,000	2,135
	Constant	-1,238	,101	150,055	1	,000	,290

a. Variable(s) entered on step 1: at2\_recode\_ok.

**ANEXO 5 – Modelo univariado: Xi = Percepção da corrupção no Governo Dilma (teve mais corrupção no governo de Dilma Rousseff – do que nos governos Lula e FHC).**

### Logistic Regression

#### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

#### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votoaacio	0
votodilma	1

#### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	35,874	1	,000
	Block	35,874	1	,000
	Model	35,874	1	,000

#### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	2507,726 <sup>a</sup>	,019	,025

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001.

#### Variables in the Equation

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	corrup_dilma	-,584	,098	35,824	1	,000	,558
	Constant	,686	,061	127,920	1	,000	1,985

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: corrup\_dilma.

## ANEXO 6 – Modelo univariado: Xi = Identificação com o PT

**Logistic Regression****Case Processing Summary**

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Original Value	Internal Value
votoaécio	0
votodilma	1

**Omnibus Tests of Model Coefficients**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	431,947	1	,000
	Block	431,947	1	,000
	Model	431,947	1	,000

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	2111,653 <sup>a</sup>	,203	,275

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	identificacao_pt	3,125	,220	201,875	1	,000	22,759
	Constant	-,052	,054	,934	1	,334	,949

a. Variable(s) entered on step 1: identificacao\_pt.

→ Tabela de coeficientes para o modelo inverso (Aécio = 1; Dilma = 0)

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	identificacao_pt	-3,125	,220	201,875	1	,000	,044
	Constant	,052	,054	,934	1	,334	1,053

a. Variable(s) entered on step 1: identificacao\_pt

## ANEXO 7 – Modelo univariado: Xi = Rejeição ao PT

*Logistic Regression***Case Processing Summary**

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Original Value	Internal Value
votoaécio	0
votodilma	1

**Omnibus Tests of Model Coefficients**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	471,612	1	,000
	Block	471,612	1	,000
	Model	471,612	1	,000

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell	Nagelkerke R
		R Square	Square
1	2071,988 <sup>a</sup>	,219	,297

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	-3,964	,300	174,249	1	,000	,019
	Constant	,892	,054	268,379	1	,000	2,439

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: rejeicao\_pt.

→ Tabela de coeficientes para o modelo inverso (Aécio = 1; Dilma = 0)

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	3,964	,300	174,249	1	,000	52,643
	Constant	-,892	,054	268,379	1	,000	,410

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: rejeicao\_pt

## ANEXO 8 – Modelo univariado: Xi = sexo

*Logistic Regression***Case Processing Summary**

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Original Value	Internal Value
votoaacio	0
votodilma	1

**Omnibus Tests of Model Coefficients**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	,369	1	,544
	Block	,369	1	,544
	Model	,369	1	,544

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	2543,231 <sup>a</sup>	,000	,000

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001.

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	sexo	,057	,094	,369	1	,544	1,059
Constant		,380	,151	6,376	1	,012	1,463

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: sexo.

## ANEXO 9 – Modelo univariado: Xi = idade

**Logistic Regression****Case Processing Summary**

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Original Value	Internal Value
votoaacio	0
votodilma	1

**Omnibus Tests of Model Coefficients**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	,803	1	,370
	Block	,803	1	,370
	Model	,803	1	,370

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	2542,797 <sup>a</sup>	,000	,001

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less than ,001.

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	idade	,003	,003	,802	1	,370	1,003
	Constant	,352	,137	6,663	1	,010	1,423

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: idade.

## ANEXO 10 – Modelo univariado: Xi = escolaridade

*Logistic Regression***Case Processing Summary**

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Original Value	Internal Value
votoaacio	0
votodilma	1

**Omnibus Tests of Model Coefficients**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	72,713	1	,000
	Block	72,713	1	,000
	Model	72,713	1	,000

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	2470,887 <sup>a</sup>	,037	,051

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	esc	-,388	,046	70,085	1	,000	,679
	Constant	1,411	,125	128,379	1	,000	4,100

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: esc.

## ANEXO 11 - Modelo univariado: Xi = renda familiar

*Logistic Regression***Case Processing Summary**

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Original Value	Internal Value
votoaacio	0
votodilma	1

**Omnibus Tests of Model Coefficients**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	112,342	1	,000
	Block	112,342	1	,000
	Model	112,342	1	,000

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	2431,259 <sup>a</sup>	,057	,078

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 4 because parameter estimates changed by less than ,001.

**Variables in the Equation**

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>	rendaf	-,317	,031	105,074	1	,000	,729
	Constant	1,470	,111	176,620	1	,000	4,347

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: rendaf.

**ANEXO 12 – Modelo Multivariado (procedimiento de ajuste: *stepwise backward*).**

**Logistic Regression**

**Case Processing Summary**

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

**Dependent Variable Encoding**

Original Value	Internal Value
votoaecio	0
votodilma	1

**Block 0: Beginning Block**

**Variables in the Equation**

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0 Constant	,467	,047	98,736	1	,000	1,596

**Block 1: Method = Backward Stepwise (Wald)**

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1297,332 <sup>a</sup>	,480	,651
2	1297,333 <sup>a</sup>	,480	,651
3	1298,173 <sup>a</sup>	,479	,651
4	1299,075 <sup>a</sup>	,479	,651
5	1300,527 <sup>a</sup>	,479	,650

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

**Hosmer and Lemeshow Test**

Step	Chi-square	df	Sig.
1	18,142	8	,020
2	18,139	8	,020
3	18,343	8	,019
4	12,685	8	,123
5	20,726	8	,008

Classification Table <sup>a</sup>

	Observed	Predicted			
		votos validos		Percentage Correct	
		,00	1,00		
Step 1	votos validos	,00	550	185	74,8
		1,00	99	1074	91,6
	Overall Percentage				85,1
Step 2	votos validos	,00	550	185	74,8
		1,00	99	1074	91,6
	Overall Percentage				85,1
Step 3	votos validos	,00	551	184	75,0
		1,00	99	1074	91,6
	Overall Percentage				85,2
Step 4	votos validos	,00	552	183	75,1
		1,00	101	1072	91,4
	Overall Percentage				85,1
Step 5	votos validos	,00	550	185	74,8
		1,00	93	1080	92,1
	Overall Percentage				85,4

a. The cut value is ,500

Variables not in the Equation

		Score	df	Sig.
Step 2 <sup>a</sup>	Variables			
	sexo	,001	1	,978
	Overall Statistics	,001	1	,978
Step 3 <sup>b</sup>	Variables			
	sexo	,000	1	,999
	idade	,840	1	,359
	Overall Statistics	,841	2	,657
Step 4 <sup>c</sup>	Variables			
	sexo	,007	1	,931
	idade	,143	1	,705
	esc	,903	1	,342
	Overall Statistics	1,745	3	,627
Step 5 <sup>d</sup>	Variables			
	corrup_dilma	1,459	1	,227
	sexo	,009	1	,924
	idade	,109	1	,741
	esc	,989	1	,320
	Overall Statistics	3,197	4	,525

a. Variable(s) removed on step 2: sexo.

b. Variable(s) removed on step 3: idade.

c. Variable(s) removed on step 4: esc.

d. Variable(s) removed on step 5: corrup\_dilma.

→ Tabela de coeficientes para o modelo inverso (Aécio = 1; Dilma = 0)

Variables in the Equation								
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)		
Step 1 <sup>a</sup>	adp1_recode_ok	-,944	,065	208,937	1	,000	,389	
	at2_recode_ok	-,209	,047	19,451	1	,000	,811	
	identificacao_pt	-2,155	,246	76,728	1	,000	,116	
	rejeicao_pt	2,658	,341	60,686	1	,000	14,267	
	corrup_dilma	,173	,144	1,427	1	,232	1,188	
	sexo	-,004	,142	,001	1	,978	,996	
	idade	,005	,005	,840	1	,359	1,005	
	esc	,108	,086	1,593	1	,207	1,114	
	rendaf	,137	,051	7,245	1	,007	1,147	
	Constant	1,716	,446	14,786	1	,000	5,564	
Step 2 <sup>a</sup>	adp1_recode_ok	-,944	,065	208,935	1	,000	,389	
	at2_recode_ok	-,210	,047	19,485	1	,000	,811	
	identificacao_pt	-2,154	,246	76,873	1	,000	,116	
	rejeicao_pt	2,658	,341	60,710	1	,000	14,269	
	corrup_dilma	,173	,144	1,426	1	,232	1,188	
	idade	,005	,005	,839	1	,360	1,005	
	esc	,108	,085	1,600	1	,206	1,114	
	rendaf	,138	,051	7,357	1	,007	1,147	
	Constant	1,711	,396	18,676	1	,000	5,533	
	Step 3 <sup>a</sup>	adp1_recode_ok	-,944	,065	208,649	1	,000	,389
at2_recode_ok		-,210	,047	19,630	1	,000	,810	
identificacao_pt		-2,147	,245	76,716	1	,000	,117	
rejeicao_pt		2,663	,341	60,920	1	,000	14,336	
corrup_dilma		,169	,144	1,370	1	,242	1,184	
esc		,072	,076	,902	1	,342	1,075	
rendaf		,145	,050	8,410	1	,004	1,156	
Constant		1,970	,278	50,032	1	,000	7,170	
Step 4 <sup>a</sup>		adp1_recode_ok	-,945	,065	209,492	1	,000	,389
		at2_recode_ok	-,212	,047	20,101	1	,000	,809
	identificacao_pt	-2,156	,245	77,382	1	,000	,116	
	rejeicao_pt	2,666	,341	61,126	1	,000	14,375	
	corrup_dilma	,174	,144	1,457	1	,227	1,190	
	rendaf	,164	,046	12,892	1	,000	1,179	
	Constant	2,088	,250	69,708	1	,000	8,067	
Step 5 <sup>a</sup>	adp1_recode_ok	-,949	,065	212,046	1	,000	,387	
	at2_recode_ok	-,213	,047	20,485	1	,000	,808	
	identificacao_pt	-2,170	,245	78,546	1	,000	,114	
	rejeicao_pt	2,672	,341	61,326	1	,000	14,473	
	rendaf	,167	,046	13,444	1	,000	1,182	
	Constant	2,162	,243	79,432	1	,000	8,689	

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: adp1\_recode\_ok, at2\_recode\_ok, simpatia\_pt, rej\_dummy, corrup\_dilma, sexo, idade, esc, rendaf.

**ANEXO 13** – Modelos Multivariados com categorias de avaliação incluídas como *dummies* (procedimento de ajuste: *stepwise backward*). – Modelos detalhados

→ Modelo com 'omissão' da categoria 'péssima (o)' (para as variáveis de avaliação de desempenho e da economia)

### Logistic Regression

#### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

#### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votoaecio	0
votodilma	1

#### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	1308,655	17	,000
	Block	1308,655	17	,000
	Model	1308,655	17	,000
Step 2 <sup>a</sup>	Step	,000	1	,988
	Block	1308,655	16	,000
	Model	1308,655	16	,000
Step 3 <sup>a</sup>	Step	-,107	1	,744
	Block	1308,548	15	,000
	Model	1308,548	15	,000
Step 4 <sup>a</sup>	Step	-,788	1	,375
	Block	1307,761	14	,000
	Model	1307,761	14	,000
Step 5 <sup>a</sup>	Step	-,986	1	,321
	Block	1306,775	13	,000
	Model	1306,775	13	,000
Step 6 <sup>a</sup>	Step	-1,285	1	,257
	Block	1305,489	12	,000
	Model	1305,489	12	,000

<sup>a</sup>. A negative Chi-squares value indicates that the Chi-squares value has decreased from the previous step.

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1234,945 <sup>a</sup>	,496	,674
2	1234,945 <sup>a</sup>	,496	,674
3	1235,052 <sup>a</sup>	,496	,674
4	1235,840 <sup>a</sup>	,496	,674
5	1236,825 <sup>a</sup>	,496	,673
6	1238,111 <sup>a</sup>	,496	,673

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 7 because parameter estimates changed by less than ,001.

### Variables in the Equation

	B	S E	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>						
rejtcao_pt	-2,649	,342	59,951	1	,000	,071
identificacao_pt	2,120	,252	70,819	1	,000	8,332
rendaf	-,134	,053	6,324	1	,012	,875
sexo	,048	,146	,107	1	,744	1,049
idade	-,005	,005	,809	1	,368	,995
esc	-,191	,089	4,605	1	,032	,826
corrup_dima	-,167	,149	1,258	1	,262	,846
adp1_ótimo_binária	4,557	,834	29,998	1	,000	96,264
adp1_bom_binária	3,263	,318	105,604	1	,000	26,140
adp1_regpos_binária	2,184	,291	56,150	1	,000	8,881
adp1_regneg_binária	1,048	,314	11,128	1	,001	2,852
adp1_rúm_binária	-,005	,357	,000	1	,988	,995
at_c2_ótimo_binária	2,889	1,173	5,981	1	,014	17,628
at_c2_boa_binária	1,272	,293	18,900	1	,000	3,568
at_c2_regular positiva_binária	1,107	,240	21,353	1	,000	3,025
at_c2_regular negativa_binária	,262	,257	1,042	1	,307	1,299
at_c2_rúm_binária	,491	,237	4,276	1	,039	1,634
Constant	-1,101	,498	4,876	1	,027	,333
Step 2 <sup>a</sup>						
rejtcao_pt	-2,649	,342	59,972	1	,000	,071
identificacao_pt	2,120	,252	70,817	1	,000	8,332
rendaf	-,134	,053	6,330	1	,012	,875
sexo	,048	,146	,107	1	,744	1,049
idade	-,005	,005	,810	1	,368	,995
esc	-,191	,089	4,605	1	,032	,826
corrup_dima	-,167	,149	1,259	1	,262	,846
adp1_ótimo_binária	4,570	,814	31,520	1	,000	96,522
adp1_bom_binária	3,266	,255	163,773	1	,000	26,213
adp1_regpos_binária	2,187	,220	99,231	1	,000	8,906
adp1_regneg_binária	1,051	,247	18,169	1	,000	2,880
at_c2_ótimo_binária	2,871	1,170	6,020	1	,014	17,652
at_c2_boa_binária	1,272	,292	18,973	1	,000	3,567
at_c2_regular positiva_binária	1,107	,238	21,531	1	,000	3,024
at_c2_regular negativa_binária	,261	,255	1,050	1	,306	1,299
at_c2_rúm_binária	,490	,235	4,370	1	,037	1,633
Constant	-1,103	,468	5,562	1	,018	,332

Step 3 <sup>a</sup>	rejtcao_pt	-2,650	,342	60,062	1	,000	,071
	identificacao_pt	2,116	,251	70,797	1	,000	8,297
	rendaf	-,136	,053	6,607	1	,010	,873
	idade	-,005	,005	,787	1	,375	,986
	esc	-,188	,089	4,514	1	,034	,828
	corrup_dlna	-,167	,149	1,255	1	,263	,847
	adp1_otimo_bharia	4,576	,812	31,753	1	,000	97,126
	adp1_bom_bharia	3,267	,255	163,874	1	,000	26,240
	adp1_regpos_bharia	2,187	,220	99,266	1	,000	8,909
	adp1_regneg_bharia	1,062	,246	18,208	1	,000	2,862
	at_d2_otimo_bharia	2,876	1,173	6,011	1	,014	17,740
	at_d2_boa_bharia	1,270	,292	18,943	1	,000	3,562
	at_d2_regularpositiva_bharia	1,109	,238	21,641	1	,000	3,030
	at_d2_regularnegativa_bharia	,261	,255	1,046	1	,306	1,298
	at_d2_rum_bharia	,490	,234	4,375	1	,036	1,633
	Constant	-1,033	,416	6,165	1	,013	,356
Step 4 <sup>a</sup>	rejtcao_pt	-2,656	,342	60,371	1	,000	,070
	identificacao_pt	2,110	,251	70,702	1	,000	8,248
	rendaf	-,144	,052	7,673	1	,006	,866
	esc	-,152	,078	3,742	1	,053	,859
	corrup_dlna	-,164	,149	1,218	1	,270	,849
	adp1_otimo_bharia	4,573	,811	31,786	1	,000	96,834
	adp1_bom_bharia	3,270	,255	164,057	1	,000	26,307
	adp1_regpos_bharia	2,195	,219	99,981	1	,000	8,978
	adp1_regneg_bharia	1,051	,246	18,175	1	,000	2,860
	at_d2_otimo_bharia	2,847	1,172	5,904	1	,015	17,236
	at_d2_boa_bharia	1,263	,292	18,761	1	,000	3,535
	at_d2_regularpositiva_bharia	1,102	,238	21,473	1	,000	3,011
	at_d2_regularnegativa_bharia	,253	,255	,985	1	,321	1,288
	at_d2_rum_bharia	,487	,234	4,336	1	,037	1,628
	Constant	-1,288	,302	18,216	1	,000	,276
Step 5 <sup>a</sup>	rejtcao_pt	-2,669	,342	61,036	1	,000	,069
	identificacao_pt	2,116	,250	71,471	1	,000	8,236
	rendaf	-,146	,052	7,874	1	,005	,865
	esc	-,150	,078	3,651	1	,056	,861
	corrup_dlna	-,169	,148	1,289	1	,256	,845
	adp1_otimo_bharia	4,589	,805	32,516	1	,000	98,418
	adp1_bom_bharia	3,303	,253	169,920	1	,000	27,184
	adp1_regpos_bharia	2,225	,218	104,626	1	,000	9,253
	adp1_regneg_bharia	1,105	,240	21,162	1	,000	3,020
	at_d2_otimo_bharia	2,724	1,168	5,445	1	,020	15,247
	at_d2_boa_bharia	1,123	,256	19,287	1	,000	3,075
	at_d2_regularpositiva_bharia	,961	,191	25,415	1	,000	2,615
	at_d2_rum_bharia	,352	,189	3,454	1	,063	1,422
	Constant	-1,177	,279	17,749	1	,000	,308
Step 6 <sup>a</sup>	rej_dummy	-2,677	,342	61,314	1	,000	,069
	identificacao_pt	2,128	,250	72,468	1	,000	8,397
	rendaf	-,148	,052	8,224	1	,004	,862
	esc	-,153	,078	3,808	1	,051	,858
	adp1_otimo_bharia	4,586	,800	33,017	1	,000	99,065
	adp1_bom_bharia	3,314	,253	171,225	1	,000	27,508
	adp1_regpos_bharia	2,233	,218	105,416	1	,000	9,332
	adp1_regneg_bharia	1,110	,240	21,344	1	,000	3,036
	at_d2_otimo_bharia	2,709	1,169	5,374	1	,020	15,015
	at_d2_boa_bharia	1,133	,255	19,721	1	,000	3,105
	at_d2_regularpositiva_bharia	,964	,191	25,577	1	,000	2,622
	at_d2_rum_bharia	,356	,189	3,543	1	,060	1,428
	Constant	-1,237	,274	20,318	1	,000	,290

a. Variable(s) entered on step 1: rej\_dummy, simpatia\_pt, rendaf, sexo, idade, esc, corrup\_dlna, adp1\_otimo\_bharia, adp1\_bom\_bharia, adp1\_regpos\_bharia, adp1\_regneg\_bharia, at\_d2\_otimo\_bharia, at\_d2\_boa\_bharia, at\_d2\_regularpositiva\_bharia, at\_d2\_regularnegativa\_bharia, at\_d2\_rum\_bharia.

→ Modelo com 'omissão' da categoria 'ruim' (para as variáveis de avaliação de desempenho e da economia)

## Logistic Regression

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votoaacio	0
votodilma	1

### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	1314,602	17	,000
	Block	1314,602	17	,000
	Model	1314,602	17	,000
Step 2 <sup>a</sup>	Step	-,018	1	,894
	Block	1314,585	16	,000
	Model	1314,585	16	,000
Step 3 <sup>a</sup>	Step	-,414	1	,520
	Block	1314,170	15	,000
	Model	1314,170	15	,000
Step 4 <sup>a</sup>	Step	-,658	1	,417
	Block	1313,513	14	,000
	Model	1313,513	14	,000
Step 5 <sup>a</sup>	Step	-1,008	1	,315
	Block	1312,505	13	,000
	Model	1312,505	13	,000
Step 6 <sup>a</sup>	Step	-1,276	1	,259
	Block	1311,229	12	,000
	Model	1311,229	12	,000

<sup>a</sup>. A negative Chi-squares value indicates that the Chi-squares value has decreased from the previous step.

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1228,998 <sup>a</sup>	,498	,676
2	1229,015 <sup>a</sup>	,498	,676
3	1229,430 <sup>a</sup>	,498	,676
4	1230,087 <sup>a</sup>	,498	,676
5	1231,095 <sup>a</sup>	,497	,675
6	1232,371 <sup>a</sup>	,497	,675

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 7 because parameter estimates changed by less than ,001.

### Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup>						
rejeitao_pt	-2,613	,342	58,249	1	,000	,073
identificacao_pt	2,132	,253	70,886	1	,000	8,436
rendaf	-,127	,053	5,731	1	,017	,880
sexo	,019	,147	,018	1	,894	1,020
idade	-,004	,005	,642	1	,423	,996
esc	-,171	,089	3,694	1	,055	,842
corrup_dima	-,155	,149	1,079	1	,299	,856
adp1_otimo_binaria	4,455	,846	27,757	1	,000	86,077
adp1_bom_binaria	3,081	,295	109,105	1	,000	21,775
adp1_regpos_binaria	2,032	,263	59,526	1	,000	7,628
adp1_regneg_binaria	,909	,286	10,126	1	,001	2,482
adp1_pesximo_binaria	-,232	,363	,407	1	,523	,793
at_d2_otimo_binaria	2,431	1,179	4,247	1	,039	11,367
at_d2_boa_binaria	,797	,263	9,161	1	,002	2,218
at_d2_regular_positiva_binaria	,621	,198	9,842	1	,002	1,862
at_d2_regular_negativa_binaria	-,231	,214	1,165	1	,280	,794
at_d2_pesxima_binaria	-,835	,280	8,859	1	,003	,434
Constant	-,512	,474	1,169	1	,280	,599
Step 2 <sup>a</sup>						
rejeitao_pt	-2,614	,342	58,299	1	,000	,073
identificacao_pt	2,131	,253	70,972	1	,000	8,421
rendaf	-,128	,053	5,878	1	,015	,880
idade	-,004	,005	,634	1	,426	,996
esc	-,170	,089	3,678	1	,055	,843
corrup_dima	-,155	,149	1,077	1	,299	,856
adp1_otimo_binaria	4,458	,845	27,842	1	,000	86,279
adp1_bom_binaria	3,081	,295	109,091	1	,000	21,771
adp1_regpos_binaria	2,031	,263	59,510	1	,000	7,625
adp1_regneg_binaria	,909	,286	10,122	1	,001	2,481
adp1_pesximo_binaria	-,233	,363	,410	1	,522	,792
at_d2_otimo_binaria	2,433	1,181	4,245	1	,039	11,391
at_d2_boa_binaria	,796	,263	9,145	1	,002	2,216
at_d2_regular_positiva_binaria	,622	,198	9,859	1	,002	1,862
at_d2_regular_negativa_binaria	-,232	,214	1,173	1	,279	,793
at_d2_pesxima_binaria	-,837	,280	8,929	1	,003	,433
Constant	-,483	,420	1,323	1	,250	,617

Step 3 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	-2,619	,342	58,627	1	,000	,073
	identificacao_pt	2,129	,253	71,101	1	,000	8,410
	rendaf	-,127	,053	5,780	1	,016	,881
	idade	-,004	,005	,657	1	,418	,996
	esc	-,171	,089	3,704	1	,054	,843
	corrup_dlna	-,153	,149	1,051	1	,305	,858
	adp1_otimo_bharia	4,580	,831	30,080	1	,000	95,602
	adp1_bom_bharia	3,178	,256	153,521	1	,000	23,989
	adp1_regpos_bharia	2,127	,221	93,027	1	,000	8,394
	adp1_regneg_bharia	1,004	,247	16,459	1	,000	2,729
	at_d2_otimo_bharia	2,345	1,162	4,077	1	,043	10,436
	at_d2_boa_bharia	,788	,263	9,008	1	,003	2,199
	at_d2_regular_positiva_bharia	,616	,198	9,686	1	,002	1,852
	at_d2_regular_negativa_bharia	-,235	,214	1,213	1	,271	,790
	at_d2_pesssima_bharia	-,888	,278	9,537	1	,002	,424
	Const ant	-,574	,388	2,079	1	,149	,564
Step 4 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	-2,624	,342	58,883	1	,000	,073
	identificacao_pt	2,125	,252	71,012	1	,000	8,371
	rendaf	-,135	,052	6,680	1	,010	,874
	esc	-,137	,079	3,057	1	,080	,872
	corrup_dlna	-,150	,149	1,010	1	,315	,861
	adp1_otimo_bharia	4,558	,831	30,114	1	,000	95,391
	adp1_bom_bharia	3,180	,257	153,646	1	,000	24,043
	adp1_regpos_bharia	2,134	,221	93,641	1	,000	8,451
	adp1_regneg_bharia	1,002	,247	16,405	1	,000	2,725
	at_d2_otimo_bharia	2,320	1,160	3,999	1	,046	10,180
	at_d2_boa_bharia	,783	,263	8,886	1	,003	2,187
	at_d2_regular_positiva_bharia	,612	,198	9,578	1	,002	1,844
	at_d2_regular_negativa_bharia	-,242	,214	1,277	1	,258	,785
	at_d2_pesssima_bharia	-,881	,277	9,624	1	,002	,423
	Const ant	-,808	,273	8,750	1	,003	,446
Step 5 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	-2,631	,342	59,122	1	,000	,072
	identificacao_pt	2,135	,252	71,849	1	,000	8,468
	rendaf	-,137	,052	6,928	1	,008	,872
	esc	-,140	,078	3,164	1	,075	,870
	adp1_otimo_bharia	4,584	,826	30,567	1	,000	95,992
	adp1_bom_bharia	3,188	,257	154,260	1	,000	24,228
	adp1_regpos_bharia	2,139	,221	93,929	1	,000	8,492
	adp1_regneg_bharia	1,003	,248	16,429	1	,000	2,728
	at_d2_otimo_bharia	2,301	1,161	3,928	1	,047	9,984
	at_d2_boa_bharia	,787	,262	9,031	1	,003	2,198
	at_d2_regular_positiva_bharia	,611	,198	9,548	1	,002	1,842
	at_d2_regular_negativa_bharia	-,241	,214	1,273	1	,259	,785
	at_d2_pesssima_bharia	-,874	,277	9,967	1	,002	,417
	Const ant	-,857	,289	10,155	1	,001	,424
Step 6 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	-2,622	,342	58,823	1	,000	,073
	identificacao_pt	2,130	,252	71,458	1	,000	8,411
	rendaf	-,135	,052	6,765	1	,009	,874
	esc	-,142	,078	3,276	1	,070	,868
	adp1_otimo_bharia	4,516	,825	29,962	1	,000	91,466
	adp1_bom_bharia	3,148	,254	154,069	1	,000	23,288
	adp1_regpos_bharia	2,107	,218	93,096	1	,000	8,225
	adp1_regneg_bharia	,953	,243	15,347	1	,000	2,594
	at_d2_otimo_bharia	2,378	1,156	4,231	1	,040	10,779
	at_d2_boa_bharia	,883	,248	12,715	1	,000	2,417
	at_d2_regular_positiva_bharia	,705	,179	15,587	1	,000	2,024
	at_d2_pesssima_bharia	-,792	,267	8,815	1	,003	,453
	Const ant	-,917	,264	12,051	1	,001	,400

<sup>a</sup>. Variável(s) entered on step 1: rej\_dum my, simpatia\_pt, rendaf, sexo, idade, esc, corrup\_dlna, adp1\_otimo\_bharia, adp1\_bom\_bharia, adp1\_regpos\_bharia, bharia, adp1\_pesssima\_bharia, at\_d2\_otimo\_bharia, at\_d2\_boa\_bharia, at\_d2\_regular\_positiva\_bharia, at\_d2\_regular\_negativa\_bharia, at\_d2\_pesssima\_bharia.

→ Modelo com 'omissão' da categoria **'regular negativo'** (para as variáveis de avaliação de desempenho e da economia)

## Logistic Regression

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votoaacio	0
votodilma	1

### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	1316,918	17	,000
	Block	1316,918	17	,000
	Model	1316,918	17	,000
Step 2 <sup>a</sup>	Step	-,014	1	,905
	Block	1316,904	16	,000
	Model	1316,904	16	,000
Step 3 <sup>a</sup>	Step	-,554	1	,457
	Block	1316,350	15	,000
	Model	1316,350	15	,000
Step 4 <sup>a</sup>	Step	-,825	1	,364
	Block	1315,524	14	,000
	Model	1315,524	14	,000
Step 5 <sup>a</sup>	Step	-1,014	1	,314
	Block	1314,510	13	,000
	Model	1314,510	13	,000

<sup>a</sup>. A negative Chi-squares value indicates that the Chi-squares value has decreased from the previous step.

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1226,682 <sup>a</sup>	,499	,677
2	1226,696 <sup>a</sup>	,499	,677
3	1227,250 <sup>a</sup>	,498	,677
4	1228,076 <sup>a</sup>	,498	,677
5	1229,090 <sup>a</sup>	,498	,676

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 7 because parameter estimates changed by less than ,001.

## Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 <sup>a</sup> rejeicao_pt	-2,607	,343	57,848	1	,000	,074
identificacao_pt	2,130	,254	70,495	1	,000	8,419
rendaf	-,127	,053	5,695	1	,017	,880
sexo	,018	,147	,014	1	,905	1,018
idade	-,005	,005	,825	1	,364	,995
esc	-,172	,089	3,733	1	,053	,842
corrup_dilma	-,155	,149	1,069	1	,301	,857
adp1_ótimo_binária	3,533	,828	18,208	1	,000	34,243
adp1_bom_binária	2,161	,238	82,615	1	,000	8,677
adp1_regpos_binária	1,109	,201	30,521	1	,000	3,031
adp1_ruim_binária	-1,033	,294	12,329	1	,000	,356
adp1_péssimo_binária	-1,147	,328	12,193	1	,000	,318
atd2_ótimo_binária	2,592	1,183	4,803	1	,028	13,359
atd2_boa_binária	,961	,267	12,977	1	,000	2,615
atd2_regularpositiva_binária	1,109	,201	30,521	1	,000	3,031
atd2_ruim_binária	,156	,209	,555	1	,456	1,169
atd2_péssima_binária	-6,73	,294	5,226	1	,022	,510
Constant	,274	,455	,363	1	,547	1,316
Step 2 <sup>a</sup> rejeicao_pt	-2,608	,343	57,894	1	,000	,074
identificacao_pt	2,129	,253	70,598	1	,000	8,406
rendaf	-,128	,053	5,829	1	,016	,880
idade	-,005	,005	,817	1	,366	,995
esc	-,171	,089	3,722	1	,054	,842
corrup_dilma	-,154	,149	1,068	1	,301	,857
adp1_ótimo_binária	3,536	,827	18,264	1	,000	34,314
adp1_bom_binária	2,161	,238	82,609	1	,000	8,676
adp1_regpos_binária	1,109	,201	30,512	1	,000	3,030
adp1_ruim_binária	-1,033	,294	12,332	1	,000	,356
adp1_péssimo_binária	-1,147	,328	12,211	1	,000	,318
atd2_ótimo_binária	2,594	1,184	4,800	1	,028	13,384
atd2_boa_binária	,961	,267	12,964	1	,000	2,613
atd2_regularpositiva_binária	,787	,206	14,589	1	,000	2,196
atd2_ruim_binária	,156	,209	,553	1	,457	1,168
atd2_péssima_binária	-6,75	,294	5,271	1	,022	,509
Constant	,300	,399	,568	1	,451	1,350
Step 3 <sup>a</sup> rejeicao_pt	-2,600	,343	57,613	1	,000	,074
identificacao_pt	2,128	,253	70,622	1	,000	8,401
rendaf	-,126	,053	5,638	1	,018	,882
idade	-,005	,005	,824	1	,364	,995
esc	-,170	,089	3,670	1	,055	,843
corrup_dilma	-,154	,149	1,056	1	,304	,858
adp1_ótimo_binária	3,526	,828	18,125	1	,000	33,978
adp1_bom_binária	2,153	,237	82,195	1	,000	8,612
adp1_regpos_binária	1,112	,201	30,692	1	,000	3,040
adp1_ruim_binária	-,996	,290	11,820	1	,001	,369
adp1_péssimo_binária	-1,127	,327	11,865	1	,001	,324
atd2_ótimo_binária	2,508	1,176	4,546	1	,033	12,285
atd2_boa_binária	,888	,248	12,771	1	,000	2,430
atd2_regularpositiva_binária	,710	,179	15,777	1	,000	2,035
atd2_péssima_binária	-,761	,270	7,954	1	,005	,467
Constant	,365	,389	,878	1	,349	1,440

Step 4 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	-2,605	,342	57,868	1	,000	,074
	identificacao_pt	2,123	,253	70,539	1	,000	8,356
	rendaf	-,134	,052	6,610	1	,010	,875
	es c	-,132	,079	2,846	1	,092	,876
	corrup_dilma	-,151	,149	1,017	1	,313	,860
	adp1_ótimo_binária	3,526	,827	18,172	1	,000	33,974
	adp1_bom_binária	2,159	,237	82,795	1	,000	8,666
	adp1_regpos_binária	1,123	,200	31,489	1	,000	3,075
	adp1_ruim_binária	-,985	,289	11,597	1	,001	,373
	adp1_péssimo_binária	-,126	,328	11,828	1	,001	,324
	atd2_ótimo_binária	2,485	1,175	4,471	1	,034	12,006
	atd2_boa_binária	,884	,249	12,661	1	,000	2,422
	atd2_regularpositiva_binária	,708	,179	15,691	1	,000	2,030
	atd2_péssima_binária	-,762	,269	7,995	1	,005	,467
	Constant	,094	,250	,142	1	,706	1,099
Step 5 <sup>a</sup>	rejeicao_pt	-2,612	,343	58,130	1	,000	,073
	identificacao_pt	2,133	,253	71,352	1	,000	8,442
	rendaf	-,136	,052	6,854	1	,009	,873
	es c	-,135	,078	2,955	1	,086	,874
	adp1_ótimo_binária	3,530	,822	18,450	1	,000	34,138
	adp1_bom_binária	2,166	,237	83,371	1	,000	8,722
	adp1_regpos_binária	1,127	,200	31,726	1	,000	3,086
	adp1_ruim_binária	-,990	,290	11,674	1	,001	,372
	adp1_péssimo_binária	-,123	,327	11,777	1	,001	,325
	atd2_ótimo_binária	2,463	1,176	4,389	1	,036	11,740
	atd2_boa_binária	,889	,248	12,839	1	,000	2,433
	atd2_regularpositiva_binária	,707	,179	15,634	1	,000	2,028
	atd2_péssima_binária	-,775	,269	8,309	1	,004	,461
	Constant	,047	,246	,037	1	,848	1,048

<sup>a</sup>. Variable(s) entered on step 1: rej\_dummy, simpatia\_pt, rendaf, sexo, idade, es c, corrup\_dilma, adp1\_ótimo\_binária, adp1\_bom\_binária, adp1\_regbinária, adp1\_péssimo\_binária, atd2\_ótimo\_binária, atd2\_boa\_binária, atd2\_regularpositiva\_binária, atd2\_ruim\_binária, atd2\_péssima\_binária.

→ Modelo com ‘omissão’ da categoria **regular positivo** (para as variáveis de avaliação de desempenho e da economia)

### Logistic Regression

#### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

<sup>a</sup>. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

#### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votodilma	0
votoaocio	1

### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	1314,993	17	,000
	Block	1314,993	17	,000
	Model	1314,993	17	,000
Step 2 <sup>a</sup>	Step	-,004	1	,948
	Block	1314,989	16	,000
	Model	1314,989	16	,000
Step 3 <sup>a</sup>	Step	-,824	1	,364
	Block	1314,165	15	,000
	Model	1314,165	15	,000
Step 4 <sup>a</sup>	Step	-,977	1	,323
	Block	1313,188	14	,000
	Model	1313,188	14	,000
Step 5 <sup>a</sup>	Step	-1,169	1	,280
	Block	1312,019	13	,000
	Model	1312,019	13	,000
Step 6 <sup>a</sup>	Step	-1,882	1	,170
	Block	1310,137	12	,000
	Model	1310,137	12	,000
Step 7 <sup>a</sup>	Step	-3,062	1	,080
	Block	1307,075	11	,000
	Model	1307,075	11	,000

<sup>a</sup>. A negative Chi-squares value indicates that the Chi-squares value has decreased from the previous step.

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1228,607 <sup>a</sup>	,498	,676
2	1228,611 <sup>a</sup>	,498	,676
3	1229,435 <sup>a</sup>	,498	,676
4	1230,413 <sup>a</sup>	,498	,676
5	1231,581 <sup>a</sup>	,497	,675
6	1233,463 <sup>a</sup>	,497	,675
7	1236,525 <sup>a</sup>	,496	,674

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 7 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation						
	B	S. E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step <sup>a</sup> rejeitao_pt	2,601	,343	57,391	1	,000	13,472
dentificacao_pt	-2,149	,253	72,155	1	,000	,117
rendaf	,125	,053	5,539	1	,019	1,133
sexo	,010	,147	,004	1	,948	1,010
idade	,005	,005	,816	1	,366	1,005
esc	,142	,089	2,564	1	,109	1,153
corrup_dma	,151	,149	1,027	1	,311	1,163
adp1_otimo_bnarã	-2,433	,820	8,792	1	,003	,088
adp1_bom_bnarã	-1,043	,202	26,532	1	,000	,352
adp1_regneg_bnarã	1,116	,203	30,116	1	,000	3,052
adp1_rum_bnarã	2,137	,276	60,102	1	,000	8,476
adp1_pessim_bnarã	2,285	,310	54,178	1	,000	9,825
atd2_otimo_bnarã	-1,917	1,185	2,615	1	,106	,147
atd2_boa_bnarã	-,266	,253	1,110	1	,292	,766
atd2_reguarnegativa_t	,758	,214	12,596	1	,000	2,134
atd2_rum_bnarã	,546	,200	7,414	1	,006	1,726
atd2_pessim_a_bnarã	1,405	,285	24,258	1	,000	4,076
Constant	-2,042	,437	21,797	1	,000	,130
Step <sup>a</sup> rejeitao_pt	2,600	,343	57,398	1	,000	13,467
dentificacao_pt	-2,150	,253	72,371	1	,000	,116
rendaf	,125	,053	5,576	1	,018	1,133
idade	,005	,005	,823	1	,364	1,005
esc	,143	,089	2,609	1	,106	1,154
corrup_dma	,151	,149	1,027	1	,311	1,163
adp1_otimo_bnarã	-2,432	,821	8,781	1	,003	,088
adp1_bom_bnarã	-1,043	,202	26,534	1	,000	,352
adp1_regneg_bnarã	1,116	,203	30,121	1	,000	3,053
adp1_rum_bnarã	2,137	,276	60,111	1	,000	8,476
adp1_pessim_bnarã	2,285	,310	54,174	1	,000	9,823
atd2_otimo_bnarã	-1,916	1,185	2,616	1	,106	,147
atd2_boa_bnarã	-,267	,252	1,118	1	,290	,766
atd2_reguarnegativa_t	,757	,213	12,601	1	,000	2,132
atd2_rum_bnarã	,545	,200	7,412	1	,006	1,725
atd2_pessim_a_bnarã	1,404	,285	24,343	1	,000	4,070
Constant	-2,027	,377	28,905	1	,000	,132
Step <sup>a</sup> rejeitao_pt	2,605	,343	57,631	1	,000	13,530
dentificacao_pt	-2,145	,252	72,283	1	,000	,117
rendaf	,133	,052	6,528	1	,011	1,142
esc	,105	,078	1,814	1	,178	1,111
corrup_dma	,148	,149	,980	1	,322	1,159
adp1_otimo_bnarã	-2,423	,819	8,745	1	,003	,089
adp1_bom_bnarã	-1,038	,202	26,312	1	,000	,354
adp1_regneg_bnarã	1,123	,203	30,578	1	,000	3,074
adp1_rum_bnarã	2,136	,276	60,079	1	,000	8,467
adp1_pessim_bnarã	2,294	,311	54,451	1	,000	9,911
atd2_otimo_bnarã	-1,893	1,184	2,558	1	,110	,151
atd2_boa_bnarã	-,264	,252	1,095	1	,295	,768
atd2_reguarnegativa_t	,761	,213	12,735	1	,000	2,141
atd2_rum_bnarã	,545	,200	7,421	1	,006	1,725
atd2_pessim_a_bnarã	1,405	,284	24,465	1	,000	4,076
Constant	-1,767	,243	52,954	1	,000	,171

Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,612	,343	57,833	1	,000	13,628
identificação_pt	-2,156	,252	73,148	1	,000	,116
rendaf	,135	,052	6,755	1	,009	1,145
esc	,108	,078	1,902	1	,168	1,114
adp1_ótimo_bhára	-2,425	,814	8,872	1	,003	,088
adp1_bom_bhára	-1,041	,202	26,481	1	,000	,353
adp1_regneg_bhára	1,127	,203	30,828	1	,000	3,086
adp1_ruim_bhára	2,145	,276	60,394	1	,000	8,545
adp1_péssimo_bhára	2,295	,311	54,577	1	,000	9,922
atd2_ótimo_bhára	-1,872	1,184	2,501	1	,114	,154
atd2_boa_bhára	-,270	,252	1,149	1	,284	,763
atd2_reguarnegativa_t	,760	,213	12,681	1	,000	2,138
atd2_ruim_bhára	,544	,200	7,397	1	,007	1,724
atd2_péssimo_a_bhára	1,416	,283	24,936	1	,000	4,119
Constant	-1,723	,238	52,368	1	,000	,179
Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,593	,341	57,766	1	,000	13,369
identificação_pt	-2,160	,252	73,514	1	,000	,115
rendaf	,137	,052	6,904	1	,009	1,146
esc	,107	,078	1,881	1	,170	1,113
adp1_ótimo_bhára	-2,500	,805	9,638	1	,002	,082
adp1_bom_bhára	-1,099	,196	31,499	1	,000	,333
adp1_regneg_bhára	1,121	,203	30,507	1	,000	3,067
adp1_ruim_bhára	2,133	,275	59,986	1	,000	8,444
adp1_péssimo_bhára	2,282	,310	54,028	1	,000	9,793
atd2_ótimo_bhára	-1,802	1,183	2,321	1	,128	,165
atd2_reguarnegativa_t	,828	,205	16,350	1	,000	2,289
atd2_ruim_bhára	,609	,192	10,107	1	,001	1,839
atd2_péssimo_a_bhára	1,483	,277	28,592	1	,000	4,404
Constant	-1,779	,233	58,320	1	,000	,169
Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,598	,341	58,133	1	,000	13,431
identificação_pt	-2,171	,252	74,323	1	,000	,114
rendaf	,166	,047	12,303	1	,000	1,181
adp1_ótimo_bhára	-2,537	,805	9,924	1	,002	,079
adp1_bom_bhára	-1,095	,196	31,314	1	,000	,334
adp1_regneg_bhára	1,119	,203	30,454	1	,000	3,062
adp1_ruim_bhára	2,145	,275	60,933	1	,000	8,541
adp1_péssimo_bhára	2,287	,310	54,505	1	,000	9,850
atd2_ótimo_bhára	-1,802	1,181	2,328	1	,127	,165
atd2_reguarnegativa_t	,826	,205	16,298	1	,000	2,285
atd2_ruim_bhára	,606	,192	10,015	1	,002	1,833
atd2_péssimo_a_bhára	1,487	,277	28,913	1	,000	4,424
Constant	-1,614	,198	66,342	1	,000	,199
Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,612	,341	58,762	1	,000	13,621
identificação_pt	-2,169	,251	74,463	1	,000	,114
rendaf	,166	,047	12,387	1	,000	1,181
adp1_ótimo_bhára	-2,639	,799	10,908	1	,001	,071
adp1_bom_bhára	-1,091	,196	31,032	1	,000	,336
adp1_regneg_bhára	1,109	,202	30,035	1	,000	3,032
adp1_ruim_bhára	2,138	,275	60,550	1	,000	8,480
adp1_péssimo_bhára	2,219	,303	53,739	1	,000	9,197
atd2_ótimo_bhára	-1,802	1,181	2,328	1	,127	,165
atd2_reguarnegativa_t	,826	,205	16,298	1	,000	2,285
atd2_ruim_bhára	,606	,192	10,015	1	,002	1,833
atd2_péssimo_a_bhára	1,487	,277	28,913	1	,000	4,424
Constant	-1,614	,198	66,342	1	,000	,199

→ ▼ Esta forma geométrica no output do SPSS significa que havia mais informações na tabela, que é muito grande e não foi possível ajustá-la ao tamanho da página de exportação. De toda forma, tem-se que na análise apresentada considerou-se os coeficientes expostos no modelo/step 1 (modelo completo).

→ Modelo com 'omissão' da categoria **'bom/boa'** (para as variáveis de avaliação de desempenho e da economia)

## Logistic Regression

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votodilma	0
votoaecio	1

### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	1310,685	17	,000
	Block	1310,685	17	,000
	Model	1310,685	17	,000
Step 2 <sup>a</sup>	Step	-,028	1	,866
	Block	1310,657	16	,000
	Model	1310,657	16	,000
Step 3 <sup>a</sup>	Step	-,044	1	,835
	Block	1310,613	15	,000
	Model	1310,613	15	,000
Step 4 <sup>a</sup>	Step	-,901	1	,343
	Block	1309,712	14	,000
	Model	1309,712	14	,000
Step 5 <sup>a</sup>	Step	-1,003	1	,317
	Block	1308,709	13	,000
	Model	1308,709	13	,000
Step 6 <sup>a</sup>	Step	-1,587	1	,208
	Block	1307,122	12	,000
	Model	1307,122	12	,000
Step 7 <sup>a</sup>	Step	-3,036	1	,081
	Block	1304,087	11	,000
	Model	1304,087	11	,000

a. A negative Chi-squares value indicates that the Chi-squares value has decreased from the previous step.

### Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell	Nagelkerke R
		R Square	Square
1	1232,915 <sup>a</sup>	,497	,675
2	1232,943 <sup>a</sup>	,497	,675
3	1232,987 <sup>a</sup>	,497	,675
4	1233,888 <sup>a</sup>	,497	,674
5	1234,891 <sup>a</sup>	,496	,674
6	1236,478 <sup>a</sup>	,496	,674
7	1239,513 <sup>a</sup>	,495	,672

a. Estimation terminated at iteration number 7 because parameter estimates changed by less than ,001.

### Variables in the Equation

	B	S. E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step <sup>a</sup> reþcao_pt	2,568	,339	57,236	1	,000	13,038
dentfþacao_pt	-2,166	,253	73,444	1	,000	,115
rendaf	,129	,053	5,891	1	,015	1,138
sexo	,025	,147	,028	1	,866	1,025
dade	,005	,005	,893	1	,345	1,005
esc	,134	,089	2,292	1	,130	1,144
corrup_dma	,154	,149	1,071	1	,301	1,167
adp1_ótimo_bhára	-1,471	,818	3,231	1	,072	,230
adp1_regpos_bhára	1,045	,199	27,561	1	,000	2,844
adp1_regneg_bhára	2,164	,238	82,882	1	,000	8,705
adp1_rum_bhára	3,173	,305	108,401	1	,000	23,873
adp1_péssimo_bhára	3,314	,333	98,807	1	,000	27,482
atd2_ótimo_bhára	-1,870	1,192	2,459	1	,117	,154
atd2_regularpositiva_b	-,049	,228	,045	1	,832	,953
atd2_regularnegativa_b	,798	,250	10,174	1	,001	2,221
atd2_rum_bhára	,592	,241	6,018	1	,014	1,807
atd2_péssimo_bhára	1,487	,314	22,450	1	,000	4,422
Constant	-3,148	,454	48,116	1	,000	,043
Step <sup>a</sup> reþcao_pt	2,567	,339	57,222	1	,000	13,023
dentfþacao_pt	-2,168	,253	73,716	1	,000	,114
rendaf	,128	,053	5,873	1	,015	1,137
dade	,005	,005	,905	1	,341	1,005
esc	,136	,088	2,361	1	,124	1,145
corrup_dma	,155	,149	1,073	1	,300	1,167
adp1_ótimo_bhára	-1,468	,819	3,213	1	,073	,230
adp1_regpos_bhára	1,045	,199	27,563	1	,000	2,844
adp1_regneg_bhára	2,164	,238	82,917	1	,000	8,708
adp1_rum_bhára	3,173	,305	108,440	1	,000	23,878
adp1_péssimo_bhára	3,313	,333	98,798	1	,000	27,470
atd2_ótimo_bhára	-1,867	1,191	2,459	1	,117	,155
atd2_regularpositiva_b	-,048	,228	,044	1	,835	,954
atd2_regularnegativa_b	,797	,250	10,161	1	,001	2,219
atd2_rum_bhára	,591	,241	6,014	1	,014	1,806
atd2_péssimo_bhára	1,484	,313	22,425	1	,000	4,412
Constant	-3,112	,399	60,847	1	,000	,045
Step <sup>a</sup> reþcao_pt	2,569	,339	57,296	1	,000	13,053
dentfþacao_pt	-2,168	,252	73,706	1	,000	,114
rendaf	,128	,053	5,845	1	,016	1,136
dade	,005	,005	,900	1	,343	1,005
esc	,135	,088	2,336	1	,126	1,144
corrup_dma	,154	,149	1,064	1	,302	1,166
adp1_ótimo_bhára	-1,465	,820	3,194	1	,074	,231
adp1_regpos_bhára	1,035	,193	28,754	1	,000	2,815
adp1_regneg_bhára	2,156	,234	84,940	1	,000	8,634
adp1_rum_bhára	3,166	,303	109,347	1	,000	23,712
adp1_péssimo_bhára	3,309	,333	98,956	1	,000	27,346
atd2_ótimo_bhára	-1,838	1,183	2,415	1	,120	,159
atd2_regularnegativa_b	,827	,204	16,418	1	,000	2,287
atd2_rum_bhára	,622	,192	10,544	1	,001	1,862
atd2_péssimo_bhára	1,514	,279	29,525	1	,000	4,546
Constant	-3,131	,389	64,748	1	,000	,044

Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,574	,339	57,529	1	,000	13,113
identificação_pt	-2,163	,252	73,606	1	,000	,115
rendaf	,136	,052	6,867	1	,009	1,146
esc	,096	,078	1,506	1	,220	1,100
corrupção	,149	,149	1,006	1	,316	1,161
adp1_ótimo_bhária	-1,461	,818	3,189	1	,074	,232
adp1_regpos_bhária	1,028	,193	28,427	1	,000	2,796
adp1_regneg_bhária	2,157	,234	85,077	1	,000	8,643
adp1_rum_bhária	3,159	,303	108,994	1	,000	23,535
adp1_pessim_o_bhária	3,312	,333	98,843	1	,000	27,429
atd2_ótimo_bhária	-1,814	1,182	2,357	1	,125	,163
atd2_regruarnegativa_t	,831	,204	16,565	1	,000	2,296
atd2_rum_bhária	,622	,191	10,542	1	,001	1,862
atd2_pessim_a_bhária	1,515	,278	29,645	1	,000	4,549
Constant	-2,853	,253	127,505	1	,000	,058
Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,580	,340	57,709	1	,000	13,198
identificação_pt	-2,173	,252	74,488	1	,000	,114
rendaf	,138	,052	7,095	1	,008	1,148
esc	,098	,078	1,586	1	,208	1,103
adp1_ótimo_bhária	-1,460	,813	3,223	1	,073	,232
adp1_regpos_bhária	1,033	,193	28,724	1	,000	2,809
adp1_regneg_bhária	2,165	,234	85,831	1	,000	8,716
adp1_rum_bhária	3,172	,303	109,650	1	,000	23,859
adp1_pessim_o_bhária	3,317	,333	99,306	1	,000	27,573
atd2_ótimo_bhária	-1,791	1,182	2,298	1	,130	,167
atd2_regruarnegativa_t	,832	,204	16,551	1	,000	2,297
atd2_rum_bhária	,622	,191	10,556	1	,001	1,863
atd2_pessim_a_bhária	1,527	,277	30,294	1	,000	4,605
Constant	-2,814	,249	127,461	1	,000	,060
Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,585	,339	58,031	1	,000	13,258
identificação_pt	-2,183	,252	75,239	1	,000	,113
rendaf	,165	,047	12,220	1	,000	1,180
adp1_ótimo_bhária	-1,495	,813	3,380	1	,066	,224
adp1_regpos_bhária	1,034	,193	28,804	1	,000	2,813
adp1_regneg_bhária	2,163	,234	85,735	1	,000	8,699
adp1_rum_bhária	3,183	,302	110,784	1	,000	24,108
adp1_pessim_o_bhária	3,322	,332	99,953	1	,000	27,717
atd2_ótimo_bhária	-1,792	1,180	2,307	1	,129	,167
atd2_regruarnegativa_t	,829	,204	16,481	1	,000	2,292
atd2_rum_bhária	,618	,191	10,454	1	,001	1,856
atd2_pessim_a_bhária	1,530	,277	30,606	1	,000	4,619
Constant	-2,661	,216	151,613	1	,000	,070
Step <sup>a</sup> rejeção_pt	2,599	,339	58,658	1	,000	13,445
identificação_pt	-2,181	,251	75,391	1	,000	,113
rendaf	,165	,047	12,304	1	,000	1,180
adp1_ótimo_bhária	-1,600	,807	3,937	1	,047	,202
adp1_regpos_bhária	1,030	,193	28,541	1	,000	2,801
adp1_regneg_bhária	2,149	,233	84,993	1	,000	8,578
adp1_rum_bhária	3,171	,302	110,127	1	,000	23,836
adp1_pessim_o_bhária	3,249	,325	99,784	1	,000	25,775
atd2_regruarnegativa_t	,855	,204	17,519	1	,000	2,354

→ ▽ Esta forma geométrica no output do SPSS significa que havia mais informações na tabela, que é muito grande e não foi possível ajustá-la ao tamanho da página de exportação. De toda forma, tem-se que na análise apresentada considerou-se os coeficientes expostos no modelo/step 1 (modelo completo).

→ Modelo com 'omissão' da categoria **'ótimo (a)'** (para as variáveis de avaliação de desempenho e da economia)

## Logistic Regression

### Case Processing Summary

Unweighted Cases <sup>a</sup>		N	Percent
Selected Cases	Included in Analysis	1908	86,7
	Missing Cases	292	13,3
	Total	2200	100,0
Unselected Cases		0	,0
Total		2200	100,0

a. If weight is in effect, see classification table for the total number of cases.

### Dependent Variable Encoding

Original Value	Internal Value
votodilma	0
votoaecio	1

### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	1305,246	17	,000
	Block	1305,246	17	,000
	Model	1305,246	17	,000
Step 2 <sup>a</sup>	Step	-,008	1	,929
	Block	1305,238	16	,000
	Model	1305,238	16	,000
Step 3 <sup>a</sup>	Step	-,681	1	,409
	Block	1304,557	15	,000
	Model	1304,557	15	,000
Step 4 <sup>a</sup>	Step	-,908	1	,341
	Block	1303,649	14	,000
	Model	1303,649	14	,000
Step 5 <sup>a</sup>	Step	-,899	1	,343
	Block	1302,749	13	,000
	Model	1302,749	13	,000
Step 6 <sup>a</sup>	Step	-1,518	1	,218
	Block	1301,231	12	,000
	Model	1301,231	12	,000
Step 7 <sup>a</sup>	Step	-1,518	1	,218
	Block	1299,713	11	,000
	Model	1299,713	11	,000
Step 8 <sup>a</sup>	Step	-2,461	1	,117
	Block	1297,252	10	,000
	Model	1297,252	10	,000

a. A negative Chi-squares value indicates that the Chi-squares value has decreased from the previous step.

**Model Summary**

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1238,355 <sup>a</sup>	,495	,673
2	1238,363 <sup>a</sup>	,495	,673
3	1239,044 <sup>a</sup>	,495	,673
4	1239,951 <sup>a</sup>	,495	,672
5	1240,851 <sup>a</sup>	,495	,672
6	1242,369 <sup>a</sup>	,494	,671
7	1243,887 <sup>a</sup>	,494	,671
8	1246,348 <sup>a</sup>	,493	,670

<sup>a</sup>. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

**V a r i a b l e s i n t h e E q u a t i o n**

	B	S . E .	W a l d	d f	S i g .	x p ( B
S t <sup>a</sup> r e p c a o _ p	6 1 1	3 4 2	3 6 2	1	0 0 0	6 0 7
d e n t f c a c	1 6 7	2 5 2	8 3 5	1	0 0 0	1 1 5
r e n d a f	1 2 7	0 5 3	7 0 3	1	0 1 7	1 3 5
s e x o	0 1 3	1 4 7	0 0 8	1	9 2 9	0 1 3
d a d e	0 0 5	0 0 5	8 9 4	1	3 4 4	0 0 5
e s c	1 4 4	0 8 9	6 1 9	1	1 0 6	1 5 5
c o r r u p _ d	1 4 3	1 4 9	9 1 4	1	3 3 9	1 5 3
a d p 1 _ b o m	5 6 0	5 1 9	1 6 3	1	2 8 1	7 5 0
a d p 1 _ r e g	5 9 0	5 1 1	6 8 1	1	0 0 2	9 0 3
a d p 1 _ r e g	7 0 0	5 2 7	2 6 6	1	0 0 0	8 7 7
a d p 1 _ r u m	7 1 2	5 6 0	9 5 6	1	0 0 0	9 5 3
a d p 1 _ p é s	7 6 7	5 6 8	0 4 5	1	0 0 0	2 5 9
a t d 2 _ b o a	5 8 0	3 7 3	4 1 3	1	1 2 0	5 6 0
a t d 2 _ r e g	3 7 4	3 3 9	2 2 2	1	2 6 9	6 8 8
a t d 2 _ r e g	4 7 5	3 5 1	8 2 3	1	1 7 7	6 0 7
a t d 2 _ r u m	2 8 2	3 4 4	6 7 5	1	4 1 1	3 2 6
a t d 2 _ p é s	1 8 2	3 9 7	8 6 1	1	0 0 3	2 6 2
C o n s t a n t	3 7 0	6 8 7	0 7 7	1	0 0 0	0 3 4
S t <sup>a</sup> r e p c a o _ p	6 1 0	3 4 2	3 5 9	1	0 0 0	5 9 9
d e n t f c a c	1 6 8	2 5 2	0 6 5	1	0 0 0	1 1 4
r e n d a f	1 2 6	0 5 3	7 2 6	1	0 1 7	1 3 4
d a d e	0 0 5	0 0 5	9 0 3	1	3 4 2	0 0 5
e s c	1 4 5	0 8 9	6 7 4	1	1 0 2	1 5 6
c o r r u p _ d	1 4 3	1 4 9	9 1 5	1	3 3 9	1 5 3
a d p 1 _ b o m	5 5 8	5 1 9	1 5 6	1	2 8 2	7 4 7
a d p 1 _ r e g	5 8 8	5 1 1	6 7 0	1	0 0 2	8 9 4
a d p 1 _ r e g	6 9 8	5 2 7	2 5 7	1	0 0 0	8 5 0
a d p 1 _ r u m	7 1 1	5 6 0	9 5 4	1	0 0 0	8 7 9
a d p 1 _ p é s	7 6 5	5 6 7	0 6 3	1	0 0 0	1 6 2
a t d 2 _ b o a	5 8 1	3 7 3	4 2 5	1	1 1 9	5 5 9
a t d 2 _ r e g	3 7 5	3 3 9	2 2 3	1	2 6 9	6 8 8
a t d 2 _ r e g	4 7 4	3 5 1	8 1 7	1	1 7 8	6 0 6
a t d 2 _ r u m	2 8 2	3 4 4	6 7 1	1	4 1 3	3 2 5
a t d 2 _ p é s	1 8 0	3 9 7	8 5 7	1	0 0 3	2 5 5
C o n s t a n t	3 4 8	6 4 2	1 8 5	1	0 0 0	0 3 5
S t <sup>a</sup> r e p c a o _ p	6 1 8	3 4 1	8 0 9	1	0 0 0	7 0 4
d e n t f c a c	1 6 8	2 5 2	9 0 4	1	0 0 0	1 1 4
r e n d a f	1 2 8	0 5 3	9 5 9	1	0 1 5	1 3 7
d a d e	0 0 5	0 0 5	9 4 4	1	3 3 1	0 0 5
e s c	1 5 0	0 8 8	8 7 5	1	0 9 0	1 6 2
c o r r u p _ d	1 4 2	1 4 9	9 1 0	1	3 4 0	1 5 3
a d p 1 _ b o m	6 0 1	5 1 5	3 5 8	1	2 4 4	8 2 3
a d p 1 _ r e g	6 4 3	5 0 5	5 6 3	1	0 0 1	1 6 9
a d p 1 _ r e g	7 6 6	5 1 9	3 7 4	1	0 0 0	8 9 8
a d p 1 _ r u m	7 9 7	5 4 9	7 7 9	1	0 0 0	5 6 5
a d p 1 _ p é s	8 2 2	5 6 2	2 5 7	1	0 0 0	7 1 4
a t d 2 _ b o a	7 9 8	2 5 9	4 6 3	1	0 0 2	4 5 0
a t d 2 _ r e g	5 9 9	1 9 6	3 2 3	1	0 0 2	5 4 9
a t d 2 _ r e g	2 4 6	2 1 2	3 4 1	1	2 4 7	2 7 9
a t d 2 _ p é s	9 5 1	2 8 0	5 0 7	1	0 0 1	5 8 9
C o n s t a n t	2 0 2	6 1 3	2 8 2	1	0 0 0	0 4 1

S t a r e p c a o _ p	6 2 4	3 4 1	0 4 4	1	0 0 0	7 8 8
d e n t f c a c	1 7 8	2 5 2	7 0 1	1	0 0 0	1 1 3
r e n d a f	1 3 1	0 5 3	1 8 7	1	0 1 3	1 4 0
d a d e	0 0 5	0 0 5	8 9 8	1	3 4 3	0 0 5
e s c	1 5 1	0 8 8	9 2 3	1	0 8 7	1 6 3
a d p 1 _ b o m	6 1 5	5 1 5	4 2 3	1	2 3 3	8 4 9
a d p 1 _ r e g	6 5 9	5 0 5	7 9 4	1	0 0 1	2 5 7
a d p 1 _ r e g	7 8 7	5 1 9	8 5 0	1	0 0 0	2 3 6
a d p 1 _ r u m	8 2 2	5 4 9	4 4 3	1	0 0 0	6 8 8
a d p 1 _ p é s	8 4 1	5 6 2	7 6 8	1	0 0 0	5 5 4
a t d 2 _ b o a	8 0 2	2 5 9	6 0 3	1	0 0 2	4 4 8
a t d 2 _ r e g	5 9 8	1 9 6	3 0 5	1	0 0 2	5 5 0
a t d 2 _ r e g	2 4 5	2 1 2	3 3 4	1	2 4 8	2 7 8
a t d 2 _ p é s	9 6 2	2 8 0	8 4 0	1	0 0 1	6 1 8
C o n s t a n t	1 6 9	6 1 2	8 0 3	1	0 0 0	0 4 2
S t a r e p c a o _ p	6 2 9	3 4 1	3 2 0	1	0 0 0	8 5 4
d e n t f c a c	1 7 1	2 5 1	5 7 3	1	0 0 0	1 1 4
r e n d a f	1 3 9	0 5 2	2 8 6	1	0 0 7	1 5 0
e s c	1 1 2	0 7 8	0 5 4	1	1 5 2	1 1 9
a d p 1 _ b o m	5 9 9	5 1 4	3 5 6	1	2 4 4	8 2 0
a d p 1 _ r e g	6 3 8	5 0 4	5 6 7	1	0 0 1	1 4 3
a d p 1 _ r e g	7 7 5	5 1 8	7 0 3	1	0 0 0	0 3 1
a d p 1 _ r u m	8 0 1	5 4 8	1 1 1	1	0 0 0	7 3 0
a d p 1 _ p é s	8 3 0	5 6 1	5 9 4	1	0 0 0	0 7 3
a t d 2 _ b o a	7 9 7	2 5 9	4 8 2	1	0 0 2	4 5 1
a t d 2 _ r e g	5 9 4	1 9 6	2 0 3	1	0 0 2	5 5 2
a t d 2 _ r e g	2 5 2	2 1 2	4 0 4	1	2 3 6	2 8 6
a t d 2 _ p é s	9 6 4	2 7 9	9 2 5	1	0 0 1	6 2 3
C o n s t a n t	8 8 3	5 3 1	5 1 2	1	0 0 0	0 5 6
S t a r e p c a o _ p	6 4 2	3 4 3	4 3 4	1	0 0 0	0 4 7
d e n t f c a c	1 7 3	2 5 1	9 3 5	1	0 0 0	1 1 4
r e n d a f	1 3 6	0 5 2	9 9 9	1	0 0 8	1 4 6
e s c	1 2 0	0 7 8	3 4 3	1	1 2 6	1 2 7
a d p 1 _ r e g	1 0 9	1 9 6	0 0 9	1	0 0 0	0 3 2
a d p 1 _ r e g	2 4 8	2 3 3	4 8 0	1	0 0 0	4 6 9
a d p 1 _ r u m	2 7 8	2 9 9	4 2 1	1	0 0 0	5 3 3
a d p 1 _ p é s	3 1 0	3 2 5	7 6 8	1	0 0 0	3 7 6
a t d 2 _ b o a	7 8 6	2 5 8	2 7 3	1	0 0 2	4 5 6
a t d 2 _ r e g	5 7 9	1 9 6	7 6 5	1	0 0 3	5 6 1
a t d 2 _ r e g	2 6 1	2 1 2	5 1 5	1	2 1 8	2 9 8
a t d 2 _ p é s	9 4 9	2 7 8	6 6 4	1	0 0 1	5 8 4
C o n s t a n t	3 7 0	2 7 5	3 5 3	1	0 0 0	0 9 4
S t a r e p c a o _ p	6 3 4	3 4 3	1 1 7	1	0 0 0	9 3 2
d e n t f c a c	1 6 9	2 5 1	6 7 5	1	0 0 0	1 1 4
r e n d a f	1 3 4	0 5 1	8 1 0	1	0 0 9	1 4 4
e s c	1 2 2	0 7 8	4 5 7	1	1 1 7	1 3 0
a d p 1 _ r e g	1 0 5	1 9 6	8 0 2	1	0 0 0	0 1 9
a d p 1 _ r e g	2 6 5	2 3 2	1 7 5	1	0 0 0	6 2 7
a d p 1 _ r u m	2 3 7	2 9 6	4 7 4	1	0 0 0	4 5 6
a d p 1 _ p é s	2 7 7	3 2 3	8 1 2	1	0 0 0	5 0 5
a t d 2 _ b o a	2 4 5	2 4 5	0 5 6	1	0 0 0	4 4 2

→▼ Esta forma geométrica no output do SPSS significa que havia mais informações na tabela, que é muito grande e não foi possível ajustá-la ao tamanho da página de exportação. De toda forma, tem-se que na análise apresentada considerou-se os coeficientes expostos no modelo/step 1 (modelo completo) Fica aqui também realçado que as tabelas completas encontram-se registradas nos arquivos (formato sav. do SPSS) da autora, podendo ser consultadas a qualquer momento.